



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANA SILVA ALVES

**FORMAÇÃO “DE CATADOR PARA CATADOR”:
O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES
NA CONSTRUÇÃO DE SUA AUTONOMIA
POLÍTICO PEDAGÓGICA.**

Brasília – DF
2016

ADRIANA SILVA ALVES

**Formação “De catador para catador”: o Movimento
Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia
político pedagógica**

Versão preliminar da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Brasília – DF
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisas, desde que citada à fonte.

SAL474 f Silva Alves, Adriana
Formação "De catador para catador": o Movimento Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica / Adriana Silva Alves; orientador Erlando Da Silva Alves. -- Brasília, 2016.
140 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Educação libertadora. 2. MNCR. 3. De catador para catador. 4. Autonomia pedagógica. I. Da Silva Alves, Erlando , orient. II. Título.

ALVES, Adriana Silva.

Título: Formação “De catador para catador”: o Movimento Nacional dos Catadores na construção de sua autonomia político pedagógica.

Versão preliminar da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado em Educação.

Aprovado em: 30 de março de 2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (Orientador)

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Simone Aparecida Lisniowski

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Leal

Faculdade de Serviço Social

Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Humberto de Góes Junior

Faculdade de Direito

Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Ma. Maria Luiza Pinho Pereira

Professora aposentada

Faculdade de Educação

Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho às
catadoras e catadores que me
mostraram que outro mundo é
necessário e possível.*

AGRADECIMENTOS

Àqueles que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho, por meio de vivências, sugestões e de críticas.

À minha família, amigos e apoiadores, em especial, Paulo Henrique Araújo, Inés Kape, Talita Mazepas, Carem Tamires, Marina Bicalho, Wesley Oliveira, Edward Conrado e Camila Louzeiro. Ao Davi e sua família, em especial Siron e Miranda. Aos Professores Francisco e Iracilda que me permitiram estudar, e que me apoiaram nos estudos de diversas formas.

Aos meus professores da escola e da vida.

Agradeço o apoio e abertura Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras em especial ao Cristiano Benites, Ioli Wirth, Fagner Antônio, Uilian Mendes, Carlos Alencastro, Luzia Honorato, Ronei Alves que me receberam em Brasília, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Agradeço aos colegas que contribuíram imensamente com a minha trajetória profissional em torno do tema, Kellen Pasqualetto, Janaína Roseli, David Cavalcante, Pedro Issac, Paolo Cirolla, Adriano Sampaio.

Ao professor Erlando pela orientação e aos participantes das bancas.

Agradeço o olhar cuidadoso de Danielle Estrela Xavier e Maria Luiza Pinho Pereira.

Agradeço a paciência e amorosidade de Rodrigo da Silva Soares.

Agradeço a leitura atenta e a força que recebi de Daliana Antônio, Angela Sanchez, Danilo Prata e Humberto Góes.

Agradeço ao Davi Amorim pela colaboração e por inspirar o título do trabalho.

Agradeço o apoio que recebi de Thiago Rodrigo de Oliveira Costa para refletir sobre este trabalho. Reflexão esta, que resultou na própria ressignificação da pesquisa, da ciência e da docência para mim.

Agradeço, imensamente, o apoio do Alexandro Cardoso, sem ele, esta pesquisa não teria sido a mesma.

Por fim, àqueles cujo à utopia os movem.

{...} o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferente na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.

Paulo Freire
Pedagogia da Autonomia.

MEMORIAL

Minha inquietação tem pinceladas pedagógicas, políticas, sociais, econômicas, organizacionais... São provocações que carrego comigo desde de cedo e que, ao longo dos anos, foram tomando forma e corpo. Um fragmento dela é chamado de “pesquisa de mestrado”. No entanto, é só um braço, o corpo desta relação, eu chamo de “militância”, cujo braço é uma extensão do corpo que se permite movimentar e operar, que se permite apalpar e transformar. Tem relação com o Trabalho, sentindo importante para os braços.

Por esse caminho, meu projeto de pesquisa opera como minha extensão profissional e o que ele busca responder para mim (nas minhas provocações cotidianas) é, sobretudo, “qual é a contribuição do pedagogo/a para fortalecimento do projeto de luta dos catadores?”. Esta pergunta surgiu quando estava trabalhando com vários estudantes de sociologia e escrevendo textos e mais textos, com reflexões sociais e econômicas e nas provocações sempre certeiras de Maria Luiza Pinho Pereira¹. Sendo estudante de pedagogia, aos poucos fui me provocando (e fui provocada) a refletir sobre a relação entre meu curso de graduação e a realidade que eu estava inserida.

No fim da graduação, fiz meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC sobre a perspectiva dos catadores em relação à formação profissional a eles direcionada². Decidi começar perguntando a eles o que pensam e como avaliam os cursos que tiveram oportunidade de realizar; que formações buscavam e o como avaliavam as formações que tiveram. O resultado, para mim, foi uma pequena amostra das ações positivas e desafiadoras na formação profissional deles e, por consequência, foi um eco na minha formação. Portanto, posso dizer que a pesquisa não foi somente a formação *DOS* catadores, mas sim a formação *COM* os catadores. Na segunda parte da investigação do TCC, fiz análise de alguns projetos direcionados aos catadores pelas instituições do terceiro setor, as Organizações Não Governamentais - ONGs, dedicadas a realizar ações de desenvolvimento social e inclusivo com catadores e a interpretação ressaltou aspectos tecnicistas e

¹ Maria Luiza Pinho Pereira é educadora popular e professora aposentada da Universidade de Brasília.

² O trabalho pode ser consultado na íntegra pelo link:
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7283/1/2013_AdrianaSilvaAlves.pdf

abstratos, além de formações longas, com uso de material de linguagem complexa e etapas fragmentadas. Do ponto de vista pedagógico, ambas as partes do estudo ressaltaram elementos que escutei durante minha relação com os catadores : que as formações “são chatas e que não se entendem muita coisa” (informação verbal), e esta lacuna, entre a forma e o processo de empoderamento dos catadores, passou a ser um eixo central nas minhas pesquisas pedagógicas.

Por mais contraditórias que sejam as posições dos catadores relacionadas à formação profissional, uma mescla de “eu não gosto de participar, mas sei que é importante”, ficou evidente que os desafios são mais ressaltados do que os aspectos positivos, e que uma das principais críticas é em relação ao método, ao seu formato. Por isso, coadunando com a minha trajetória acadêmica, decidi me aproximar de grupos que trabalhavam com os catadores de forma não diretiva, ou não tão burocratizadas, e assim, conheci alguns membros do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis- MNCR que possibilitaram pensar a partir de outro ponto de vista. Esta segunda etapa foi marcada por muitas descobertas e muita motivação. Consequentemente, se abria para mim a porta dos movimentos sociais e se fechava a porta das Organizações Não Governamentais - ONGs. De alguma forma, minha identificação com o trabalho desenvolvido pelo MNCR, ou de grupos que são conectados aos movimentos que trabalham com educação e cidadania como o CEDEP – Centro de Educação e Cultura do Paranoá, e Centro de Memória Viva da Educação Popular, Educação de Adultos e Movimentos Sociais - CMV, e outros movimentos e grupos populares do qual tive oportunidade de trabalhar um período, fortaleceu a proposta de pesquisar o movimento social e a formação dos seus agentes coletivos. Por isto, nesta etapa, meu desafio é pensar metodologicamente e, teoricamente, como responder algumas perguntas da pesquisa.

Contudo, como o próprio processo me permitiu experimentar outros questionamentos, neste momento, dedico-me a esclarecer o pano de fundo das minhas escolhas. Posso dizer que me senti, imensamente, provocada por Vincent de Gaulejac quando li a introdução da obra *As Origens da Vergonha*, na qual o trecho diz: “A escolha de tal objeto de pesquisa implica por natureza aquele que o aborda. Não se decide impunemente ir ao encontro de história de vidas marcadas pelo sofrimento ou pela Infâmia” (2006, p. 13). A história dos catadores é permeada por violações de direitos e por violência de diversos tipos. Consiste em

exercer um trabalho árduo, em condições desumanas, por ser muitas vezes invisibilizados, mal remunerados e estigmatizados. Mesmo com mudanças recentes a vida de catadores e catadoras neste país, por vezes é ter boa parte da família envolvida na coleta e venda do material, no reaproveitamento do que encontram nos lixões e ruas, sendo esses materiais as suas vestimentas, seu mobiliário, partes da sua casa, seu alimento, sua identidade. E, segundo as condições de muitos, um trabalho degradante e insalubre e com alto risco de contaminação. As imagens dos catadores, quando se busca na *internet*, ou mesmo no imaginário social são de pessoas em meio ao lixo, disputando resíduos com urubus ou carregando quilos e mais quilos em um carrinho por vários quilômetros.

Este conjunto de características, que não representa a totalidade da categoria, mas que é real na vida da maioria dos catadores, é o cenário que escolhi trabalhar e que, por vezes, me causa comoção, motivação e, às vezes, até desânimo. A natureza complexa na qual se encontram a categoria me desperta interesses: social, com intuito de provocar mudanças; políticos relacionado ao exercício do direitos e da justiça; econômicos por se tratar de uma forma organizativa que pensa o trabalho e elabora suas próprias estratégias; pedagógico, por serem sujeitos que ensinam e aprendem com uma perspectiva diferente de mundo - do meu mundo; e de pesquisa, por me possibilitar aprofundar e desvelar os pontos da complexa situação em que vivem. Os interesses são muitos, no entanto, resta-me encontrar os porquês: Por que trabalhar com catadores e catadoras de materiais recicláveis?

A experiência acadêmica, junto aos grupos populares, me marcaram, fortemente, e me fizeram buscar e me aprofundar mais e mais. No momento que realizei o curso de extensão em Educação Popular pela Universidade Católica de Brasília, um grupo de educadores me perguntou: “*Porque você escolheu trabalhar com os catadores ?*” Durante uma tarde, tive que pensar e escrever sobre essa escolha e, mergulhando nas minhas memórias, recordei que a minha relação com eles/elas não começou na universidade como eu pensava. Eles/as sempre estiveram lá, no pano de fundo das minhas memórias. Mas como? Precisei mapear. Eles, as catadoras, os catadores e seus filhos, moravam na frente da minha casa, em uma ocupação chamada “Vila dos Carroceiros” onde hoje é o bairro Pôr do Sol em Ceilândia-DF. Eles sempre estiveram ali, atravessando minha rua com as suas carroças e carrinhos e catando material em uma pequena área de despejo, próxima

ao campo de futebol onde meus irmãos jogavam bola. Eu catei com eles, quando o dono de uma fazenda de laranjas mandava o caminhão despejar as laranjas “não apropriadas para o comércio”. Também catei com eles, quando ia procurar madeira e peças para fazer “carrinho de rolemã” ou, eventualmente, procurava por brinquedos ou livros.

O fato é que eles sempre fizeram parte da minha trajetória, minhas memórias. Foram meus vizinhos desconhecidos, hoje, são amigos e, oportunamente, meus colegas de trabalho. Certamente, sua anulação e invisibilização são de alguma forma, compartilhadas por mim, que muitas vezes também me senti invisibilizada. As condições sistêmicas de exclusão e desigualdade também me tocam profundamente, sua forma de realizar o trabalho com as mãos e ser independente também ressoa. Sua posição de pessoa que contribui para minimizar o impacto ambiental dos resíduos no mundo, me toca. Seu esforço para criar um outro arranjo organizativo para ocupar um lugar, privilegiadamente, relegado as empresas, também me toca. Os porquês são de natureza multifacetada e compõem um mosaico difícil de mapear com precisão porque estão, constantemente, se organizando em novos arranjos. Neste sentido, sua natureza é social, psíquica, emocional e profissional etc.

Trabalhar com grupos sociais exige sensibilidade e desenvoltura para lidar com problemas próprios da situação desses grupos. Não basta apenas querer, é preciso se inserir e ser aceita. Em certos momentos, tenho dificuldades para me inserir, profissionalmente, por ser “qualificada demais”, em outros, carrego estereótipos como a “universitária”, a “intelectual” a “comunista”. Há momentos que são preconceitos, por ser “branca dos olhos claros” e por ser mulher trabalhando com grupos de muitos homens, ou metida em lugares “hostis” demais para uma moça. Por mais verdades cada umas destas afirmações podem carregar, não são em si, justificativas que me impossibilitem de estar justamente onde preciso estar.

Sou pedagoga e a reflexão que faço sobre o meu papel de profissional da pedagogia na luta é de *companheira* (forma de tratamento usada entre nós no movimento), que significa dizer que é pertencente ao processo de construção junto aos catadores. Todos os catadores e não catadores que estão juntos, são companheiros. Esta posição, ora harmônica, ora conflituosa, se insere no *roll* das

relações sociais de qualquer coletivo que está em luta pela construção de algo novo e sua expansão ou limites fazem parte do entrançamento de ideias e posições.

RESUMO

O presente estudo propõe analisar a formação promovida pelo Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR) para a sua categoria. O MNCR, nasce em 2001, por meio da iniciativa dos catadores e de instituições comprometidas com o reconhecimento profissional e a inclusão socioeconômica dos catadores e catadoras. Desde sua criação, o MNCR tem buscado criar e desenvolver formas de comunicação e educação dentro do movimento, que sejam conectadas com o mundo do trabalho e com a superação das condições desumanas em que estão submetidas à catação. Nosso principal objetivo é conhecer como o MNCR tem desenvolvido a formação político-profissional, em especial, o método chamado “De catador para catador” e, constatar quais aspectos desta proposta se aproximam de uma Educação Libertadora em Paulo Freire. “De catador para catador”, compõe uma das estratégias do movimento para realizar formação de base, dentro de cooperativas e associações, dos encontros e seminários, entre outros espaços formativos. A perspectiva metodológica deste estudo foi a Pesquisa Participante. Os principais momentos consistiram em: *ler eles, falar com eles e fazer com eles*. O referencial teórico do trabalho discorreu a respeito da Educação Popular, da educação nos movimentos sociais, da Educação Libertadora em Paulo Freire, seguido por um panorama da questão da catação no Brasil e do surgimento do movimento nacional dos catadores e catadoras, suas principais demandas e desafios atuais. A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou como instrumentos de coleta, a análise documental, entrevistas semiestruturadas e a técnica da Observação Participante. A análise documental pautou-se nas cartilhas do ciclo de formação do MNCR. A entrevista semiestruturada procurou conhecer a proposta política, a formação no MNCR, metodologia do movimento, sobre escolarização e assessoria técnica pela perspectiva dos catadores militantes. Ao todo, foram entrevistados cinco representantes do MNCR das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Para analisar as entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temática. A Observação participante ocorreu no Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. Foi possível observar e participar de atividades voltadas à formação e a articulação política. Os resultados obtidos apontam para a busca do MNCR em construir sua formação política e profissional de forma autônoma e popular, superando sua dependência de apoio externo, principalmente, do Terceiro Setor. O método “De catador para catador” tem sido a proposta popular, originalmente, gestada pelo movimento e compõe as bases para a construção de sua pedagogia. A partir dos dados coletados e, de acordo com uma leitura freirena, este estudo buscou apontar os momentos em que a formação *do e no* MNCR se aproximou e se distanciou de uma Educação Libertadora.

Palavras-chave: 1. Educação libertadora. 2. MNCR 3. De catador para catador. 4. Autonomia pedagógica

ABSTRACT

This study aims to analyze the training organized by the National Movement of Collectors and Collectors of Recyclable Materials (MNCR) for its category. The MNCR, born in 2001, through the initiative of collectors and institutions committed to the professional recognition and social and economic inclusion of collectors and pickers. Since its inception, the MNCR has sought to create and develop ways of communication and education within the movement, which are connected with the world of work and to overcome the inhumane conditions in which they are submitted in the grooming. Our main goal is to know how MNCR has developed the political and professional training, in particular, the method called "From collector to collector" and see if this proposal approaches a Liberating Education Paulo Freire. "From collector to collector", composes one of the movement's strategies to achieve basic training in cooperatives and associations, meetings and seminars, and other training areas. The methodological approach was the Research Participant. The main events were: read them, talk to them and do with them. The theoretical work reference talked about the popular education, education in social movements, Liberating in Paulo Freire Education, followed by an overview of the issue of grooming in Brazil and the rise of the national movement of collectors and pickers, their main demands and current challenges. The research, qualitative nature, used as collection tools, document analysis, semi-structured interviews and participant observation. The documentary analysis was guided in booklets of MNCR the training cycle. The semi-structured interview sought to meet the proposed policy, training in MNCR, movement methodology on education and technical advice. In all, they were interviewed five representatives of MNCR the five regions of the country (North, Northeast, Midwest, South and Southeast). To analyze the interviews, we used the content analysis technique. The Participant observation occurred in the Federal District, São Paulo and Rio Grande do Sul. It was possible to observe and participate in activities related to training and political articulation. The results point to the pursuit of MNCR in building its political and professional training of autonomous and popular form, overcoming their dependence on external support, mainly from the third sector. The method "from collector to collector" has been a popular proposal originally fomented by the movement and make up the foundation for the construction of its pedagogy. From the collected data, according to a freirena reading, this study point out the times when the training and MNCR approached and distanced himself from a Liberating Education.

Keywords: 1. liberating education. 2. MNCR 3. collector to collector. 4. Pedagogical autonomy

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Ilustração dos catadores	20
Imagem 2. Ilustração dos catadores	25
Imagem 3. Ilustração dos catadores	43
Imagem 4. Pesage et vente des chiffons.....	50
Imagem 5. Condições de trabalho dos catadores (1960-2010).....	53
Imagem 6. COOPAMARE.....	65
Imagem 7. Seminário Fortalecendo a Reciclagem Popular.....	66
Imagem 8. Primeira marcha dos catadores. Brasília.....	67
Imagem 9. Ilustração dos catadores	79
Imagem 10. Ilustrações dos catadores.....	87
Imagem 11. Encontro do CIISC com MNCR e Paul Singer.....	104
Imagem 12. Ministério público e MNCR.....	104
Imagem 13. Reunião com a prefeitura de Rio Pardo –RS.....	107
Imagem 14. Oficina de catador para catador. Santa Cruz –RS.....	109
Imagem 15. Planejamento da Formação. Rio Pardo –RS.....	110
Imagem 16. Catador para Catador em Rio Pardo - RS.....	112
Imagem 17. Marcha do MNCR em Rio Pardo – RS.....	113
Imagem 18. Encontro regional de mulheres catadoras. Osasco - SP.....	115
Imagem 19. Formação das catadoras. Osasco - SP.....	116
Imagem 20. Marcha das mulheres. Osasco - SP.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Esquema das classes temáticas, categorias e seus componentes.....	84
Quadro 2. Caracterização dos entrevistados.....	92
Quadro 3. Proposta política.....	92
Quadro 4. Formação dos catadores.....	94
Quadro 5. Metodologia de formação do MNCR.....	97
Quadro 6. Escolarização.....	101
Quadro 7. Assessoria técnica.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Proporção dos municípios que possuem coleta seletiva.....	44
Gráfico 2. Os principais locais de trabalho ocupados pelos catadores.....	53
Gráfico 3. Relação de homens e mulheres na reciclagem.....	54
Gráfico 4. Negros e negras entre catadores.....	55
Gráfico 5. Estrutura do mercado de sucatas no Brasil.....	60
Gráfico 6. Políticas públicas para os catadores.....	73
Gráfico 7. Grupos que fomenta e realizam a formação dos catadores.....	77

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1. Ciclo da cadeia produtiva da reciclagem e o trabalho do catador..	47
Fluxograma 2. Esquema metodológico adotado na pesquisa.....	86

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Distribuição do índice do analfabetismo entre os catadores.....	57
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Escolaridade dos catadores. Comparação entre estados da região sul...	58
---	----

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1. Organização do MNCR.....	69
---	----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ASMARE - Associação de Catadores de Papel, Papelão e Outros

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBO - Código Brasileiro de Ocupações

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEDEP – Centro de Educação e Cultura do Paranoá

CEMPRE - Compromisso Empresarial pela Reciclagem

CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientie

CIISC- Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis

COOPAMARE - Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

COCAMARP - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Rio Pardo

COMCAT - Cooperativa de catadores e recicladores de Santa Cruz do Sul

CMV - Centro de Memória Viva da Educação Popular, Educação de Adultos e Movimentos Sociais

FBB - Fundação Banco do Brasil

GISA - Grupo de Trabalho de Gestão Integrada Socioambiental,

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFs - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

ONGs- Organizações Não Governamentais

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRONAREP - Programa Nacional de Reciclagem Popular –

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PT - Partido dos Trabalhadores

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

SENAES - Secretária de Economia Solidária do Ministério do Trabalho em Emprego-

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

MEMORIAL	8
APRESENTAÇÃO	21
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO, TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECICLAGEM	26
1. EDUCAÇÃO E TRABALHO	26
1.2 EDUCAÇÃO POPULAR	28
1.3 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE	30
1.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO	36
1.5 MOVIMENTOS POPULARES E EDUCAÇÃO POPULAR	38
1.6 MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS NOVOS ARRANJOS	39
CAPÍTULO II. CATADORES - ENTRE SOBREVIVER E FAZER A LUTA	43
1.1 PANORAMA DA RECICLAGEM E ALGUNS PRESSUPOSTOS	43
1.2 O HISTÓRICO DA CATAÇÃO NO BRASIL	48
1.3 CATADORES: PERFIL E O CONTEXTO DO TRABALHO	52
1.4 CATADORES E A ALFABETIZAÇÃO	56
1.5 A ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS COLETIVOS: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	59
2. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES - DA TRAJETÓRIA DE LUTA ÀS FORMAÇÕES POLÍTICAS	65
2.1 A ORGANIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CATADORES	65
2.2 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MNCR E SUA FORMA DE ORGANIZAÇÃO	67
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÕES E AS CONQUISTAS DA CATEGORIA	70
2.4 MNCR: INTE-RELAÇÕES ENTRE O POVO, O PÚBLICO E O PRIVADO	73
CAPÍTULO III- PROPOSTA METODOLÓGICA	80
3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	81
3.2 TÉCNICA DE "COLETA DE DADOS"3E E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	82
3.2.1 ANÁLISE DOCUMENTAL	83
3.2.2 ENTREVISTA	83
3.2.2.1 TÉCNICA DE ANÁLISE DA ENTREVISTA	84
3.2.3 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	85
CAPÍTULO IV - RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
4.1 "LER ELES": ANÁLISE DOS MATERIAIS PESQUISADOS	88
4.1.1 MATERIAL IMPRESSO - CARTILHAS DO CICLO DE FORMAÇÃO DO MNCR	88
4.2 "FALAR COM ELES": ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	91
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS/OS ENTREVISTADAS/OS	91
4.2.2 PROPOSTA POLÍTICA	92
4.2.3 FORMAÇÃO DOS CATADORES	94
4.2.4 METODOLOGIA DE FORMAÇÃO NO MNCR	97
4.2.5 ESCOLARIZAÇÃO	100
4.2.6. ASSESSORIA TÉCNICA	102
4.3 "FAZER COM ELES": ANÁLISE DO CAMPO	103
5. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES	118

5.1 RESULTADOS ACERCA DA FORMAÇÃO NO MNCR A PARTIR DOS OBJETOS DE ANÁLISE	118
5.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA	124
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
5.3.1 O MNCR E A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA	128
5.3.2 PROPOSTA PARA O MOVIMENTO	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
<u>APÊNDICE A) ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS CATADORES -EDUCADORES DO MNCR</u>	139

Imagem 1. Ilustração dos catadores.



Fonte: Luciano Irrthum. IPESA (2013)

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores - PT³, o número de iniciativas para fomentar grupos de produção coletiva formados por catadores vem crescendo e, junto com eles, a ampliação de uma rede de apoio. Esta rede de apoio é composta pelo governo, universidades, igrejas, empresas, Organizações Não Governamentais - ONGs, movimento social, entre outros atores que estão, direta e indiretamente, relacionados com o processo de estruturação produtiva e/ou com o fortalecimento da categoria em aspectos que vão além da dimensão econômica, como o desenvolvimento social, saúde, educação, entre outros.

Mesmo com as parcerias e os avanços⁴, muitos elementos precisam ser aprimorados para superar as adversidades atuais e garantir o direito ao trabalho digno, o bem estar social e a organização da categoria. Um dos elementos que devemos considerar ao refletir sobre as condições de educação e trabalho dos catadores e catadoras é o fato da categoria profissional pertencer a uma cadeia produtiva extremamente desigual e hierárquica – A cadeia produtiva da reciclagem.

A lógica de reprodução da força de trabalho da categoria se insere no contexto moderno do Capital que para Antunes (2009) está, fortemente, marcado pelo desemprego estrutural e pela redução e precarização das condições de trabalho. No caso desta categoria, a relação Capital-Trabalho é agravada pelas condições insalubres e pela crescente disputa em torno da gestão dos resíduos. Principalmente, a disputa que envolve os atravessadores que compram dos catadores e catadoras e vendem para a indústria dos recicláveis. Neste processo de compra e venda, os atravessadores têm estipulado preços e formas de pagamentos que apenas maximizam o seu próprio lucro.

Buscando superar estas e outras formas de dependência e de opressão, nos últimos anos, as catadoras e catadores passaram a investir no processo de mobilização coletiva para a criação de grupos produtivos, saindo da condição de autônomos, para a condição de grupos autogestionados na forma de associações e cooperativas de triagem e venda dos materiais recicláveis. Para Wirth, (2012), a auto-organização das catadoras e catadores como estratégia de enfrentamento à pobreza é considerada fundamental nesse

³ Governo de colocalização. Aliança com outros partidos políticos.

⁴ A exemplo: Governo Federal, Fundação Banco do Brasil, Petrobras, agências nacionais e internacionais de fomento.

processo e as associações e cooperativas configuram espaços de discussão, formação, gestão coletiva e enfrentamento coletivo dos problemas.

Junto ao processo de organização de grupos produtivos, a categoria têm construído/consolidado formas de representar a sua categoria. Um dessas formas é Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis MNCR, criado em 2001. O MNCR vem pautando e desenvolvendo ações em todo o país relacionados à luta pelos direitos e o avanço na cadeia produtiva da reciclagem de forma representativa e reivindicativa. Segundo o *site* do próprio movimento⁵, sua atuação se dá na criação e mobilização de ferramentas de lutas e na criação de propostas para a gestão coletiva e popular dos resíduos sólidos, pautadas no reconhecimento da categoria.

Consideramos que uma das ferramentas de luta criada pelo MNCR é a formação profissional e política das bases (grupos) que compõe o movimento. Esta formação se dá em dois aspectos, geral e específico. A relação do MNCR com a formação dos catadores se dá de forma geral por meio da participação do movimento e seus militantes nos encontros regionais e nacionais, nas reuniões de mobilização, nas ocupações, marchas, protestos e na construção de políticas públicas. E se dá de forma específica, quando o MNCR cria suas ferramentas de comunicação e formação como, por exemplo, os boletins, cartilhas e vídeos, e quando passa a desenvolver seu próprio método de formação, que o movimento chamam de “De Catador para Catador”.

O que impulsiona esta pesquisa é a tentativa por compreender de forma mais profunda como se dá a formação que se origina na luta por romper com a exploração, fortalecer a categoria e incentivar seu próprio protagonismo no âmbito do MNCR. Sabemos que este tema é amplo, por isso, o que apresentamos neste momento é um estudo introdutório sobre a formação *No e Para* o MNCR a partir da perspectiva dos catadores militantes e educadores do Movimento. Partindo deste registro, é proposta uma reflexão tendo como ponto de partida os pressupostos de uma educação libertadora pautada em Paulo Freire.

A escolha pela literatura de Paulo Freire está no reconhecimento do seu legado como fundador de uma “a pedagogia da luta” (GADOTTI; TORRES, 1997). Por isso possui, então, a intenção política de trazer para o debate, elementos em torno da construção de uma proposta popular de formação, conectada com o chão do trabalho, com a construção coletiva e libertadora.

⁵ O que é o Movimento. Disponível em: www.mnrcr.com.br. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

Em síntese, as perguntas que norteiam o estudo são:

O que podemos inferir acerca da formação promovida pelo Movimento Nacional de Catadores a partir da análise do material didático do Programa de Formação, das entrevistas e do campo realizado?

Como esta formação, por sua vez, se aproxima de uma concepção de educação libertadora em Paulo Freire?

E os objetivos são:

- I - Estudar o contexto histórico no qual emergem os catadores enquanto categoria profissional e o surgimento do MNCR.
- II – Compreender como concebe e organiza a prática educativa do MNCR na formação de catadores.
- III - Analisar o projeto de formação do MNCR em relação à educação libertadora.

O interesse pela temática é fruto da relação de militância com o movimento e do interesse de contribuir, acadêmica e pedagogicamente, com o processo de empoderamento da categoria. O que qualifica e justifica esta pesquisa é a intenção de produzir conhecimento e contribuir com a formação dos catadores. Seja ela via assessoramento técnico ou seja ela tocada pelo próprio movimento.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo guarda relação com a proposta da Pesquisa Participante, pois, ao longo do seu percurso, tanto o objeto, quanto o método, foram construídos levando em consideração o diálogo e a participação de catadores e militantes. A partir do interesse e da disposição do MNCR, consideramos que este estudo não é uma preocupação isolada e, sim, uma preocupação do próprio movimento em registrar e compreender o desenvolvimento de suas próprias ações.

Em relação aos objetos de pesquisa, primeiramente, houve a análise os materiais impressos do ciclo de formação, onde buscou-se perceber as principais temáticas e formas de abordagens. Em seguida, buscando conhecer as práticas pedagógicas e o sentido dado à formação no movimento, foram realizadas entrevistas com cinco catadores representantes do MNCR que possuem, para além da experiência de catação (dentro das bases e da experiência representativa no movimento), a experiência de educador (conduzindo processos de formação), que chamaremos aqui de “catador-educador”.

As outras entrevistas realizadas foram com o militante e coordenador de comunicação Davi Amorim e o Prof. Dr. Paul Singer⁶. Para cruzar as falas e analisar as entrevistas dos catadores-educadores, recorreu-se a técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), com apoio de um programa específico de análise qualitativa dos dados.

O último objeto foi a observação participante realizadas em dois estados e no Distrito Federal. Em Brasília-DF houve a participação em eventos relacionados com o tema. Já nos estados de São Paulo-SP e Rio Grande do Sul-RS, houve a participação em encontros, reuniões de planejamento, eventos e visitas às cooperativas e associações. O Registro serviu para perceber as formas de articulação e as estratégias da formação política adotadas pelo MNCR.

Podemos dizer que este estudo pertence ao campo da educação não formal e popular, mais especificamente, a formação que acontece no movimento social composto por jovens e adultos trabalhadores da reciclagem.

⁶ Atual secretário da Secretária de Economia Solidária do Ministério do Trabalho em Emprego- SENAES e um dos principais teóricos sobre Economia Solidária no Brasil.

Imagem 2. Ilustração dos catadores.



Fonte: Luciano Irrthum. IPESA (2013)

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO, TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E RECICLAGEM

1. EDUCAÇÃO E TRABALHO

A educação tem um conceito amplo, envolto de uma teia de significados. A Lei de Diretrizes e Bases no artigo 1º da lei 9.394/96, considera que:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB. 1996)

De forma geral, podemos apontar que toda a educação tem uma intencionalidade, explícita ou implícita, pois todo conhecimento tem um objetivo, uma direção e uma finalidade. O conhecimento é conhecimento de algo, a partir de uma perspectiva. Na educação, os processos formativos devem ser compreendidos de forma ampla, pois, quando os saberes são sistematizados, eles podem fazer parte, tanto no contexto formal de educação (formação institucionalizada), quanto no contexto não-formal (contextos diversos, da cultura).

Os processos de ensino e aprendizagem podem se dar de diferentes formas, a depender da época e das correntes teóricas que se seguem. Em Freire, por exemplo, o ensino não se restringe a mera transmissão. Para ele “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção” (FREIRE, 1996). O ensino não é algo passivo. Educadores e educandos se formam no processo.

Para Saviani (1995), historicamente, a educação foi compreendida como instrumento para corrigir e superar o fenômeno da marginalidade, sobretudo, após a revolução burguesa, que vê a escola como principal ferramenta capaz de lidar com esta distorção social. A educação é, então, compreendida como duas principais forças, dois principais grupos – no primeiro estão os que veem a educação escolar como uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social, superando o fenômeno da marginalidade e, no segundo grupo, a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Esta correlação de forças gera, ao mesmo tempo, concepções diferenciadas de educação e, logo, de escola. Ou seja, se por

um lado a educação reflete uma estrutura social que busca a manutenção do estabelecido, por outro, também é palco de contradições.

Proveniente de modo de produção capitalista, no contexto das promessas que a burguesia trouxe e não foi capaz de implementar, a educação tem um caráter contraditório em sua essência, pois, tanto contribuiu para reprodução social, como para sua negação e perda (Petit, 1937).

Concordando com este aspecto e qualificando a contradição na educação e na escola, Snyder diz que:

Ela é o terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada, ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação - mas também ameaça a ordem estabelecida e possibilidade de libertação. (SNYDER, 1997, p. 10)

Além da contradição, outro aspecto que destacamos é a relação entre educação e trabalho. Partimos da compreensão de trabalho como constituidora da identidade humana, com uma dimensão ontológica (Marx, Lukács). O trabalho é algo considerado inerente ao ser humano na produção do mundo e de si mesmo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeças e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ela e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, a sua própria natureza (Marx, 1983, p. 149).

No sistema capitalista, as relações sociais de produção são apropriadas e transformadas em mercadoria. O capital detém como propriedade privada, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção. A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender. O capitalista compra do trabalhador o tempo de trabalho para a produção de um determinado produto (material ou imaterial), pagando à ele, apenas uma parte de sua produção com o salário.

Para Cury (1989), na sociedade capitalista, a educação, enquanto instrumento de disseminação de um saber mais abrangente, entra em contradição. Pois, o saber,

enquanto intenção, pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas classes subalternas. Ao incorporá-lo à sua prática, o torna instrumento de crítica das massas, pois, na sua prática (no conjunto das relações sociais), reside a contradição da intencionalidade dominante: a oposição entre o saber do dominante e o fazer do dominado. E completa:

A ação pedagógica, enquanto apropriação pelas classes dominadas de um saber que tem a ver com os seus interesses, concorre para o encaminhamento da modificação das condições sociais. Na medida em que explicita aquelas condições que determinam o caráter da dominação, a ação pedagógica conflita com o sistema capitalista. Conflita porque a falsa consciência cede espaço à consciência mais totalizante. Como esse conflito é, pelo menos, latente, as relações de dominação, tornadas principais no conjunto das relações de produção, tentam colocar a coesão acima da contradição. Para isso faz-se uso de uma pedagogia persuasiva. (CURY, 1989, p. 71)

Frigotto (2001) aponta que a educação está sempre a serviço de uma ideologia, de uma proposta, como instrumento para realizar uma estratégia de poder. Assim como já dissemos, a educação não pode ser considerada como neutra. Sua intencionalidade não se restringe a uma intencionalidade pedagógica, mas também, ideológica e política.

1.2 EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular possui um conceito polissêmico que, ao longo da sua história, foi se transformando. Este conceito, já foi compreendido como acesso do povo à escola, também como formação e preparação de classes empobrecidas para ocupar postos de trabalho e, em outros momentos, ela está vinculada a um projeto de transformação da realidade social que tem caráter emancipatório (DEPMC⁷, 2014, p.27).

No Brasil, nas últimas décadas, a Educação Popular esteve, fortemente, ligada ao processo que vai além de aquisição de rudimentos da educação formal. Ela está aliada ao um processo de conscientização de classes populares, sobretudo, no sistema Paulo Freire que pressupunha que “as populações mais marginalizadas e mais pobres se apropriem de um novo saber-instrumento; um saber que pode ser usado, diretamente, na realização dos objetivos sociais destas camadas” (BRANDÃO, 1980, p.29). A experiência prática não tem lugar determinado. Acontece no chão das fábricas, nas igrejas, nas associações

⁷ Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.

de bairros, sindicatos, partidos políticos, gestão social democrática, com grupos populares, no campo ou na cidade.

Segundo o Centro de Educação Popular CEPIS (2012), a Educação Popular é o esforço de mobilização, organização e capacitação dos grupos populares para o exercício do poder que possui um lado - o lado da luta da classe oprimida. Enquanto ferramenta político-pedagógica, ela contribui:

Na divulgação e recriação do conhecimento; Construção e implantação da estratégia de uma organização popular; Qualificação militante para a luta de classes; Elevação do nível de consciência da classe oprimida e na incorporação do povo como protagonista; Tradução de ideias e na aplicação da metodologia popular, como compromisso da multiplicação criativa. (CEPIS, 2012, p. 35)

Além de ser compreendida como um processo coletivo de elaboração, tradução e socialização do conhecimento, que capacita educadores e educandos a lerem, criticamente, a realidade para transformá-la. Para o CEPIS, a pedagogia da Educação Popular considera: a) o querer do educador, sua mundividência, seu acúmulo de conhecimento da prática social; b) as demandas e os potenciais da classe trabalhadora, seus anseios e reivindicações; c) o contexto, pois as pessoas são situadas e mergulhadas numa teia de relações econômicas, históricas, culturais, religiosas, políticas, sociais, subjetivas; d) a postura do intercâmbio, em que as partes se assumem como protagonistas, com papéis específicos (CEPIS, 2012).

No livro-dicionário “Teoria Cultural e Educação - Um Vocabulário Crítico”, Tomaz Tadeu da Silva, traz uma definição oportuna:

Educação Popular refere-se a uma gama ampla de atividades educacionais cujo o objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social. Em muitos casos, as atividades de ‘educação popular’ visam o desenvolvimento de habilidades básicas, como a leitura e a escrita, consideradas como essenciais para uma participação política e social mais ativa. Em geral, seguindo a teorização de Paulo Freire, busca-se utilizar métodos pedagógicos – como o método dialógico, por exemplo- que não reproduzam, eles próprios, relação sociais de dominação (SILVA, 2000, p. 48)

Apesar de pouca visibilidade e pouca presença nos centros de estudos universitários, a Educação Popular segue presente em diversos espaços. Cada vez mais, tem se apropriado de ambientes virtuais e multimídia com o uso de ferramentas tecnológicas para produzir materiais audiovisuais que dialogam com a diversos grupos,

inclusive com a arte urbana. A Educação Popular tem ampliado o leque de temáticas, debatendo e construindo importantes contribuições em torno de temas como raça/cor, gênero, questões ambientais, entre outros.

1.3 EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

A relação entre Educação e Libertação é considerada como um dos princípios fundantes do pensamento pedagógico de Paulo Freire e, por isso, se torna cara a esta pesquisa. Podemos dizer que a categoria Libertação aparece de forma transversal em todos os textos, porém, em seus primeiros livros, é onde esta categoria encontra mais ênfase teórica (ao abordar cultura e educação), mas nunca é delimitada em uma síntese específica pelo próprio autor. Freire analisa a dimensão objetiva e subjetiva da liberdade e, em seu pensamento, não podem ser confundidas como liberdade acima de qualquer limite⁸.

Freire escreve de forma dialógica e seu pensamento está estruturado na relação solidária entre teoria e prática. Para tratar desta questão, elencando seus principais elementos, partiremos da leitura em três obras, a saber: Educação como prática da liberdade (1967), Pedagogia do oprimido (1968) e Ação cultural para a liberdade (1974), além de recorrer a outras literaturas.

Paulo Freire escreveu o livro **Educação como prática da liberdade** depois da queda do governo Goulart, nos intervalos das prisões, e concluiu seus escritos no exílio (de 1965 à 1967) sob forte violência e repressão. Esta obra, assim como outras, encontram total relação com o contexto histórico vivido pelo autor e as profundas mudanças políticas e desafios de sua época, e o mais interessante, seu significado transcorre o tempo, pois sua leitura ainda encontra sentido ao analisar a realidade educacional brasileira e latino americana nos tempos atuais. Sua escrita se baseia, sobretudo, nas experiências práticas e na urgência de escrever ideias pedagógicas relacionadas à liberdade no seio de uma sociedade em constante transição.

Um dos aspectos da obra é a abordagem que o autor faz sobre a temática alfabetização e conscientização. Uma das premissas apontadas é a urgência da

⁸ Sobre a liberdade em Freire, pode se ler mais na síntese feita pelo Jung Mo Sung em: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

alfabetização e da conscientização caminharem juntas⁹, sejam nas salas de aulas ou nos Círculos de Cultura. A liberdade e a crítica devem fazer parte de ambos os processos. Alfabetizar e conscientizar devem partir de uma crítica da opressão real e se expressar em lutas para libertarem-se. Tal abordagem, já aponta alguns elementos fundantes da educação libertadora.

Outro aspecto relevante é sua relação como o movimento popular de educação, como aponta Weffort no prefácio do livro. Para ele, as reflexões de Freire “nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e ao mesmo tempo, conduzem um reflexão e uma prática dirigidas sobre o movimento popular” (WEFFORT *in* FREIRE, 1980, p.4).

Sua filiação existencial cristã também está presente no referido livro. Freire não nega o diálogo do homem com seu Criador, entretanto, não ignora que as transformações humanas são frutos da história. Neste sentido, a liberdade é exposta como vocação humana, como destino de homens e mulheres, por esta razão, “só pode ter sentido na história que os homens vivem”, e só adquire plena significação “quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se” (Ibid., p, 6)

Freire coloca a educação como uma afirmação da liberdade e, como pontua Weffort, esta ideia não é recente. Desde os gregos, com o pensamento socrático, ao apontar que a conquista do saber se realiza através do exercício livre da consciência, até as várias correntes das pedagogias modernas, essa relação está presente. Quando levadas de forma crítica, conceber a educação como uma prática da liberdade para o autor, significa também reconhecer a opressão.

No início do livro, Freire aponta a estreita relação da educação com a sociedade, a história e a cultura – domínio, exclusivamente, humanos. Sua percepção temporal e histórica implica tanto em uma visão de si mesmo como uma visão de mundo. Esta consciência, a medida que se torna crítica, é fundamental para a integração do homem ao seu contexto para ultrapassar a simples adaptação e o ajustamento. Ajustamento esse que é contrário a liberdade “A partir das relações do homem com a realidade, resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação e recriação e de decisão, vai ele dinamizando o seu mundo”. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a (FREIRE, 1980, p. 43).

⁹ A alfabetização é palco privilegiado de suas reflexões. A atuação e a base para seu método tem relação com os programas e as ações realizada por Freire e sua equipe pedagógica antes do Golpe em 1968. A relação de Freire com a alfabetização segue no período de exílio no exterior e no seu retorno ao Brasil.

No livro “**Pedagogia do Oprimido**”, escrito em 1968, Freire esboça em seu texto, sobre a prática de dominação da consciência e diz que essa prática se configura como uma “pedagogia das classes dominantes”, onde seus métodos e técnicas não servem para libertação do oprimido e, sim, para a manutenção de seu *status quo*. A prática de dominação da consciência não permite que o oprimido *seja* ele; em situação de violência, ele se converte em algo que serve, se submete e se transforma em coisa.

Segundo autor, para que a educação seja, realmente, para a libertação, a pedagogia deve servir ao oprimido, se configurar com uma prática *do* oprimido e não *para* ele. Fiori, na introdução do texto, sintetiza esse pensamento da seguinte forma:

Os caminhos da libertação são dos oprimidos que se libertam: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que deve se autoconfigurar responsabilmente. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito da própria destinação histórica. (FIORI *in* FREIRE. 2005, p.7)

Freire afirma que a pedagogia do oprimido é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação e sintetiza esta prática em dois momentos principais. O primeiro é ação e reflexão em que os oprimidos vão desvelando sua opressão, desmistificando sua realidade e vão se comprometendo com a práxis; o segundo, se dá no momento em que os oprimidos vão transformando sua realidade e assim transformam também esta pedagogia, que deixa de ser somente dos oprimidos, para se tornar um processo permanente de libertação de todos os homens (FREIRE, 2005).

Este processo é um caminhar no enfrentamento da cultura da dominação e, para que aconteça de forma profunda e realmente transformadora, ele diz que cabe ao oprimido romper com as suas contradições e superar o antagonismo opressores-oprimido. Sendo os oprimidos, mulheres e homens que se forjam nessa dualidade, precisam encontrar formas de recuperar a humanidade sem negá-la aos que primeiro lhe oprimiram. “Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto viva a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo” (Ibid., p. 34/35).

Para enfrentar este dilema, em síntese, Freire aponta que o oprimido precisa superar a acomodação, fruto do medo da liberdade, precisa construir uma pedagogia autêntica, que seja instrumento para a esta descoberta crítica, que não reproduza uma “educação bancária”. É preciso construir suas ações com base na luta e na relação direta e dialógica com o oprimido e fortalecer sua autonomia para criar com isso, o *ser* mais, reconstituindo sua humanidade e a humanidade de quem o oprime (FREIRE, 2005, *b*). Tudo isso exige de si mesmo, uma busca permanente e, por isso, ele aponta que a libertação é um parto e um parto doloroso. “O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressor-oprimido, que é a libertação de todos (Ibid., p. 38).

Por fim, no livro “**Ação Cultural para a Liberdade**”, escrito entre 1968 e 1974, Freire reúne alguns textos, preparados para seminários, que tem como inspiração, suas atividades com os camponeses no Chile e a realidade dos “*asentamientos*” na busca por um processo de reforma agrária. Sua escrita segue falando sobre alguns temas já tocados em Pedagogia do Oprimido, como alfabetização de adultos, temas como codificação e decodificação, Círculo de Cultura, Pesquisa Temática, ação cultural para libertação mas, sobretudo, sobre conscientização.

No início deste livro, ao abordar sobre alfabetização, Freire aponta a relação entre teoria e prática. Toca na separação que tentam fazer entre ambas e se opõe a pensar uma educação crítica em que ambas estejam separadas. Ele diz: “*Para mim, que me situo entre os que não aceitam a separação possível entre prática e teoria, toda prática educativa implica numa teoria educativa*” (1977, p. 17). Aponta também a necessidade dos educadores de se aproximarem do universo vocabular dos educandos. Se relacionar com a língua é se relacionar com o mundo para, a partir dele, problematizá-lo. Nenhum saber é superior ao outro e ambos, educandos e educadores, aprendem num processo relacional. Se for o caso do educador ignorar o mundo da produção dos camponeses (dos educandos), ele irá ignorar também, as bases reais de conhecimento em que os camponeses se formam e, único que restará ao educador será uma visão ingênua, uma postura dissertativa e verbalista da educação.

Para uma ação cultural, ele diz que é preciso levar em consideração os sujeitos que nela estão inseridos. Uma visão mecanicista, economicista e tecnicista da cultura, que considera os sujeitos como meros objetos da história, não será capaz de promover nenhum processo de transformação. Porque quem faz a história são as mulheres e os homens nela inseridos.

Somente uma perspectiva de caráter reformista, que nega os sujeitos e a cultura deles, busca fazer mudanças *para e sobre* as pessoas e não *Com* as pessoas (FREIRE, 1977).

Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem, tentar “enchê-los” com o que os técnicos lhe parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante.

Não queremos, contudo, com isto dizer que os camponeses devam permanecer no estado em que se encontram com relação ao seu enfrentamento com o mundo natural e à sua posição face da vida política do país. Queremos afirmar que eles não devem ser considerados como “vasilhas” vazias nas quais se vá depositando o conhecimentos dos especialistas, mas pelo contrário, sujeitos, também, do processo de sua capacitação. Capacitação indispensável ao aumento da produção, cujo necessidade, demasiado óbvia, não necessita ser discutida. O que, porém, não apenas se pode mas se deve discutir, é a forma de compreender e de buscar o aumento da produção. (FREIRE, 1977, p. 32)

As camponesas e camponeses encontram sua maneira de pensar o mundo de acordo com a sua cultura e, por isto, se encontram marcados pela ideologia de grupos dominantes da sociedade em que fazem parte. Entender os mecanismos desta ideologia é fundamental para a libertação.

Em seguida, Freire aponta que cabe aos técnicos-educadores, caminhar *Com* as/os camponesas/es na direção de assumirem o papel de agentes da ação, compreendendo sua realidade através da investigação temática, sem deixar que a teoria da prática social se perca da prática e, assim, perca seu sentido. “[...] a tarefa do educador é a de, partindo daquela visão, tomada como um problema, exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação” (Ibid., p. 36).

Outros pressupostos que assumem o texto “Ação Cultural para Liberdade” é a relação entre ação cultural e ação educativa libertadora. Para ele, toda prática educativa carrega uma teoria educativa e que não existe uma educação neutra. A prática educativa acarreta em uma forma de ver o mundo e o humano no mundo. Esta visão, por sua vez, deve se dar de forma dialética onde aspectos subjetivos e objetivos se relacionam. Segundo o autor, os seres humanos são seres históricos que estão no tempo e não imerso nele. Sendo diferente dos animais, pois são livres e capazes de optar, decidir e de valorar.

Em seus livros, Freire aponta o que seria uma educação libertária, fonte de

possibilidades criadoras e uma educação dominadora, mecanicista e incapaz de transformar o mundo, por se incapaz de problematizá-lo. Para Gadotti (1996), Freire compreende a liberdade como início da educação e, a libertação, a finalidade da educação. Podemos considerar então que, em Freire, e a educação e cultura são âmbitos em que a libertação deve acontecer, pois, sem elas, não há como se libertar das opressões.

Cada livro apresentado possui uma série de elementos que compõe uma educação como prática de uma liberdade consciente e em busca da emancipação da classe oprimida (e, por consequência, da opressora também). Freire apresenta, ao longo dos textos, algumas premissas que compõem essa prática. A partir da leitura dos textos, podemos considerar que:

- A educação libertadora é uma educação humana e concebe o ser humano como ser inacabado, histórico, livre para escolher e para construir valores e sentido;
- Concebe que todos aprendemos e ensinamos e não há mente vazia. Nem a educação é uma mera transmissão de conhecimentos;
- Entende que o conhecimento se dá na relação dialógica e não de forma unidirecional;
- Compreende que a educação não é neutra. Ela pode assumir as formas de opressão ou de dominação que foram, historicamente, construídas.
- Uma educação libertadora deve ser feita com os oprimidos e não para os oprimidos, de forma comprometida e crítica;
- Compreende que o ensino e a prática devem partir do contexto real e objetivo dos próprios sujeitos;
- Uma educação libertadora se dá por meio de um processo;
- Uma educação libertadora deve encharcar de sentido o ensino;
- Educação libertadora só encontra sentido na transformação das consciências e das estruturas sociais;
- Está comprometida com a superação das formas de opressão subjetivas e objetivas da realidade.

Consideramos que a educação libertadora em Freire é, então, uma educação que busca superar todas as formas de opressão. Que torna o ser humano sujeito e não objeto da história. A partir desta aceção e de outras premissas, vamos considerar **Libertação**,

em resumo, como: a passagem da realidade opressiva para uma realidade não opressiva. Essa passagem deve se dar na esfera da consciência e do mundo. Deve ser comprometida também com a classe social, a origem e a posição dos sujeitos no mundo.

1.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Sobre a relação movimento social e educação, a autora Maria da Glória Gohn, aponta que, historicamente, também houve muitas transformações. Gohn, parte da compreensão que o movimento social possui, intrinsecamente, um caráter educativo, e diz que a natureza sociopolítica da educação nos movimentos, teve seu auge durante o processo de transição do regime militar à redemocratização do país. Nesse período, o processo educativo foi considerado um instrumento de mobilização e organização popular. “Era um processo permanente de aprendizagem a partir da prática, geradora de processos organizativos e de consciência social nas classes populares” (GOHN, 2012, p. 9). Ela considera ser este um período fértil de criação de novas metodologias e pedagogias alternativas¹⁰.

Com a mudança na conjuntura sociopolítica, cultural, econômica e tecnológica, as pedagogias utilizadas também mudaram, sobretudo, nas novas formas de associativismo. O uso da internet, com a potencialização das redes sociais como forma de mobilizar e transmitir informações, marca uma das principais estratégias de comunicação dos movimentos sociais.

Agora, formas de participação *online* dos movimentos sociais convivem com formas de participação direta nas associações civis, onde há pedagogias baseadas em métodos focais, participação em oficinas e em projetos sociais, redes de cooperativas de geração de renda, cursos de curta duração, viagens e participação em grandes eventos (GOHN, 2012, p. 10).

Ambas as formas de fazer mobilização (direta e indireta) convivem juntas e ocupam as agendas dos participantes e novas formas de aprendizagem também tem surgido. No entanto, a autora aponta que é necessário saber diferenciar o caráter pedagógico, o sentido e o significado da aprendizagem em cada grupo. Isto por se tratar de um campo muito plural, onde existem vários grupos e diversas formas de interação entre si.

¹⁰ Para conhecer mais, ver obra completa: GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação.

Em se tratando do terceiro setor, a autora diz que as ONGs possuem, em muitos casos, uma formação híbrida e de caráter policlassista. Ao longo da última década, têm cada vez mais desenvolvido, ações solidárias e conteúdos humanistas que dispensam a crítica social. “Há uma pluralidade de formas; a maioria abriga-se em processos de institucionalizados; uma minoria tenciona o *status quo* vigente” (GOHN, 2010)

No campo dos movimentos sociais, é preciso lembrar que também houveram mudanças. Movimentos mais tradicionais, atualmente, convivem com novos movimentos sociais que se organizam de acordo com múltiplas identidades (raça, gênero, faixa etária etc): “[...] *lutas por reconhecimento convivem com lutas pelas redistribuição e acesso a bens e serviços*” (Ibid., p. 11). Outro aspecto é a criação de novas formas de aprendizagem, porém, mantendo sua base e seu conteúdo social, pois, em suas lutas, expressam o lugar que ocupam no processo da divisão do trabalho, a exploração e espoliação a que são submetidos e a ausência de direitos sociais elementares (Ibid., p. 20).

Para a autora, o caráter educativo dos movimentos sociais não se restringem a conteúdos e técnicas de transmissão. Ele se dá de várias formas e na articulação de planos e dimensões. De forma resumida, divide-se em 3 principais grupos. A saber:

- 1- *Dimensão da organização política*- Trata-se da consciência progressiva sobre direitos e deveres, sobre o funcionamento do Estado e construção da cidadania coletiva. Se constrói, concomitante, à organização do grupo por meio de assessorias.
- 2- *Dimensão da cultura política* – através da experiência e do acúmulo de práticas no meio político, aprende-se a compreender certos códigos, criar novos códigos, a elaborar estratégias e seus próprios instrumentos de lutas.
- 3- *Dimensão espacial-temporal* – desenvolvimento de uma visão historicizada dos problemas, o reconhecimento de vida de uma parcela da população. A articulação entre saber popular e saber científico e, principalmente, o reconhecimento dos distintos tempos e espaços dos grupos e das ações. Compreensão e respeito às diferentes dinâmicas e localidades.

Além de englobar essas dimensões, também é apontado a diferença entre o caráter educativo e os processos pedagógicos. Gohn, esclarece que a dimensão educativa se refere ao processo cujo produtos são, realimentadores de novos processos. Enquanto

que os processos pedagógicos são, os instrumentos utilizados no processo (Ibid., p. 24). Por vezes, o educativo e o pedagógico caminham juntos, contudo, são partes diferentes do processo.

1.5 MOVIMENTOS POPULARES E EDUCAÇÃO POPULAR

O desenvolvimento de experiências de Educação Popular e as experiências de criação dos movimentos sociais populares se dão de forma autônoma, contudo, na história brasileira, houve momentos em que os dois convergiram. O auge desta interação, segundo Gohn, se deu nos anos de 1970 com publicações e experiências sistematizadas em ambos os espaços. Sobre este assunto, a autora apresenta algumas premissas:

Os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação popular. Eles não ocorrem através de um programa previamente estabelecido, mas através dos princípios que fundamentaram programas de educação popular, formulados por agentes institucionais determinados, tais como grupos de assessorias articulados a Igreja, a partidos políticos, a universidades, a instituições governamentais nacionais e internacionais, a sindicatos etc. As metodologias de operacionalização daqueles programas foram formuladas pelos agentes assessores dos movimentos. A aplicação e difusão da metodologia desenvolveu-se a partir do trabalho das lideranças da parcela da população organizada (GOHN, 2012, p. 49).

O elemento que estabelece a relação entre movimentos sociais populares e Educação Popular são os materiais e as formações das assessorias. Para a autora, não existe movimento social puro, isolado, formado apenas de participantes populares, da base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo mandatário, entretanto, com base ideológica e afinidades parecidas (GOHN, 2012).

Para demarcar o processo educativo existente na relação entre ambos, é preciso considerar a educação como autoconstruída no processo e como portadora de algumas aprendizagens. Gohn aponta quais aprendizagens são essas:

- 1- Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder.

- 2- Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3- Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4- Da aprendizagem gerada pelo contato com assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
- 5- Da aprendizagem da desmitificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas sociais.

Considerar a relação entre educação e movimentos sociais em seu conjunto de experiências e em seus formatos pedagógicos, nos permite reconhecer o caráter educativo do MNCR. O movimento tem participado e proposto experiências pedagógicas, sobretudo, no campo da educação informal e popular. Essas experiências tem estreita relação com o trabalho que os catadores desenvolvem, com o modo de produção e consumo dos resíduos, com as medidas tomadas por agentes externos e, também, com as iniciativas e bandeiras de lutas que o próprio movimento levanta.

1.6 MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS NOVOS ARRANJOS

Maria da Glória Gohn (2003) nos ajuda a compreender alguns elementos que compõem o MNCR, sobretudo, os estudos realizados sobre os movimentos que criam força ou surgem a partir da virada do milênio. A autora aborda os movimentos sociais como “Ações sociais coletivas de caráter sócio político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (2003, p. 13). Essas organizações podem se dar de distintas formas e com distintos propósitos, de acordo com o caráter de cada movimento. Para ela, os movimentos sociais progressistas são, basicamente, “[...] os que atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnóstico sobre a realidade social e constroem propostas” (Ibid., p. 14).

Segundo o livro, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, tiveram destaque os movimentos populares organizados sob base cristã e inspirados pela Teologia da Libertação nas décadas de 1970 e 1980. Organizadas pela e com as classes populares, suas principais bandeiras de luta foram por moradia, reforma agrária, acesso à

educação pública, saúde e saneamento básico, direito da criança e do adolescente, entre outros. O contexto social em que surgiram, foi, sobretudo, durante a ditadura e sobre forte pressão em torno da liberdade de expressão.

Em seu estudo, a autora aponta, que uma das conquistas dos grupos populares organizados sob a forma de movimento social, possibilitaram avanços na garantia de direitos, asseguradas na Constituição de 1988 e outros instrumentos como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e na consolidação de espaços participativos, como fóruns, conselhos e conferências, que passaram a ser realizados de forma mais institucionalizada e atingindo uma escala nacional.

Com o início do século XXI, no entanto, os movimentos populares no Brasil, passaram por profundas transformações, em particular, nos anos 90, pois “*à medida que as políticas neoliberais avançaram, foram surgindo outros movimentos sociais*” (Ibid., p. 21). Perdendo ou ganhando força, alguns movimentos desaparecem e outros surgiram, em uma dinâmica de fluxo e refluxo, no qual todos os movimentos e manifestações estão inseridos.

Ainda para a autora, o que muda na configuração dos movimentos sociais e os considerados movimentos populares, também no início do referido século, é a sua forma de se relacionar com o Estado e a sua intensa interação com as ONGs e o terceiro setor.

Embora os eixos nucleadores das demandas fossem os mesmo, eles incorporaram novas práticas, alguns de seus líderes ou assessores passaram a incorporar diferentes escalões da administração pública (nos locais em que a oposição ascendeu ao poder). Seus discursos se alteraram em função da mudança de conjuntura. As matrizes que estruturaram esses discursos e as práticas também se alteraram. Não se tratava mais de se ficar de costa para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc. Eles ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns; e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e nacional. (GOHN, 2003, p. 24)

Neste mesmo contexto, surgem novos tipos de associativismo e o trabalho em rede se intensifica. Não há mais uma ênfase exclusiva nas questões locais e suas reivindicações se articulam com temáticas como as questões ambientais, de gênero e de direitos humanos. (GOHN, 2003)

A partir da leitura, podemos perceber que há transições e transformações nos movimentos populares mais tradicionais no Brasil, a partir de transformações no próprio

cenário político, como a abertura de espaços para participação e criação de instrumentos jurídicos novos, por exemplo, e no avanço do neoliberalismo que contribuiu para um novo cenário.

O MNCR já surge nesse novo contexto. Mesmo com o apoio das igrejas católicas, por meio das comunidades eclesiais de base e pastorais de rua, seu surgimento, enquanto movimento popular que representa os catadores e reivindica o direito ao trabalho digno, se consolida na parceria com o terceiro setor e com o Estado, como veremos no capítulo a seguir. Diferente de muitos movimentos populares, os catadores e catadoras representam um grupo produtivo e não somente social; sua luta, também implica em trabalho e geração de renda. Suas demandas estão intrinsecamente ligadas à cadeia produtiva e ao mercado. Desde o início, a pauta principal para sair das condições de extrema pobreza, mantendo o exercício do trabalho na catação de forma autônoma e articulada, se dá sob a bandeira da inclusão socioeconômica.

Compreender o contexto histórico da luta e a transformação no próprio campo, colabora para uma compreensão das estratégias pedagógicas e do atual formato de luta, seus potenciais e limites. Neste sentido, observar e entender a dinâmica de interação com a base sem perder de vista, sua estreita relação com o Estado e com o setor privado, pode favorecer uma leitura mais contextualizada.

Imagem 3. Ilustração dos catadores.



Fonte: Luciano Irrthum. IPESA (2013)

CAPÍTULO II. CATADORES – ENTRE SOBREVIVER E FAZER A LUTA

1.1 PANORAMA DA RECICLAGEM E ALGUNS PRESSUPOSTOS

A questão da reciclagem, no Brasil, gira em torno do descaso e de potencialidades. Mesmo com os avanços recentes, protagonizados, principalmente, pela luta das catadoras e catadores e sociedade civil organizada, o desafio para a realização da gestão adequada e integrada de resíduos sólidos urbanos (RSUs) ainda ocupa lugar na agenda dos conflitos e das múltiplas interpretações. Para compreender alguns pressupostos desta pesquisa, pontuaremos alguns aspectos da gestão dos RSU, da coleta seletiva, da coleta seletiva solidária e dos protagonistas do nosso estudo, das catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Um primeiro e importante aspecto para se levar em consideração é a interpretação recente do que seja lixo. A partir, da Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS/2010, todo o lixo passou a ser considerado como Resíduos. Chamamos, erroneamente de lixo, todo o material que as pessoas consideram inservível (sejam eles secos e/ou úmidos) e/ou que foi disposto de forma não separada e encaminhada para lixões ou aterros sanitários. A partir do momento em que os resíduos secos e úmidos passam a ser separados, adequadamente, o que temos são materiais passível de reutilização/reciclagem, ou seja, resíduo/materiais recicláveis. Se considerarmos os resíduos como sendo: qualquer material descartado passível de reciclagem, então, chamaremos todos os resíduos que não são passível de reciclagem, de rejeito, superando assim, a ideia de lixo.

Quem separa os resíduos, ressignifica seu uso e potencializa sua reintrodução na cadeia de produtos e dá uma vida mais longa à matéria-prima e maior qualidade e segurança no trabalho realizado pela categoria. Assim, o lixo deixa de ser lixo, quando não é mais tratado como algo sem serventia e sem retorno.

Com a participação dos catadores, o lixo deixa de ser um gerador de problemas ambientais e de saúde e passa a ser um bem, gerador de benefícios sociais, de trabalho e renda, dotado de valor ambiental e econômico.

No Brasil, segundo o *site* do MNCR ¹¹ e o relatório do Compromisso Empresarial pela Reciclagem- CEMPRE, dos 5.560 municípios brasileiros, apenas 327

¹¹ Segundo texto do site do MNCR: <http://www.mnrc.org.br/noticias/blog-do-sul/catadores-definem-mobilizacao-estadual-apos-encontro>. visitado em 26 de dezembro de 2015.

possuem algum sistema de coleta seletiva implementado total ou parcialmente. A ilustração a seguir ajuda a visualizar a proporção da coleta seletiva nos municípios brasileiros:

Gráfico 1. Proporção dos municípios que possuem coleta seletiva.



Fonte: AVINA (2007)

Segundo estudos, 90% dos resíduos sólidos urbanos - RSU gerados são passíveis de reaproveitamento. Destes, 60% é compostos por resíduos orgânicos e podem ser compostados e 38% são papéis, vidros, metais, plásticos e embalagens que podem se tornar produtos reciclados (GRIMBERG, 2007). De acordo com dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), apenas 13% do total de RSU gerados no Brasil são encaminhados para reciclagem e, mesmo com o percentual geral baixo, os níveis de reciclagem de alumínio (98%) e papelão (77%) são considerados altos (IPEA, 2010).

O que permite que boa parte do material destinado seja recuperado no Brasil, como latinhas e papelões, por exemplo, é o uso da força de trabalho de milhares de catadores, que, mesmo sem coleta seletiva implementada na maioria dos municípios brasileiros, conseguem reintroduzir na indústria, toneladas de matérias-primas já processadas novamente na indústria.

Como consequência da falta de sistema de coleta implementada e com a falta de adequadas estruturas de trabalho, a maioria dos catadores (cerca de 80%, segundo o MNCR) permanece trabalhando nos lixões a céu aberto e nas ruas. Por isto, podemos pontuar que a solução da questão dos resíduos sólidos é complexa e depende, de forma

prioritária, das ações promovidas pelo poder público, sejam elas por meio de políticas diretas ou indiretas, contando com as ações da sociedade e dos grupos organizados.

Importante pontuar que *coleta seletiva* é diferente de *coleta seletiva solidária*, pois, a última agrega os catadores como parte do processo. Segundo a PNRS, até o fim do prazo estipulado (2018), todos os municípios brasileiros devem implementar a coleta seletiva solidária com a inclusão social e econômica dos catadores e, um dos desafios é superar as condições de trabalho em lugares como lixões e aterros a céu aberto. A coleta seletiva solidária foi pautada por vários anos pelo MNCR e outros atores como a principal saída para a mudança do cenário da reciclagem no Brasil.

Segundo Oliveira (2010), o tratamento dado a gestão dos RSUs, no Brasil, pode ser visto, de maneira geral, a partir de dois enfoques: um enfoque ambiental tecnológico e outro social. No primeiro enfoque, a argumentação gira em torno de questões de saúde pública, finanças e/ou uso de recursos naturais e, seu principal objetivo é a reintrodução dos materiais no ciclo produtivo. Já no segundo enfoque, se busca debater a questão da exclusão social, a partir do debate sobre o papel e a realidade dos catadores de material reciclável.

Para Oliveira, tradicionalmente, a coleta seletiva tem sido reivindicada a partir da perspectiva ambiental tecnológica e entrou na pauta da agenda pública a partir de grandes eventos como, por exemplo, a ECO-92, como construção da Agenda 21. Tais manifestações de caráter ecológico-preservacionista, colaboraram para dar mais visibilidade e monitoramento a questão, porém, citando Layrargues, o autor aponta que:

[...] o discurso ecológico oficialista veicula a “questão do lixo” como sendo, antes de tudo, um problema de natureza técnica e não de ordem social, cultural ou política. Ao ser concebido dessa forma, o discurso oficialista não permite que sejam visualizadas outras dimensões da problemática dos resíduos. (LAYRARGUES 2002 *apud* OLIVEIRA 2010)

Desta forma, deixa à margem, o trabalho realizado pela categoria e tratando a questão com cunho ambiental e não social como, historicamente, tem ocorrido no Brasil. Mesmo sendo o sentido ecológico da reciclagem muito mais recente que a problemática social nela envolvida, o mesmo vem pautando os debates públicos que envolvem as práticas de destinação dos resíduos por meio da coleta seletiva. O referido autor aponta que é preciso considerar a dimensão relacional da coleta seletiva, levando em

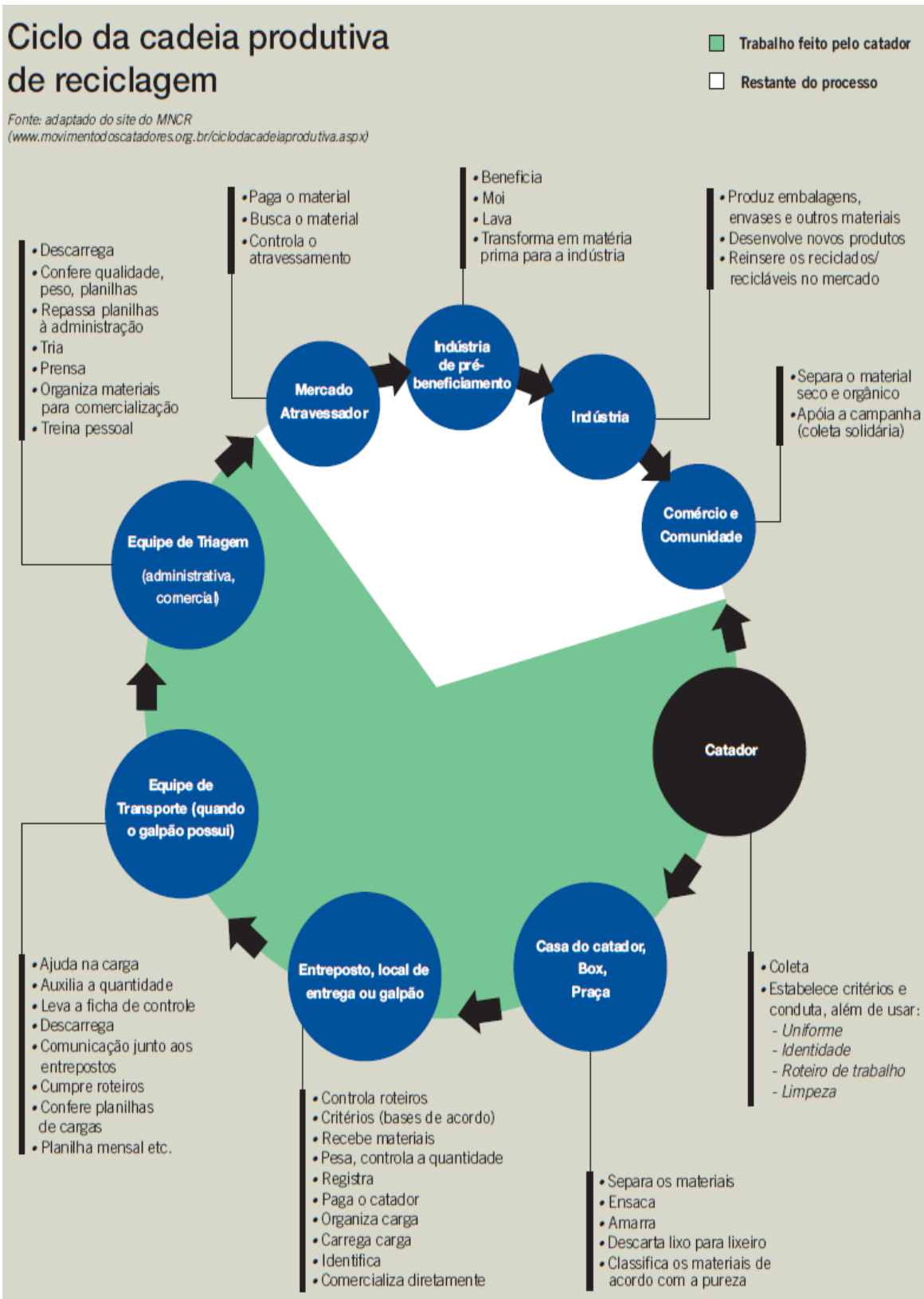
consideração todos os aspectos, porém, sem perder de vista, nem obscurecer a dimensão social e humana que envolvem os catadores (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, é preciso ultrapassar o discurso oficialista e compreender a dimensão e a forma de organização da cadeia produtiva da reciclagem para revelar as contradições pertencentes a luta de classes (catadores e empresários).

Toda a cadeia de resíduos corresponde a destinação pós consumo e a toda reindustrialização. Os catadores estão presentes em vários momentos desta cadeia, contudo, para o MNCR, a categoria não é reconhecida, nem valorizadas pelos serviços que prestam. Para eles, o grande desafio é eliminar os atravessadores, receberem pelos serviços prestados e avançarem em direção ao fechamento do ciclo produtivo.

O fluxograma, a seguir, apresenta as etapas do ciclo produtivo da cadeia da reciclagem construída pelo Instituto AVINA, a partir do gráfico criado pelo MNCR.

Fluxograma 1. Ciclo da cadeia produtiva da reciclagem e o trabalho do catador.



Fonte: Avina (2007)

No fluxograma apresentado, é possível perceber que os catadores são os responsáveis por grande parte da força de trabalho na cadeia produtiva, contudo, são eles que possuem maior precariedade das condições de trabalho, menor rentabilidade ao vender sua força de trabalho e menor reconhecimento, uma vez que muitos sobrevivem a margem do sistema econômico, de saúde, de educação, entre outros. Como expõe Oliveira:

A atuação nos ciclos básicos da reciclagem é o que garante uma chance, quase que exclusiva, de pessoas muito pobres conseguirem viver do próprio trabalho. Porém, a falta de garantias e direitos sociais relativos a este trabalho decorre do fato da reciclagem consistir, sobretudo, em um processo industrial e mercadológico inserido na lógica de acumulação de capital, através da qual são geradas desigualdades históricas em termos econômicos, políticos e sociais. (OLIVEIRA, 2010, p. 21)

A partir destes e outros aspectos buscaremos retratar, a seguir, a relação social e histórica da luta dos catadores pelo direito ao trabalho. Buscando ilustrar o contexto histórico no qual emergem os catadores enquanto categoria profissional e o como se dá o surgimento do MNCR para, em seguida, adentrar nos objetos de análise e a na relação do movimento com educação.

1.2 O HISTÓRICO DA CATAÇÃO NO BRASIL

15 de julho de 1955

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente, somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar o pão. Então eu levei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.

(JESUS, 1993, p. 9)

Assim começa o diário da catadora Carolina Maria de Jesus, mulher, negra e favelada, moradora da cidade de São Paulo-SP, que retrata, em seus diários, o cotidiano da fome, da pobreza e do trabalho de coletar garrafas de vidro e papelão para comprar o

básico e encontrar, no lixo, coisas que serviam para cobrir as necessidades do cotidiano. *Quarto de Despejo* é um dos resultados editados pelo jornalista Audálio Dantas dos 20 cadernos escritos por Carolina entre os anos de 1955 e 1960.¹² “*Quando eu não tinha o que comer, em vez de xingar eu escrevia*” disse Carolina¹³ (1993, p. 170). O livro é uma das primeiras obras de literatura em que há registros da ocupação catador e seu registro guarda grande importância como material histórico e reflexivo sobre as condições sociais do contexto urbano brasileiro nas décadas de 1950/1960.

Sobre a história do surgimento dos catadores, no Brasil, é possível apontar alguns elementos. Seus primeiros registros datam do século XIX, o que demonstra que tal fenômeno acompanhou todo o processo de urbanização do país (IPEA, 2013). Em sua maioria, estão organizados em pequenos grupos e vivem próximo a centros urbanos.

Os catadores do passado eram figuras que permeavam também o imaginário popular. O catador Alexandro Cardoso¹⁴, em uma de suas exposições sobre o tema, relembra que o catador era conhecido como a figura do “velho do saco”, um homem maltrapilho que andarilhava pela cidade carregando, em seu saco, latas de alumínio e ferros. Frequentemente, que a sua imagem era usada pelas mães para ameaçar crianças mal comportadas¹⁵.

¹² Entre outros títulos, temos *A Casa de Alvenaria* (1961) e *Pedaços de Fome* (1963). As obras de Carolina de Jesus nos ajudam a compreender o Brasil e o contexto urbano da década de 60. Suas obras possuem um olhar raro. O olhar e as letras de uma favelada.

¹³ As obras de Carolina de Jesus foram traduzidas para cerca de 13 línguas estrangeiras. Apesar do reconhecimento internacional e de ter ganhado algum dinheiro, Carolina morreu pobre e longe da academia e da mídia. A recuperação de seu texto e seu pensamento é algo mais recente. O grupo de mulheres Ilú Obá de Min (SP), este ano organizou a exposição “Carolina em Nós” e criou todo um repertório de músicas e danças inspirados na escritora.

¹⁴ Catador e membro do comitê de articulação do Movimento Nacional de Catadores.

¹⁵ Esse relato integra as sistematizações da pesquisa de campo.

Imagem 4. *Pesage et vente des chiffons*. Paris.



Fonte: divulgação. Ano s/d.

Esta figura ilustra alguns elementos que estão presentes no início do surgimento da ocupação, no entanto, a pesquisadora e militante Ioli Whirt nos lembra que, o que marca o início da trajetória da categoria é o contexto de exclusão social. “Esse estágio é anterior à ideia de catador de material reciclável. Tem relação com o contexto de desenvolvimento urbano, exclusão social e pobreza, somadas a outros fatores” (2012, p.12). Para Bosi:

Sua formação histórica e social é complexa porque envolve elementos como a estruturação das indústrias de reciclagem e a ação do Estado voltada para controlar uma população empobrecida que se refugia nos lixões e aterros sanitários para sobreviver de restos, ou que se desloca pelas cidades recolhendo materiais recicláveis. (BOSI, 2011, p.37)

Ainda sobre o tema, Pereira ressalta que:

O processo não foi simples, e nem linear, mas sim marcado por conflitos sociais e dinâmicas específicas, nas quais em muitas cidades a relação do poder público com os catadores ainda é repressão ou omissão (PEREIRA, 2011, p. 29)

Cabe destacar também o avanço do êxodo rural, como marcada migração de nortistas e nordestinos para sudeste e centro do país, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego como parte do contexto que surgem os catadores. Com

o aumento da industrialização nas cidades, ao passo que aumentava no campo a monocultura de base tecnológica, algumas famílias empobrecidas passaram a viver de pequenos serviços para obtenção de renda e, construir barracos as margens da cidade. Sobre este tema, o catador Alexandre Cardoso, em entrevista considera que:

Nós temos registro de uma primeira campanha massiva de reciclagem, na segunda guerra mundial em 1942, no início, quando os Estados Unidos define entrar na guerra. Era para ter doação de metais para transformarem em armas. Aqui no Brasil, nós temos o registro de ser, a partir de 1960, que culmina com o processo de êxodo rural. Onde os trabalhadores do campo, por força do agronegócio ou por questões de controle econômico a partir dos bancos, inicia-se o processo de automatização do campo, assim como o início do processo de industrialização da cidade. Movidos por um sonho de ter trabalho em melhores condições que tinham no campo, os trabalhadores começam a migrar. Principalmente, da região nordeste e norte¹⁶.

Ou seja, o excedente de mão-de-obra pouco qualificada é a base da construção do setor da reciclagem no Brasil. Para Oliveira (2010), com todo o processo vivido, os catadores se tornam, assim, simultaneamente, vítimas e protagonistas do processo histórico que constitui a reciclagem. E, para compreender melhor os elementos que constituem o desenvolvimento de uma luta coletiva, é preciso considerar os aspectos que permeiam a dimensão de sua organização econômica e sua mobilização política.

Ao longo dos anos, no intuito de reverter a situação de exclusão social em suas diversas dimensões, “os catadores vêm buscando se articular, coletivamente, com base em diferentes formatos organizacionais, visando a superação de gargalos estruturais que lhes impedem de se apropriarem de um valor maior por seu trabalho” (IPEA, 2013, p.19). Assim, desde os anos de 1990, vêm ocorrendo manifestações, em todo o país, em torno do reconhecimento da prática do trabalho e do direito de permanecerem na triagem e venda dos materiais. Um dos principais motivos tem relação com o reconhecimento do papel de ambiental (uma das dimensões do trabalho do catador) e a estruturação e ampliação da cadeia da reciclagem, com o aumento significativo na comercialização dos resíduos como *commodities*¹⁷. A partir do aumento da valorização e maior escoamento de commodities no mercado internacional, o interesse de empresas e prefeituras nas questões envolvendo a geração de renda e aperfeiçoamento da cadeia da reciclagem tem

¹⁶ CARDOSO, Alexandre. MNCR e algumas concepções sobre tecnologia social. Comunicação pessoal. Mensagem recebida por (dria.pedagogia@gmail.com) em 08 de dezembro de 2013).

¹⁷ Em síntese, *commodities* são mercadorias que tem baixo valor agregado. São matérias-primas, como a celulose, o metal, plástico, vidro, entre outros.

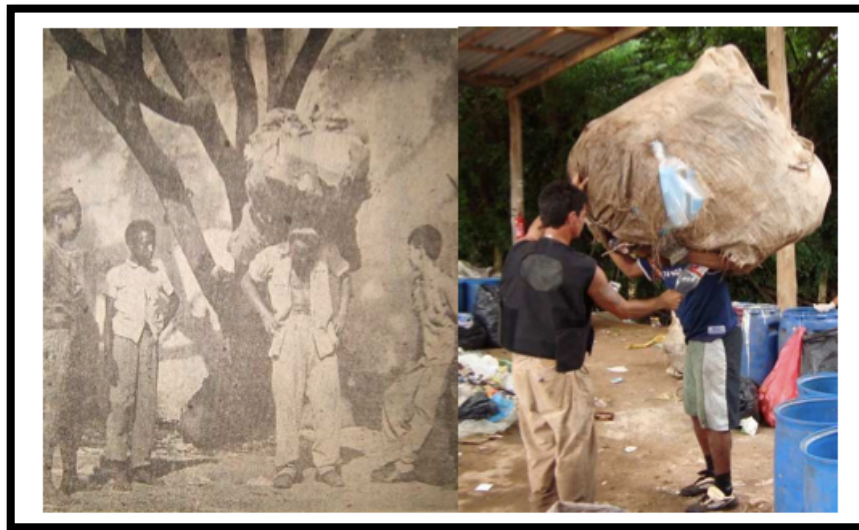
aumentado. É visível a ampliação do número de programas e projetos tanto público quanto privado para os catadores e os recicladores, além do aumento do crédito e incentivos financeiros. Em meio a este cenário, o MNCR tem realizado denúncias e proposições e pautado políticas públicas.

1.3 CATADORES: PERFIL E O CONTEXTO DO TRABALHO

Catadores são mulheres e homens que, em sua grande maioria, migraram do campo para cidade em busca de novas oportunidades, e, estando excluídos do mercado formal de emprego no contexto urbano, encontraram condições de geração de renda por meio de coleta, triagem e venda de materiais passíveis de serem reciclados, principalmente papel, plástico, alumínio e ferro. Tratam-se de sujeitos oriundos de um contexto de extrema desigualdade e que, por décadas, foram invisibilizados, vivendo e trabalhando à margem do núcleo central do sistema capitalista.

Por meio da atividade de coletar e destinar os resíduos para a indústria recicladora, transformam o “lixo”, algo considerado inútil em princípio, em mercadoria outra vez, algo dotado de valor de uso e de troca. “*É por esse processo que ocorre a ressignificação do lixo em mercadoria*” (IPEA, 2013, p. 5). Seu trabalho possui aspectos positivos para natureza, uma vez que, diminui a quantidade de matéria-prima extraída para a sociedade, pois, gera trabalho e renda para diversas famílias. Contudo, os catadores, no Brasil e, em geral, na América Latina, vivem em situação de extrema precariedade e, em relação às condições de trabalho, quase nada mudou, como mostra a comparação de imagens feita pelo Cristiano Oliveira (2010):

Imagem 5. Condições de trabalho dos catadores (1960-2010)

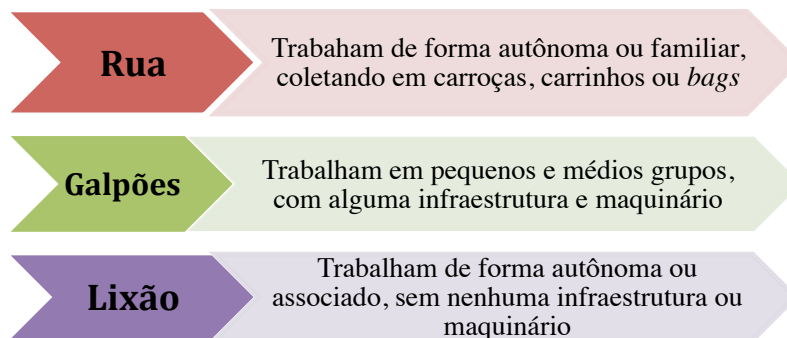


Fonte da Fotografia 1: LIXO, a esperança dos pobres (1960)

Fonte da Fotografia 2: Oliveira. C. (2010)

Comumente, trabalham em aterros sanitários, lixões, áreas de transbordo¹⁸ e nas ruas, coletando e vendendo os materiais. Alguns catadores moram próximo às áreas em que trabalham, construindo suas casas perto dos lixões e aterros, outros passam o tempo de coleta vivendo na rua e, nos finais de semana, vão para suas residências, geralmente em lugares muito afastados dos grandes centros urbanos. Há também aqueles que estão em situação de rua (IPEA, 2013), como mostra o esquema elaborado a seguir:

Gráfico 2 - Os principais locais de trabalho ocupados pelos catadores.



Fonte: Pesquisa de campo. Autora. 2013

Muitas vezes, trata-se de um empreendimento familiar que envolvem adultos, idosos e crianças em torno da atividade. A ocupação é realizada por diferentes

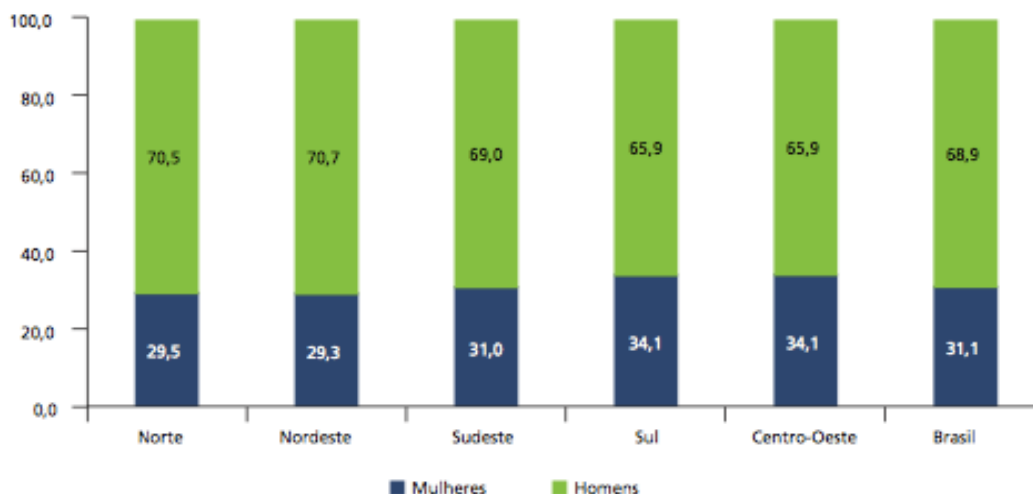
¹⁸ Há diferença entre os três espaços. De forma resumida e muito sintética, os aterros são áreas com destinação controlada e solo impermeabilizado. Às vezes, possuem sistemas de tratamento do solo. Lixões são depósitos a céu aberto sem controle ou fiscalização, enquanto que área de transbordo são espaços públicos, destinados a agregar os resíduos para depois serem encaminhados para aterros ou lixões.

dinâmicas. Há alguns trabalhadores que catam de forma isolada, outros se organizam na forma de associações e em cooperativas e alguns catadores são, formalmente, contratados por empresas e instituições públicas. Em relação ao perfil, o Diagnóstico Sobre os Catadores de Material Reciclável do IPEA (2012), a partir de uma pesquisa realizada pela UFRGS (2010) aponta que:

Há maior presença do sexo feminino entre os catadores organizados, a escolaridade dificilmente ultrapassa o ensino fundamental, os catadores contribuem significativamente com a renda familiar e, sua renda é obtida principalmente com a comercialização de recicláveis, atingindo menos de um salário mínimo. Entre os catadores os vínculos de trabalho são frágeis, a contribuição para o sistema previdenciário acontece na minoria das vezes e a entrada para a atividade responde à falta de outra opção. Em geral, o catador tem experiência de trabalho anterior à catação, mas, não necessariamente alcançava renda mais alta. Os mais antigos não desejam trocar de ocupação e a maioria reconhece a importância da atividade para o meio ambiente e a sociedade; a proximidade do local de trabalho também reforça a escolha da atividade de catação (IPEA, 2012, p.22).

Em relação à questão de gênero, a maioria dos trabalhadores identificados na ocupação é composta por homens, como mostra o gráfico a seguir, contudo, este dado muda quando se refere a empreendimentos organizados na forma de associação e cooperativas, pois possui uma dinâmica diferente de trabalho.

Gráfico 3. Relação de homens e mulheres na reciclagem.

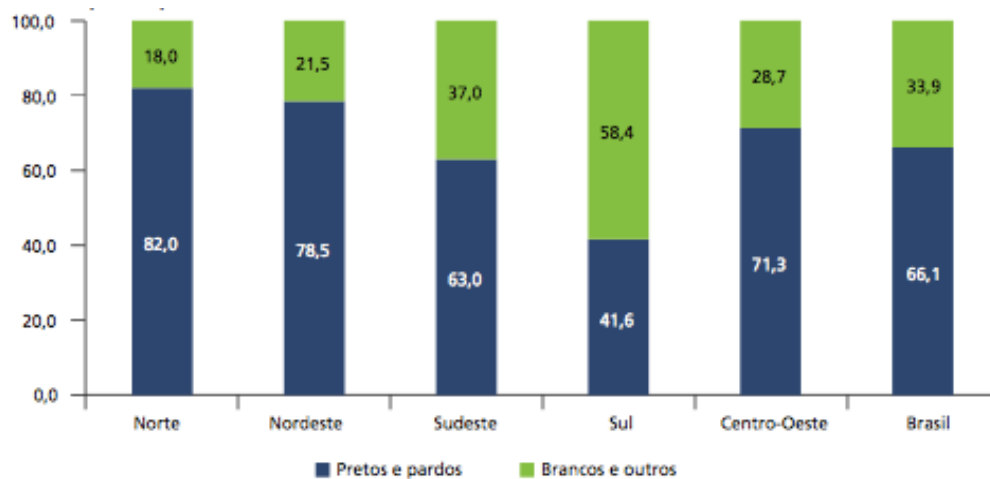


Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).

Fonte: IPEA. 2012.

Já os números em relação a raça, o grupo maioritário são negros e negras em quase todas as regiões, exceto o sul do Brasil, onde os dados em relação a negros e brancos são diferentes como é possível observar no próximo quadro :

Gráfico 4. Negros e negras entre catadores (em %).



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).

Fonte: IPEA, 2012.

A quantidade de catadores, no Brasil, é de difícil mensuração. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a estimativa do número de catadores varia entre 400 mil e 600 mil, contudo, o Relatório declara que há dificuldades para identificar o total de trabalhadores nesta ocupação. Algumas das dificuldades são a autodeclaração, pois muitos não se declaram catadores. A interseção entre essa ocupação e outras ocupações e também os trabalhadores que possuem outra ocupação/profissão e catam nas horas vagas para complementar a renda. Estes, quando perguntados, declaram, por vezes, terem somente a profissão oficial,¹⁹ gerando dificuldade para estabelecer o número total de catadores. No entanto, o MNCR estima que o número ultrapasse a variável de 600 mil catadores e chegue a cerca de um milhão em todo o país. Além das dificuldades expostas pelos centros de pesquisa, também há outras variáveis nessa relação que contribuem para dificultar ainda mais a contagem, como o número de catadores não entrevistados, alguns aposentados que complementam a sua renda através da catação, a população em situação de rua que obtém renda por meio dessa comercialização, os sucateiros que também catam, entre outros variantes. Ou seja,

¹⁹ O estigma e preconceito da ocupação de catador constituem problemas sociais que vem sendo pautados pelo MNCR e parceiros.

o universo é significativo e heterogêneo e pode não ter sido completamente estimado pelos números do IPEA.

1.4 CATADORES E A ALFABETIZAÇÃO

Alfabetização e a escolarização são direitos sociais que muitas vezes são negados, sobretudo, no contexto desigual no qual vivem os catadores. Por esta razão, tocar neste tema, é algo caro a esta pesquisa.

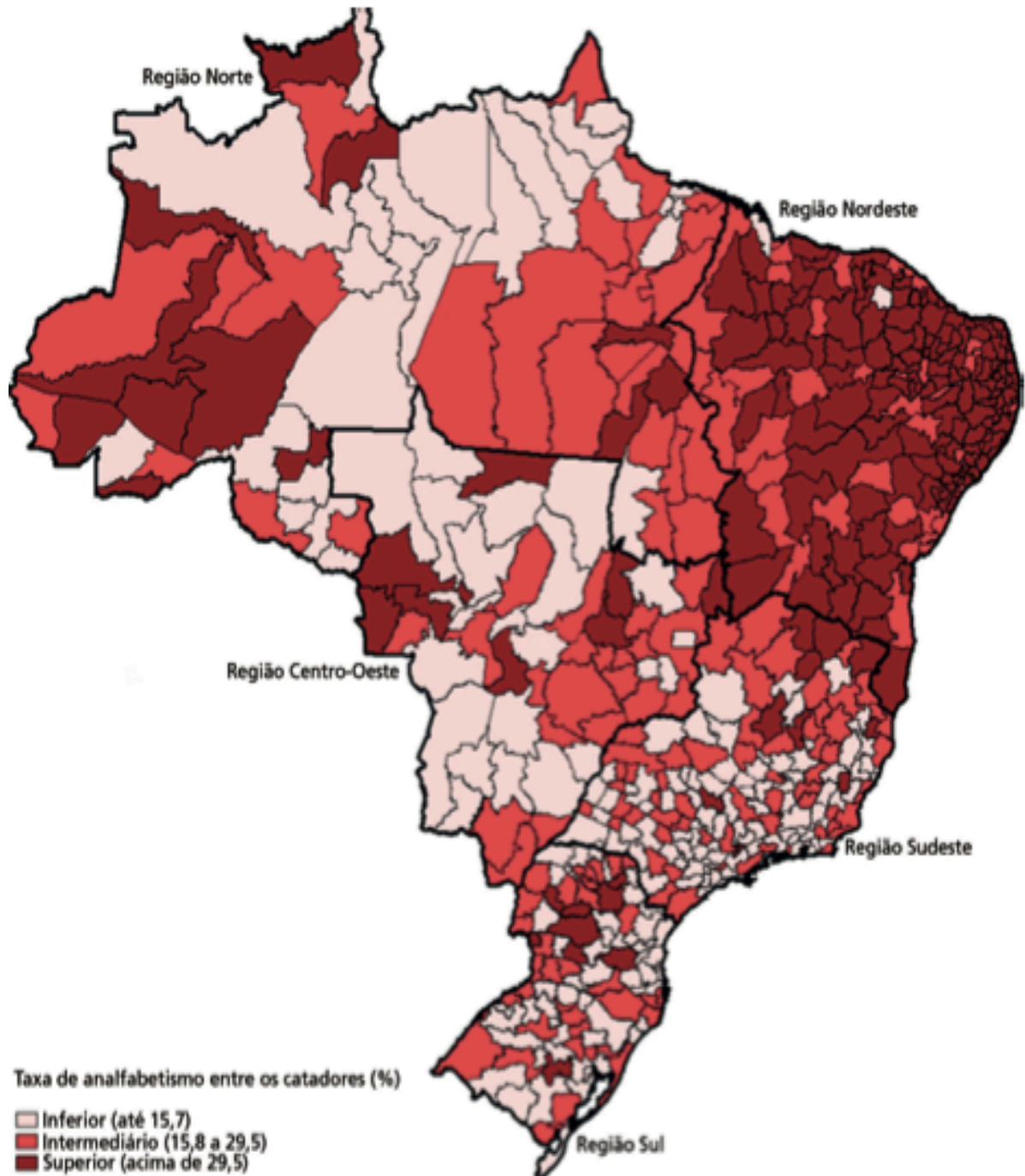
Esta negação torna-se um grave problema social, uma vez que, a pessoa que não lê e não escreve possui, dentre outras questões, mais dificuldade de inclusão social e profissional, impactando assim, na qualidade de vida do sujeito e da família.

Os dados que o IPEA traz sobre a alfabetização e o nível de escolaridade nos dois diagnósticos (2012 e 2013), revelam que não há um estudo específico sobre esta temática. As fontes usadas têm como base os dados disponibilizados apenas pelo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e por alguns estudos pontuais em algumas regiões.

De acordo com o IBGE (2010), no Brasil, somente 50,3% da população com 25 anos ou mais possuem ensino fundamental completo. No grupo de catadores, ao cruzar os dados nessa mesma faixa etária, este número cai para 24,6%, ou seja, menos da metade da média geral da população brasileira. No tocante à população com 25 anos de idade ou mais que possuem ensino médio completo. Quando se considera a população brasileira total, este índice chega a 35,9%. Para os catadores, este valor cai para apenas 11,4%. Segundo o mesmo estudo, o percentual dos catadores não alfabetizados atinge cerca de 20,5%, em todo o país, sendo sua maior incidência na região Nordeste, como mostra o mapa a seguir:

Mapa 1. Distribuição do índice do analfabetismo entre os catadores por microrregião.

Distribuição do índice de analfabetismo entre os catadores por microrregião



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a).

Fonte: IPEA. 2012.

Em síntese os melhores índices entre os catadores foram observados na região Sudeste com 28,3% para o ensino fundamental e 13,5% para o ensino médio. Já a região Nordeste, 20,4% para o ensino fundamental e 9,7% para o ensino médio, esta obteve a menor média nacional para essas variáveis entre eles.

O *Estudo do perfil socioeducacional os catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho* (UFRGS, 2010) traz os seguintes dados relacionados à escolaridade na região sul:

Tabela 1. Escolaridade dos catadores . Comparação entre estados da região sul. (Em%).

Escolaridade	Região Sul	RS	SC	PR	RMRJ
Não alfabetizado	9	4	6	22	3
1ª a 4ª série	34	35	39	29	36
5ª a 8ª série	41	45	42	35	42
Ensino médio	16	17	13	15	19

Fonte: UFRGS (2010) – dados da região Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Damásio (2010c) – dados da RMRJ.

Fonte: UFRGS (2010)

No estudo em questão, ao cruzar as informações de renda e escolaridades da região sul, não foi encontrados uma correlação muito ampla. Grupos que têm maior renda, não significam, necessariamente, que possuem maior escolaridade. Contudo, embora a educação formal possa ter menor relação com a renda no caso estudado, para Damásio, a participação em cursos de formação específica, como triagem de materiais, cooperativismo ou gestão de empreendimento é, frequentemente, apontada como fundamental para o sucesso das associações ou cooperativas (DAMÁSIO *apud* IPEA, 2012).

Ainda para o estudo, relativo às políticas públicas voltados à educação dos catadores , os pesquisadores assinalam que:

A elaboração de políticas educativas impõe-se a articulação de medidas em outros campos. As condições materiais (incluindo as insatisfatórias situações de trabalho na reciclagem) e os pertencimentos que vêm perpassando a transitoriedade para os recicladores demandam atenção

especial. Trata-se de formular medidas educativas de acompanhamento de ações efetivas que ampliem ganhos e salubridade no trabalho, além de viabilizarem o cuidado dos filhos, ampliando as chances de permanência na reciclagem e a qualidade de vida dessas pessoas (UFRGS, 2010, p. 117) .

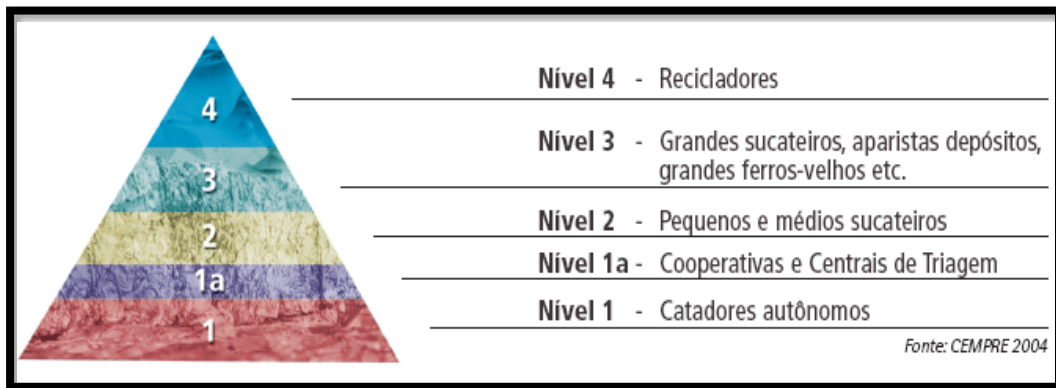
Os indicadores de educação, mostram que a situação educacional dos catadores no Brasil é preocupante. Para o IPEA, essa situação requer “cuidados especiais por parte dos agentes de governo, com a definição de estratégias e programas educacionais que contemplem as especificidades desse público” (IPEA, 2013). Cabe ressaltar que a educação deve ser um esforço amplo e com articulação de ações em conjuntos que tocam no campo formal (escola, universidades etc), como pode ser o caso da Educação Popular.

1.5 A ORGANIZAÇÃO EM GRUPOS COLETIVOS: ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

Segundo um artigo produzido pelo MNCR (IPEA, 2009), a crise de 2008 abalou a cadeia da reciclagem, rebaixando o valor pago pelos *commodities* no mercado financeiro internacional, ocasionando crise na indústria dos recicláveis. Com a fragilidade da categoria dentro do setor, historicamente, apontada acima, o prejuízo foi repassado na queda dos preços e da quantidade de material comercializados. De acordo com o referido artigo, o setor nunca se recuperou totalmente da crise e, mesmo com alguns avanços na comercialização internacional, a indústria segue maximizando os lucros por meio de um “cartel”, ou seja, uma junção de empresas feitas para controlar o mercado e combinar os preços” afirma Cardoso, (MNCR, 2009, p. 22), prejudicando sobretudo os catadores autônomos que vendem diretamente para pequenos e médios sucateiros. Por estarem na ponta da comercialização, arcam com boa parte da diferença de valores nos momentos de crise.

Um gráfico elaborado pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem – CEMPRE, ilustra a relação entre os atores pertencentes a cadeia da reciclagem e a forma como estão organizados.

Gráfico 5. Estrutura do mercado de sucatas no Brasil.



Fonte: CEMPRE. 2004

Entre os níveis apresentados, é possível observar que os catadores ocupam a base da pirâmide, não somente na relação quantitativa de cada nível mas, também, pela relação assimétrica de poder. Nesta relação, os catadores estão mais expostos a riscos, possuem menor poder de barganha (pouca margem de negociação do valor do material e condições de trabalho), obtêm menores benefícios e, por vezes, são explorados por sucateiros por estarem em condição de submissão, como aponta Magera (2005):

O sucateiro, com o seu poder de barganha, acaba, muitas vezes comprando os resíduos reciclados das cooperativas por preços baixos, ficando com o maior valor nesse processo. Quando vendem para as indústrias, por ser em grandes quantidades, também sai ganhando, ou seja, nesta cadeia econômica agregada, ganham o sucateiro e as indústrias perdem o catador e a cooperativa (MAGERA, 2005, p. 58).

Uma das formas de solucionar esta questão e superar esta situação insustentável para o MNCR é por meio do:

Incentivo à organização autônoma dos catadores, por meio de cooperativas e associações que procuram especializar estes trabalhadores e dar regularidade à atividade de catação. Como qualquer setor produtivo que abastece a indústria brasileira, as organizações de catadores precisam de infraestrutura para tornar o trabalho regular e de qualidade, assim como para aumentar a capacidade de processamento de resíduos, agregando novos catadores e formalizando novos postos de trabalho no país (MNCR, 2009, p. 22)

Ou seja, trata-se de adotar um modelo autogerido, que possui um marco formal de trabalho, aumentando assim, as margens de negociação com o setor, sem que, com isso, sejam absorvidos completamente pelo mercado capitalista. A busca pela autonomia da categoria, historicamente, se confunde com a própria criação do MNCR, que tem como

uma de suas premissas, apoiar o trabalho autogestionado na forma de associações e cooperativas e para romper com o elo entre o atravessador e a toda comercialização.

Para adentrar neste assunto, podemos partir das seguintes perguntas: Como a Economia Solidária se relaciona com o fortalecimento da autonomia dos catadores? E, o que pode significar estar organizado sobre a lógica da autogestão?

Historicamente, a constituição de grupos organizados de catadores²⁰, que alguns autores chamam de *empreendimentos*, aconteceu no final da década de 1980, como a criação da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), no estado de São Paulo - SP, em 1989, e da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Outros (ASMARE), em 1990, que no processo de mobilização para a sua fundação, reuniu centenas de catadores de rua em Belo Horizonte - MG. Ambas iniciativas representaram um avanço em relação à possibilidade de desenvolvimento de estratégias de inclusão por meio da organização do trabalho cooperativo. A criação da ASMARE e da COOPAMARE também evidenciou o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais de Rua, que, ora com uma perspectiva assistencialista, ora libertadora, contribuíram, significativamente para esse processo (KEMP, 2008, p. 35).

A opção pela formação de empreendimentos geridos coletivamente revela, por um lado, a necessidade de adaptação ao mercado de comercialização e o aumento do poder de barganha, uma vez que as indústrias transformadoras exigem que a venda seja realizada com alta quantidade e um mínimo de qualidade na entrega do produto. Por outro lado, a constituição de um empreendimento coletivo solidário contribui, diretamente, para a reconstituição de pertencimento social e para a recuperação do sentido de coletividade. Como expõe Kemp:

O econômico como projeto e atividade passa a ser suporte de algo mais essencial, que é a participação efetiva, o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social. Nesse cenário, o que se coloca é a capacidade de cada um tornar-se ator e contribuir para a produção de um bem e de um sentido comum (KEMP, 2008, p. 32).

²⁰ Aqui se opta por usar o termo “grupos” para se referir a associações e cooperativas em fase de consolidação, ou em fase de organização inicial. Ou seja, possuem os marcos legais, mas ainda não operam com o sistema de autogestão, pois a realidade é muito ampla e há muitos estágios. Outro motivo que justifica a adoção do termo é o não reforço a categoria “empreendimento” criada e usada dentro do sistema capitalista para reforçar iniciativas mercadológicas.

Os princípios da Economia Solidária e da autogestão na relação Capital-Trabalho são os horizontes e também os desafios na prática das associações e cooperativas, sobretudo no exercício radical de democratização de saberes.

Na busca por delimitar o termo que utilizamos, da forma mais resumida possível, vamos considerar a Economia Solidária como sendo, um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança, crédito e, etc. – organizadas sob a forma de autogestão e com um sentido diferenciado de trabalho (coletivo e popular).

Paul Singer, na introdução do livro dos autores França-Filho & Laville (2004), aponta que o fortalecimento da Economia Solidária nos anos 90, vem como resposta à crise do paradigma fordista e a busca pelo estado de bem-estar social. É um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais. Especificamente, sobre o contexto nacional, ele diz que:

Trata-se sobretudo da luta pela preservação de postos de trabalho mediante a substituição de firmas capitalistas em crise por cooperativas formadas pelos próprios trabalhadores ameaçados pelo desemprego; e lutas pela criação de novos postos de trabalho mediante a conquista da terra via reforma agrária ou pela organização de pessoas excluídas da produção social em diversas modalidades de empreendimentos autogestionários. A prestação de serviços a comunidades locais mediante iniciativas das mesmas, contando com subsídios públicos e com o trabalho de voluntários e de profissionais, sem dúvida tem ganho importância (SINGER *in* FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004, p. 9)

Autogestão (elemento central na Economia Solidária), por sua vez, significa, de forma geral, a organização e o controle do processo de produção pelos próprios trabalhadores associados, que decidem sobre a destinação do produto e dos resultados de suas atividades. Todos se tornam responsáveis pelo processo e pelo resultado. Em um grupo autogestionário,

Não há assalariamento e os trabalhadores geram, de maneira participativa e democrática, o empreendimento; trabalham coletivamente e a remuneração se dá pelo critério do trabalho, com variações pouco significativas entre os associados; detêm ou controlam coletivamente os meios de produção (prédio/sala, máquinas/instrumentos tecnológicos, terras...), comercializam ou distribuem coletivamente seu produto (ou serviço) no “mercado solidário” (redes de troca de “comércio justo” etc.) ou no mercado capitalista (ADAMS. 2010, p. 53).

Partindo do princípio do trabalho coletivo e da participação ativa de todos os sujeitos, esta forma de gestão se diferencia de uma empresa comum, pois, os meios de produção são coletivos e a forma de produzir é socializada. Isto impacta, sobretudo, na forma de compreender a dinâmica do trabalho, de tomar decisões e de partilhar saberes.

Em entrevista para esta pesquisa, Paul Singer nos lembra que:

A economia solidária não visa lucro, por razões éticas. Tem ganhos. Esse ganho é dividido por todos que participam das regras que, coletivamente, se estabeleceram. Isso é cooperativismo e todo cooperativismo no mundo há essas barreiras. Há um planejamento para que todo mês possa se repartir o dinheiro que entra, se não as pessoas que trabalham ali não poderão viver. Isso não é salário obviamente, então o fato de você distribuir de uma certa forma o dinheiro que entra, não torna uma empresa capitalista. Uma empresa tem dono²¹.

Ele completa dizendo: *“as cooperativas é um ente econômico por definição, ela pode produzir na agricultura, pode produzir no ensino, não tem limite. A Economia Solidária se encaixa com qualquer coisa, desde que não seja competição”*.

Para os grupos organizados de catadores, mais do que classificar e comercializar os materiais, é preciso compreender e se apropriar da dinâmica do trabalho coletivo e para estarem aptos a assumirem os postos que compõem a associação ou cooperativa, como, por exemplo: diretoria executiva, diretoria financeira, conselho fiscal, entre outros cargos e funções. Saber compreender os processos de formalização, documentação, contabilidade, segurança do trabalho etc, além de, adotar conceitos de democracia e solidariedade e exercitá-los nas tomadas de decisões na dinâmica coletiva de trabalho.

Em relação as catadoras e catadores, observamos que, a própria escolha por um outro formato (exercitando assim, uma outra econômica), já demonstra o exercício da sua autonomia. Uma outra possibilidade de inserção no setor da reciclagem poderia ser pelo viés da privatização da GRUs, pressionando para haver a terceirização dos serviços prestados pela categoria modelo existentes em alguns países. Porém há mais de 25 anos, os catadores vêm pautando a sua organização em grupos, fundando associações e cooperativas e, também, vem fortalecendo sua relação com a SENAES.

Por outro lado, os catadores, ao escolherem esse modelo, enfrentam alguns desafios, dentre eles, o mais presente no cotidiano é a burocratização do trabalho, por

²¹ SINGER, Paul. Entrevista. Sobre economia solidária e catadores. Outubro de 2015. Entrevistadora: Adriana Silva Alves. Brasília. 2015. 1 arquivo. MP3 (43:00 min).

meio da adequação de legislações vigentes e das normas técnicas de funcionamento de uma empresa, uma vez que a cooperativa é compreendida como empresa social. Além de enfrentar competição de mercado (com oscilações de preços e com o cartel das compradoras), e os desafios dentro do próprio grupo, como a prática da autogestão e partilha dos saberes.

Consideramos que, mesmo que existam grupos de catadores com grande capacidade de triagem e venda materiais e que consigam vender, diretamente, para a indústria recicladora, seus ganhos são limitados, pois, o aumento considerável da renda e das melhorias das condições de trabalho, está em beneficiar o material. Fazendo com que as embalagens triadas voltem como matéria-prima processada à cadeia produtiva. Ou seja, os grupos devem fazer o que a indústria faz (beneficiar o material), ter os meios de produção que as indústrias têm (maquinas e galpões). E ainda, receber o pagamento pelos serviços prestados, uma vez que os catadores realizam um serviço público de forma gratuita, e devem ser pagos por isso.

2. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES – DA TRAJETÓRIA DE LUTA ÀS FORMAÇÕES POLÍTICAS

Imagem 6. COOPAMARE. São Paulo.



Fonte: Acervo da autora (2015)

2.1 A ORGANIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CATADORES

O avanço na estruturação do trabalho, a organização e a participação ativa dos catadores na construção das políticas públicas de gestão de RSU e meio ambiente são um dos elementos que diferem o Brasil de outros países, principalmente, os considerados de primeiro mundo. Países como França e Espanha, por exemplo, já possuem um sistema efetivo de coleta seletiva implantada, porém, o processo de inclusão dos catadores se deu de forma diferente, pela via da terceirização do trabalho nas empresas prestadoras de serviço e na construção de usinas de incineração²².

A representação política dos catadores, no Brasil, acontece em diversas esferas. Ela se dá por meio da intervenção, da participação e da construção de alternativas para a categoria. Por meio de catadores autônomos ou carrinheiros²³ que decidem fechar a rua em protesto por proibição de carrinhos no tráfego, nas associações e cooperativas que sentam com o prefeito para negociar a construção de um galpão de triagem, nas manifestações, encontros de formação e de troca de experiências, nas instâncias públicas de conselhos consultivos e deliberativos, enfim, em diversos espaços onde se possibilita o protagonismo, a luta social e a construção coletiva.

²² Quando o sistema de gestão dos RSU foi implementado em alguns países da Europa, as pessoas que viviam da coleta e venda de material foram incorporadas às empresas, ou simplesmente perderam seus postos de trabalho, pois com a coleta seletiva implementada, parte dos resíduos eram direcionados para reciclagem, adotando pouca mão de obra, e parte para incineração. Ver mais detalhes no artigo: Visita dos Catadores à França. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/artigos/experiencia-dos-catadores-brasileiros-na-franca>. Visitado em 21/01/2015.

²³ Catadores que coletam com carrinho puxados por tração humano, bateria ou outra fonte de energia.

Segundo o IPEA (2013), à medida em que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes à sua cidadania e atividade profissional.

Mesmo sem desconsiderar a existência de outros grupos organizados e engajados com as temáticas e que representam os catadores em vários estados, atualmente, o Movimento Nacional dos Catadores é apontado como a máxima expressão da organização dessa categoria pelo seu caráter nacional e abrangência da sua atuação. Hoje, o MNCR está presente em diversos espaços e possui uma coordenação de articulação nacional descentralizada, com parceria para a execução de projetos, negociações com o poder público (prefeituras e administrações públicas); organização de marchas, dentre outros. O movimento é consultado sobre assuntos referente a área; apoia a criação de grupos coletivos; é reconhecido internacionalmente, compõe a Rede Latinoamericana de Catadores;²⁴ dentre outras atividades.

Imagem 7. Seminário Fortalecendo a Reciclagem Popular.



Fonte: Acervo da autora. Rio Grande do Sul (2015)

Acima, uma foto tirada no fim do encontro regional de catadores em Rio Pardo - RS, pouco antes da marcha contra o principal grande gerador que vende o material reciclável na cidade. A imagem mostra a preparação e a organização dos catadores na região.

²⁴ A REDE-LACRE – Rede Latina Americana e Caribenha de Catadores integra os movimentos de catadores. Para saber mais: <http://www.redrecicladores.net/pt/>. Acesso em 03 de março de 2016.

2.2 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MNCR E SUA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Segundo o instituto Avina, os primeiros passos em direção a uma articulação nacional da categoria ocorreu em Santos - SP, em 1992, durante o I Encontro de Organização Popular de Catadores de Papel e Materiais Recicláveis. Entretanto, a sua criação só veio a ser pautada sete anos depois, em 1999, no primeiro Encontro de Catadores, realizado no estado de Minas Gerais.

Em 2001, durante o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR se consolida como movimento social. O encontro foi realizado em Brasília-DF, com a presença de, aproximadamente, 1.700 catadores. Durante este evento, o MNCR participou da I Marcha Nacional dos catadores, em parceria com a população em situação de rua.

Imagem 8. Primeira marcha dos catadores . Brasília.



Fonte: Acervo do MNCR (2001)

Após a marcha, junto com os catadores e apoiadores presentes, o MNCR lança a “Carta de Brasília”. Segundo a Avina (s/ano, p. 09) a referida carta reivindica fundamentalmente:

1. O reconhecimento da profissão.

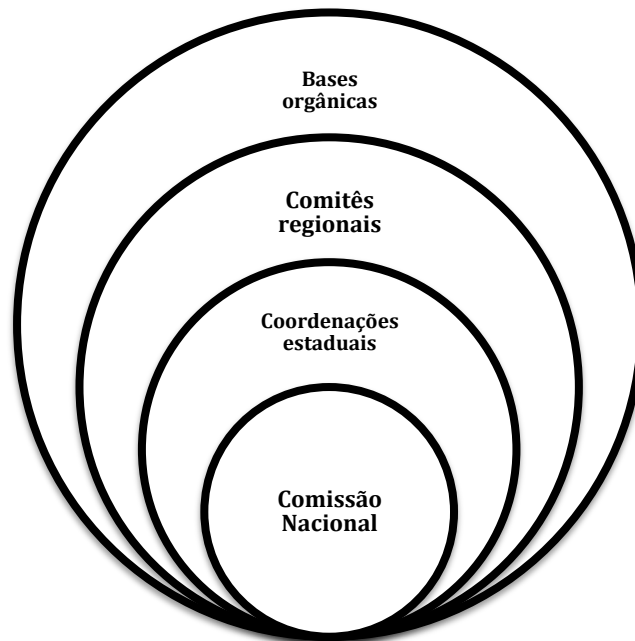
2. A inclusão social dos catadores, com recursos públicos para atender a necessidade básica de habitação, saúde, educação e trabalho (incluindo capacitação técnica, tecnológica, gerencial e desenvolvimento humano.
3. Participação ativa no processo de industrialização dos materiais recicláveis.

Com a sua criação efetiva, o movimento avançou no âmbito da articulação internacional e, no ano de 2003, participou do I Congresso Latino americano em Caxias do Sul - RS, onde se realizou à época o lançamento da “Carta de Caxias”, que visava unificar a luta dos países latino americanos em torno da questão. Desde a criação do MNCR, os principais espaços políticos, no que diz respeito à gestão dos resíduos urbanos, foram ocupados por representantes do movimento. Criar o MNCR foi fundamental para o processo de fortalecimento de uma identidade coletiva dos catadores de material reciclável, termo pelo qual esses trabalhadores passaram a se reconhecer nacionalmente, em detrimento de termos depreciativos e de senso comum, como catadores de lixo ou sucateiros²⁵ (IPEA, 2013, p. 30).

Desde a sua criação, o movimento passou a ocupar os principais espaços políticos. Segundo seu organograma, a organização se dá de forma descentralizada. Pela sua dimensão nacional, sua estratégia de organização tem distintas esferas. São elas: a comissão nacional, coordenação estadual, os comitês regionais e as suas bases.

²⁵ Os termos utilizados são importantes para compreender o sentido dado à ocupação. Uma vez, desprendidos de termos depreciativos, os catadores tem criado outras nomenclaturas com outros significados, como “recicladores”, “classificadores”, “agente ambientais” etc, contudo, o MNCR pauta que o termo usado pela movimento é o “catador”, pois ele revela a luta histórica pelo reconhecimento e não “mascara” a ocupação com o apelo ambiental.

Organograma 1. Organização do MNCR



Fonte: Adaptada pela autora, a partir do site do MNCR (2015)

De forma resumida, cada base participa dos comitês de sua região, sejam eles do município ou de uma microrregião. Cada Comitê Regional elege dois representantes para a Coordenação Estadual. Cada Coordenação Estadual elege dois delegados para compor a Comissão Nacional. Na Comissão Nacional há representantes do Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-oeste e há uma equipe de articulação nacional para dar suporte, fazer a articulação entre os estados, buscar articulação com outros setores da sociedade, assim como governos, entidades e empresas privadas, entre outras demandas. Todos catadores e catadoras de materiais recicláveis que fazem parte dessas instâncias precisam estar ligados às cooperativas ou associações de base²⁶ orgânica. Um elemento que cabe observar, é que todas as instâncias representativas são compostas, exclusivamente, pela categoria, observando a representatividade de gênero. Nestes espaços representativos, cabe a assessoria técnica, quando necessária e convidada, o papel de apoio. Isso exige, por consequência, maior mobilidade e maior diálogo dos militantes com outros grupos através dos debates, repasses de informações e mobilização para as ações.

Dentre as suas principais frentes de atuação estão as denúncias das precariedades das condições de trabalho e as reações contrárias à privatização e à lógica mercantil

²⁶ Para saber mais sobre o funcionamento dessa dinâmica organizativa, consultar: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/estruturas-regionais>. Visto em 9/06/2015.

presentes nos sistemas de gerenciamento de Gestão de Resíduos Sólidos (WIRTH, 2012). Sobre a sua caracterização e funcionamento, Alexandro Cardoso diz que:

O MNCR é uma ferramenta de organização, formação e articulação das diversas bases de catadores nas regiões e estados brasileiros. Esta ferramenta, além de programa e objetivos bem diretos, tem, entre outros, a representação da categoria junto à sociedade, com princípios básicos. O MNCR é a expressão da organização dos catadores. No comitê, sempre se trabalha por consenso, assim como na coordenação estadual e comissão nacional, mas cada organização pode definir melhor como fazer não havendo consenso²⁷.

O envolvimento do MNCR com as políticas públicas marca o avanço do diálogo do Estado com a sociedade e com o movimento social. As políticas públicas e as legislações específicas descritas a seguir, possuem alguma relação do MNCR com o Estado brasileiro, seja por meio de participação direta ou indireta em sua construção²⁸.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÕES E AS CONQUISTAS DA CATEGORIA

Delimitar o que são políticas públicas é uma tarefa difícil diante de tanta pluralidade conceitual. Para esse estudo, entendemos as políticas públicas como uma diretriz elaborada para enfrentar uma problema público. Sua intenção é tratar ou resolver um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCI, 2010, p. 2).

Segundo o modelo proposto por Theodore J. Lowi (1972), as políticas se dividem em cinco grupos:

1. Políticas Distributivas
2. Políticas Constitutivas ou de Infraestrutura
3. Políticas Regulamentares
4. Políticas Redistributivas
5. Políticas Específicas

Para atender a um determinado grupo ou setor, o Estado (através da escala federal, estadual ou municipal) pode desencadear uma série de ações específicas e executar em parceria com as organizações não governamentais ou com a iniciativa privada.

²⁷ CARDOSO, Entrevista, 2013.

²⁸ Por exemplo, por meio de participação em audiências públicas, consultas e participação nos comitês elaboradores, nas marchas e pressões sociais, nas denúncias e proposições junto ao ministério público.

A primeira norma legal com esta característica foi o reconhecimento da atividade de catador como categoria profissional, incluída, em 2002, no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho, sob o código 5192 – 05. Uma das primeiras ações, no âmbito das políticas públicas, foi a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) criado, em 2003, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Posteriormente, o CIISC foi reestruturado através Decreto Nº 7405/2010, e passou a coordenar e executar o Programa Pró-Catador na Secretaria Geral da Presidência da República.

O objetivo do Programa Pró-catador é integrar e articular as ações do Governo Federal apoiando as organizações produtivas de catadores e a expansão da Coleta Seletiva Solidária. Segundo o *site*²⁹, o Programa prevê ações de formação, assessoria, incubação, pesquisa e aquisição de equipamentos e seu prazo de duração irá até 2016, com possibilidade de prorrogação.

Em 2006, foi aprovado o Decreto nº 5.940/06 que implementa a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da administração pública federal com destinação dos resíduos para a categoria. Aumentando assim, a relação das prefeituras e órgãos públicos com os catadores e impactando no aumento de coleta e renda.

Em 2007, as Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico, Lei nº 11.445/07, permitem a contratação de associações e cooperativas pelo poder público com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos. Os municípios passam a poder contratar diretamente para prestação de serviço.

Em 2009, é lançado o Projeto CATAFORTE, instituído pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O projeto é resultado da parceria da SENAES com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o MNCR.

Em 2010, foi um ano importante para a história do movimento, isso porque, após 19 anos de tramitação na Câmara, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei nº 12.305/10. A lei compreende a gestão integrada de resíduos sólidos como responsabilidade de todos e permite a participação dos catadores em etapas do processo.

²⁹ Programa Pró-catador: <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/pro-catador>. Visto em 02 de fevereiro de 2016.

Em seu texto final, foi incluído as especificidades referentes às cooperativas e associações, sendo eles: 1) O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (Artigo 6º); 2) A integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Artigo 7º); 3) Incentivo a criação de cooperativas e associações (Artigo 8º); 4) Eliminação dos lixões com inclusão social e à emancipação econômica de catadores (artigo 15º); entre outros artigos.

O desafio da Política Nacional é ser executada com força de lei, organizar formas de fiscalização e combater as irregularidades já existentes. Para os catadores, a lei representou também brechas para as incineradoras, pois prevê a possibilidade de aproveitamento energético³⁰, aumentando, assim, a disputa e o *lobby* do setor pela construção de usinas de incineração³¹, de forma a reduzir ou anular a reciclagem dos resíduos. Essa disputa, do ponto de vista da luta de classes, reforça a desigualdade de poder entre trabalhadores e empresariado, exigindo do MNCR o desenvolvimento de ações com entidades parceiras para impedir que a incineração faça parte dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos³².

O Programa Nacional de Reciclagem Popular – PRONAREP é uma política de investimento para estruturar a cadeia de produção a partir de fechamento do ciclo com a inclusão total dos catadores . A proposta foi criada pelo MNCR e seu objetivo é consolidar a prestação de serviço, desde de grupos de base até a indústria autogestionária recicladora. Fechando assim, o ciclo de coleta, triagem e produção nas mãos dos trabalhadores e distribuindo o poder e riqueza a partir dos conhecimentos gerados dos resíduos (MNCR)³³. A proposta ainda não se tornou uma política pública, mas já foi entregue ao Governo Federal para análise.

³⁰ NOTAS DE CAMPO: Participações em Encontros e Conferência em Brasília entre 2014 e 2015.

³¹ Nota de campo: Cabe observar que a pressão do setor sobre as prefeituras é intensa. Durante a 4º Conferência de Meio Ambiente, alguns representantes de empresas estrangeiras, apresentaram modelos exitosos de incineração de resíduos e prometeram a venda de usinas subutilizadas na Europa à preços vantajosos, contudo, catadores e ambientalistas fizeram protesto contra as propostas e apresentaram dois principais argumentos: a inexistências de padrões de qualidade do ar no Brasil com a comprovada poluição do setor e, a possibilidade de prejuízo aos catadores com o material incinerado.

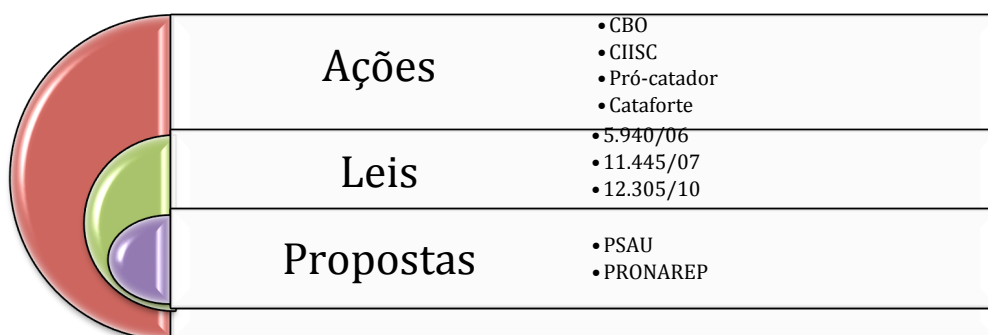
³² Segundo a lei, cabe aos municípios construir planos integrados de resíduos sólidos, e a eles, decidirem se será permitida ou não a incineração no Estado. Para a construção dos planos estão previstas a obrigatoriedade de audiências públicas.

³³ Ver a proposta completa em: <http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/o-que-e-a-reciclagem-popular>. Visitado em 07 de outubro de 2015.

Outra proposta avaliada e aprovada pelo MNCR é o Pagamento pelos Serviços Ambientais Urbanos - PSAU. Trata-se de um estudo desenvolvido pelo IPEA que, hoje, representa uma das bandeiras de luta do movimento. A proposta é tornar público e regularizado o pagamento pelos serviços prestados pelos catadores. Para o MNCR, é importante ir além do pagamento pela coleta e triagem realizada. A proposta visa reconhecer e retribuir, financeiramente, os benefícios econômicos e ambientais gerados pela reciclagem aos catadores. Na nota pública apresentada ao Governo Federal, o MNCR pontua os aspectos gerais da proposta e o cálculo base para o pagamento³⁴.

Tanto o PSAU quanto o PRONAREP, dependem de uma série de articulações para se tornarem políticas públicas específicas de infraestrutura e redistributiva. Contudo, por meio das ações já estabelecidas, é possível notar que existe um alto nível de articulação do movimento com o Estado para a construção de ferramentas de luta e de garantias de direitos, como sintetiza o quadro a seguir:

Gráfico 6. Políticas públicas para Catadores



Fonte: Elaboração da autora (2015)

Consideramos que a relação do movimento com a construção das políticas públicas se confunde com a sua própria história, na medida em que suas principais conquistas se relacionam com a criação e a execução destas ações. Isso por um lado revela a capacidade de articulação e a estratégia de ocupação dos espaços públicos, por outro um certo grau de dependência e aparelhamento.

2.4 MNCR: INTE-RELAÇÕES ENTRE O POVO, O PÚBLICO E O PRIVADO

³⁴ Ver a nota pública completa em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/nota-publica-psau-programa-de-pagamentos-de-servicos-ambientais-urbanos>. Visitado em 07 de outubro de 2015.

Ao estudar a trajetória histórica, o contexto de formação da categoria por meio do estudo bibliográfico e de campo, é possível apontar que o MNCR se constitui a partir da inter-relação com três principais dimensões: Povo, Público e Privado.

Para fim ilustrativo, chamaremos de “povo”, todos aqueles envolvidos com a catação, sejam eles, os catadores de base, os autônomos, a população em situação de rua que também cata para se sustentar, os militantes e apoiadores da organização da categoria, o MNCR e outros movimentos populares. Chamaremos de “Público”, o Estado com o seu conjunto de agentes promotores e executores públicos, como: as prefeituras, os ministérios, os tribunais, as secretárias, as universidades e também, os espaços públicos como, conselhos, comitês, Grupos de Trabalho- GTs e conferências. E por fim, chamaremos de “Privado” as empresas relacionadas com o setor, com as ONGs que possuem interesse nas temáticas e no desenvolvimento de trabalhos relacionadas com esta categoria e, bem como, os grupos religiosos.

Consideramos que todas dimensões, vão para além do desenvolvimento de ações ligadas a infraestrutura, a formulação de políticas, a gestão e controle, a logística e a produção. Todos estes grupos se ocupam também, da formação profissional da categoria de distintas formas, sejam elas diretas ou indiretas, pois, a formação profissional é considerada uma etapa fundamental no processo de adaptação/transformação de um setor produtivo.

Quando se trata do “povo” gestando suas ações de formação, é possível perceber diversas atividades de mobilização e sensibilização. Uma delas ocorre por meio de campanhas, como a campanha do “porta-a-porta”, adotada por alguns grupos para incentivar a comunidade do bairro a adotar a separação adequada dos resíduos. São os catadores, neste momento também, agentes de educação ambiental. Outro exemplo, é a mobilização para encontros regionais e nacionais, como pode ser observado nos casos de Rio Pardo - RS e Osasco-SP (descrito nos capítulo IV). Estes encontros, também, agregam espaços de partilha de experiências, criação de novas estratégias e permitem, entre outras coisas, a articulação entre os grupos. Os catadores também se formam quando mobilizam catadores autônomos para constituição de grupos associados. Ou, quando estabelecem parcerias com outros movimentos populares ou militantes para aprofundarem seus conhecimentos.

No caso do MNCR, essa formação se dá de maneira mais sistematizada e intencional, por meio da metodologia por eles denominada “De catador para Catador”. Nos momentos seguintes, buscaremos delimitar os principais aspectos deste formação.

Em relação ao “Público” consideramos a relação do MNCR contraditória, pois, por um lado, o “Publico” ou o Estado e seus aparelhos, são entendidos como uma estrutura reguladora do sistema capitalista. Cury (1989) aponta que o principal objetivo do Estado seria servir aos desígnios das classes sociais, contudo, ele acaba exercendo a hegemonia legitimadora da classe dominante e completa:

No contexto do capitalismo monopolista, o papel do **Estado** se redefiniu, no sentido de ser uma instância reguladora e organizadora do modo de produção capitalista, que se torna agente econômico no próprio mercado, especialmente nos assim chamados países subdesenvolvidos (Cury, 1989, p. 55).

Ou seja, o Estado é um ente que regula a burocracia à serviço da classe burguesa. Contudo, por outro lado, a relação com o Estado tem permitido aos catadores construir algumas políticas públicas e ocupar os espaços de debates e acompanhar uma agenda pública de discussões que envolvem questões que vão além da reciclagem, como gênero, combate ao racismo, orçamento participativo e entre outros temas afins. O Ministério Público tem algumas ações em curso para o combate ao trabalho realizado em condições desumanas e ao trabalho infantil em alguns estados e as universidades, por meio das incubadoras sociais, têm feito trabalhos de assessoria e incubação³⁵.

Diante deste cenário, se nos perguntarmos se o Estado realiza a formação dos catadores, a resposta será sim, pois, ele também assumiu uma relação com a profissionalização da categoria por meio de alguns programas de formação. Um deles foi por meio dos Institutos Federais - IFs. Ao menos três principais ações foram desenvolvidas. A primeira foi a criação de um curso técnico em reciclagem, oferecido pelo Instituto Federal de Brasília. A segunda foi a parceria dos IFs para implementar programa de capacitação profissional chamado Programa Mulheres Mil, com a formação de mulheres, no Norte e Nordeste (especialmente as catadoras). E a terceira ação foi o programa Pronatec Catador -Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Segundo o *site* do projeto, está parceria entre Ministério de Educação,

³⁵ Cabe ressaltar, que as contradições do Estado, no caso brasileiro, pode se dar por meio da gestão do governo pelo partido de esquerda. Durante a gestão do Partido dos trabalhadores – PT, o campo de disputa dos interesses da burguesia e da classe trabalhadora se acirraram. Contudo, já há mudanças na forma de governança que desperta novos conflitos neste campo. Para a Revista Caros Amigos, o descontentamento geral é fruto de uma gestão sofrida que optou por ceder aos “conservadores da cartilha neoliberal do arrocho, das privatizações, do aperto ao trabalhador”.

Reportagem “ E agora Dilma? – contradições levanta dúvidas quanto aos rumos do governo”
<http://carosamigos.com.br/index.php/revista/168-edicoes-anteriores/5114-edicao-219-editorial-e-sumario>.
Visto em 19/11/2015.

Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos, destinou mais de 2 mil vagas em todo país. Sendo descrito da seguinte forma³⁶:

A modalidade Pronatec Catador visa promover a ampliação da oferta da qualificação profissional e tecnológica de catadores de materiais recicláveis articulada com elevação de escolaridade, reconhecendo os saberes construídos de forma empírica pelos catadores de materiais recicláveis e realizando articulação com o desenvolvimento de tecnologias sociais.

Também visa fortalecer a articulação e organização de catadores de materiais recicláveis em associações, cooperativas e redes de cooperação solidárias. E, no médio prazo, colaborar com a integração dos órgãos públicos federais, estaduais e principalmente municipais na promoção de políticas voltadas aos catadores de materiais recicláveis (Brasil, 2015)

O projeto CATAFORTE, que está em sua terceira e última etapa, pode se considerar um dos principais programas voltados à consolidação da categoria. De acordo com o *site* do programa³⁷, na primeira fase, em 2009, as ações foram voltadas à capacitação, formação e assistência técnica, formando 10.600 catadores em 19 unidades da federação. Na segunda fase, em 2010, o foco foi na gestão e na logística e, em 2013, na terceira edição, recursos e parcerias foram ampliadas para apoio à estruturação de redes de comercialização. O Programa Pró-Catador e o Programa CATAFORTE são exemplos de parceria público-privado para assessoramento dos catadores.

Vale a pena ressaltar que a relação do MNCR com o “Privado” por meio de diferentes instituições (empresas e ONGs) se dá de forma mais próxima. Já que as Organizações Sociais tem captado e aplicado recursos públicos e privados.

Quando se trata das empresas com projetos de ações sustentáveis, são estabelecidas ações de cooperação para execução de projetos pontuais como arrecadação no dia mundial do Lixo Zero³⁸, ou, com projetos mais a longo prazo, por exemplo, com o recolhimento ou compra direta dos resíduos por uma determinada instituição³⁹.

³⁶ Para saber mais sobre os programas, acesse:

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pronatec/pronatec-catadores>

<http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>

<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>.

Acesso em 02 de novembro de 2015.

³⁷ Programa CATAFORTE. <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>. Visto em 04 de fevereiro de 2016.

³⁸ Evento que lança campanhas e realizam apresentações com a proposta de incentivar a localidade a ser tornar uma “cidade Lixo Zero”. Para saber mais: <http://semanalixozero.com.br/>. Visto em 01 de fevereiro de 2016.

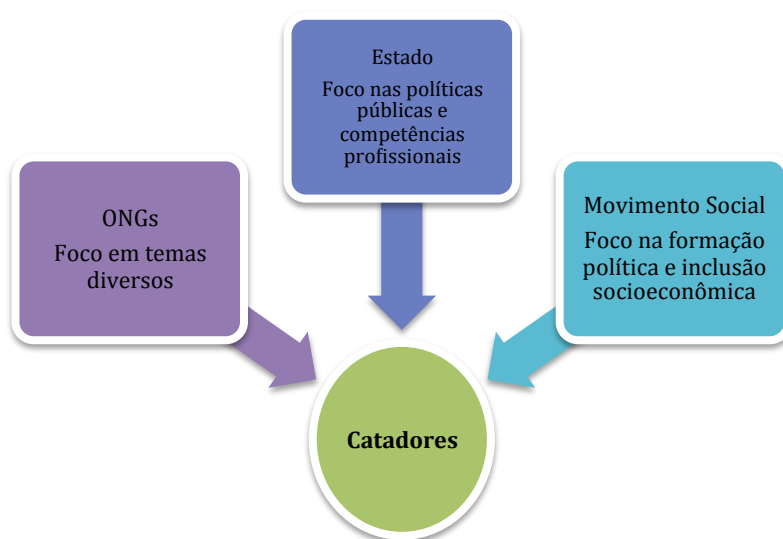
³⁹ Algumas redes de supermercado fazem parcerias com os grupos de catadores, outras empresas, dispensam o atravessador e compram direto destes grupos.

Quando se tratam de grupos como ONGs, a relação se dá por captação de recursos e execução de projetos sociais (via assessoria técnica).

Se nos perguntarmos se as ONGs formam os catadores, a resposta também será sim. Elas os assessoram e formam. Criam e executam cursos, palestras, encontros, cartilhas e toda a gama de materiais pedagógicos. Um dos exemplos dos grupos que vêm exercendo, ou exerceu este vínculo, estão citados como referência bibliográfica deste estudo, como Instituto AVINA, Instituto Pólis, Instituto IPESA entre outros. O Programa Pró-Catador e o CATAFORTE, são ambos executados pelas ONGs, sob a supervisão do Estado.

Na tentativa de ilustrar a perspectivas de formação de cada grande grupo, criamos o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Grupos que fomenta e realizam a formação dos catadores .



Fonte: Elaboração da autora (2015)

Em síntese, ao se discutir o tema ‘formação de catadores’, é preciso considerar que se trata de um campo diverso e que contém perspectivas ideológicas distintas. Este leque de possibilidades pedagógicas, por vezes, se complementam, por vezes, disputam entre si.

Nossas reflexões apontam para a contradição da relação dos catadores com as ONGs e o Estado. Seja como grupo independente, seja via movimento social, pois, esta é uma relação que se dá na tensão entre dependência e autonomia. Os grupos de

catadores, em suas associações e cooperativas, para se consolidarem e adquirirem seus meios de produção dependem, em vários casos, de passarem pelas formações oferecidas por estes dois grupos, e, como estão sempre requerendo novos equipamentos, novas assessorias durante todo o processo de consolidação e expansão produtiva, estão constantemente, dependentes do fluxo de recursos e apoio técnico. Contudo, no seio dos conflitos oriundos dessa relação de dependência, nascem também a crítica a esta forma de estabelecimento e se forja, as alternativas a sua independência, a sua autonomia.

No caso dos catadores, esta alternativa pedagógica e essa forma mais autônoma de ler e construir sua realidade se dá na proposta do MNCR, na construção deles próprios sobre o *como* e o *que* será sua formação.

Imagem 9. Ilustração dos catadores.



POR NECESSIDADES DIFERENTES, SURTIU UMA NOVA CLASSE DE TRABALHADORES - OS CATADORES DE MATERIAIS RECLÁVEIS, TRABALHANDO NOS LIXÕES E NAS RUAS, MARGINALIZADOS E NA INFORMALIDADE.



COM A COLETA SELETIVA, JUNTO COM UMA VISÃO DE FUTURO, SE UNEM EM COOPERATIVAS.



GARANTINDO UMA VIDA MELHOR PARA TODOS.

Fonte: Luciano Irrthum. IPESA (2013)

CAPÍTULO III– PROPOSTA METODOLÓGICA

*Uma pesquisa é também uma pedagogia que entrelaça atores-autores. É um aprendizado no qual, mesmo quando haja diferenças essenciais de saberes, todos aprendem uns com os outros e uns através dos outros. Uma pedagogia de criação solidária de saberes sociais em que a palavra-chave não é o próprio “conhecimento”, mas é, antes dele, o “diálogo”. Brandão & Streck
Pesquisa participante: o saber da partilha*

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com o enfoque crítico-participativo. A metodologia desta investigação será a Pesquisa Participante, situada nos autores Carlos Rodrigues Brandão, Danilo Streck, Marcela Garjado, Fals Borda e Gay Le Bortef.

Esta proposta metodológica tem o diálogo na construção coletiva dos saberes como um dos seus principais elementos, ou seja, busca respeitar os saberes do grupo pesquisado e problematizar com eles, os elementos concretos de sua realidade objetiva de sua práxis.

A pergunta de pesquisa parte da busca da pesquisadora em compreender e colaborar com o processo de reflexão pedagógica do grupo pesquisado. Consideramos que esta abordagem seja adequada à proposta de pesquisa por entender a pesquisa participante nos seguintes aspectos apontados pelos autores:

A Pesquisa Participante não cria, mas responde a desafios e incorpora-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos; de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento; de formação, participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais antes postas à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico ou recolonizadas ao longo de seus processos. (BRANDÃO & STRECK, 2006, p. 25).

Também, por se tratar de proposta metodológica que “partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes” (Ibid., p. 46). A intenção da pesquisa é responder a pergunta de pesquisa lendo as produções, conversando e vivendo experiências com o MNCR. Nesta relação, entendemos que o sentido dado à pesquisa vai além do acadêmico, como aponta Brandão:

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura pesquisada. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO, 1984, p.12).

Para os autores, a Pesquisa Participante pode ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto, que parte da experiência popular e vai além de promover “ações participantes”. O sentido da pesquisa está conectado a uma processo de descoberta e criação que deve caminhar para a emancipação dos sujeitos. Deve ser ela um instrumento inscrito nos fluxos das ações sociais populares (BRANDÃO; STRECK, 2006).

Na mesma obra, Fals Borda aponta os elementos que constituem os princípios metodológicos como: Autenticidade e Compromisso; Antidogmatismo; Restituição Sistemática; Feedback para os intelectuais orgânicos; Ritmo e Equilíbrio de ação reflexão; Ciência modesta e Técnicas dialogais (Ibid., p. 49-56).

Trata-se de uma proposta gestada e, amplamente, utilizada na América Latina. O contexto e os desafios de cada proposta vão incorporando elementos à sua prática e incorporando técnicas também. É possível conhecer vários estilos alternativos de Pesquisa Participante, pois, como menciona Guy Le Bortef (1987), não existe um modelo único de “Pesquisa Participante”, trata-se, na verdade, de adaptar em cada caso o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sociopolítico, os objetivos perseguidos etc.). Ela não tem um modelo único e, sim, um repertório, um estilo. Contudo, Marcela Garjado (1987) defende que há elementos e princípios que dão unidade ao método e que não podem ser deixados de lado no processo de pesquisa. São eles:

- Explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais renegados da sociedade;
- Integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo.

3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Buscando registrar os elementos pedagógicos que compõem o método de formação do MNCR, partimos da análise de três aspectos. Sendo eles: 1) Os materiais didáticos publicados pelo MNCR para dar suporte a formação dos catadores - cartilha I e II do ciclo de formação; 2) As entrevistas realizadas com lideranças do MNCR que possuem alguma experiência com a metodologia “De catador para catador” e, 3) A participação em espaços de articulação e formação política. Em síntese, cada aspecto pertenceu a um momento distinto de pesquisa que, de forma ilustrativa, na Pesquisa Participante, chamamos estes momentos de “Ler eles”, “Falar com eles” e “Fazer com eles”.

Em resumo, “ler eles”, significou ler algumas produções do MNCR já publicadas, alguns textos em parcerias, com teses e dissertações sobre o tema, além das cartilhas de formação. Este momento integrou a revisão teórica (do capítulo I e II) e a análise documental de fonte primária (capítulo IV).

Na etapa “falar com eles”, foram estabelecidos diálogos com pessoas ligadas ao movimento. Nesta etapa, foram entrevistadas catadoras e um catador representante do MNCR das cinco regiões brasileiras, onde buscou-se obter um mínimo de representatividade nacional. Em seguida, foi entrevistado o militante e colaborador Davi Amorim, sobre aspectos da formação política, e, por fim, o Professor e Secretário Paul Singer, abordando sobre Economia Solidária. Finalmente, na etapa “fazer com eles”, foi realizada a participação em eventos em três estados brasileiros e, durante a parte mais “intensa”, a pesquisadora deu apoio aos catadores na realização de algumas atividades de mobilização e formação.

Os três momentos compõem os elementos que consideramos necessários para responder as perguntas da pesquisa. Seus componentes integram os resultados finais e as considerações de forma sintética.

3.2 TÉCNICA DE “COLETA DE DADOS”^{3e} E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para construir os momentos de pesquisa, foram utilizadas técnicas de coleta de dados e elaboração de instrumentos. Para a análise dos materiais, utilizamos a análise documental. Para coletar os discursos, utilizamos entrevistas com roteiro semiestruturado e, analisamos a partir da técnica de análise de conteúdo. Para a realização da pesquisa de campo, utilizamos a proposta da Observação Participante com

o registro escrito e fotográfico. A seguir, descreveremos cada técnica, acompanhada de seu instrumento.

3.2.1 Análise Documental

A pesquisa documental foca em extrair informações de fontes ainda não tratadas ou que podem receber novas elaborações segundo o foco da pesquisa em questão (GIL, 1987). São, geralmente, fontes primárias de informações, como relatórios, cartas, reportagens, ofícios e outros. Um dos principais objetivos da análise de documento é apresentar o conteúdo de forma sistemática e original (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012).

O procedimento usado foi a leitura e a produção de uma resenha sobre cada Cartilha onde buscando apontar uma contextualização, os principais aspectos do textos, os principais conteúdos e a relação das Cartilhas com a intencionalidade formativa.

3.2.2 Entrevista

A metodologia apoiou-se também na técnica de entrevista como forma de registrar a percepção dos catadores -educadores sobre a formação da sua categoria e os elementos que compõem a formação do qual movimento que fazem parte. Para Minayo (2008), a entrevista é uma fonte de informações que fornecem dados primários e secundários, de natureza objetiva e subjetiva e acrescenta:

Entrevista é uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes a um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2008, p. 261).

O tipo de entrevista realizada foi a semiestruturada, que combinou perguntas fechadas e abertas. Como instrumento, utilizamos um roteiro com perguntas organizadas em torno da caracterização dos entrevistados e de outras seis classes temáticas. Cada classe temática é acompanhada por uma ou mais categorias, como mostra o esquema a seguir:

Quadro 1. Esquema das classes temáticas, categorias e seus componentes.

CLASSES TEMÁTICAS	CATEGORIAS	COMPONENTES
PROPOSTA POLÍTICA DO MNCR	Proposta Política	Concepções e aspectos relacionados aos ideais, as formas de luta, a proposta política e a sua relação com a formação.
FORMAÇÃO DOS CATADORES NO MNCR	Formação dos catadores ; Aspectos da formação política; Aspectos da formação profissional .	Concepções e argumentos dos representantes do movimento sobre formação dos catadores , incluindo aspectos políticos e profissionais.
METODOLOGIA	Metodologia	Concepções e aspectos da prática em torno da metodologia “de catador para catador” .
ASSESSORIA TÉCNICA	Assessoria Técnica	Concepção sobre a assessoria técnica e elementos em torno da intervenção técnica.
ESCOLARIZAÇÃO	Escolarização	Aspectos relacionados a formação escolar, a presença ou ausência dela no processo formativos dos catadores .

Fonte. Elaboração da autora (2015)

Para cada categoria, foram lançadas um conjunto de perguntas. Ao todo, o roteiro contou com 25 questões. É possível conferir o roteiro completo no apêndice A. Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio MP3 e transcritas para texto, na íntegra, após a autorização dos entrevistados.

3.2.2.1 Técnica de Análise da Entrevista

Para a análise das entrevistas transcritas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo temática como método interpretativo dos dados. Segundo Bardin (2011), analisar um conteúdo é tratar da informação contida nas mensagens. No caso da análise temática, o tema é entendido como:

A unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve à leitura, o texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis (BARDIN, 2011, p. 135).

Segundo a autora, fazer análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (2011, p. 135). Este tipo de análise, pode ser dividido em três polos cronológicos composto por: Pré-análise;

Exploração do material e Tratamento dos resultados. Em síntese, o movimento de análise do conteúdo das entrevistas que realizamos, incluiu etapas de:

- Estabelecimento das classes temáticas e categorias centrais;
- Elaboração e aplicação do roteiro
- Transcrição das falas
- Organização das informações em programa de análise de dados;
- Geração temas através de um processo de categorização;
- Análise dos dados de forma descritiva e interpretativa;

Para a codificação das variáveis presentes na transcrição, foi usado o programa de análise de dados qualitativos chamado “QDA Miner”, versão livre⁴⁰.O programa permite criar códigos que se transformam em categoria e/ou subcategorias de acordo com os critérios estabelecidos pelo pesquisador. Este programa auxilia na organização e apresentação geral dos dados.

3.2.3 Observação Participante

Partindo da metodologia da Pesquisa Participante, a Observação Participante é uma modalidade que consiste em aproximar o pesquisador da realidade do grupo pesquisado. O posicionamento do pesquisador é de observador que interage com o grupo, em maior ou menor intensidade, mas nunca de forma neutra (PERUZZO, 2013). No nosso caso, a Observação Participante foi realizada em parceria com a Comissão de Articulação Nacional do movimento por troca de mensagem via *e-mail*.

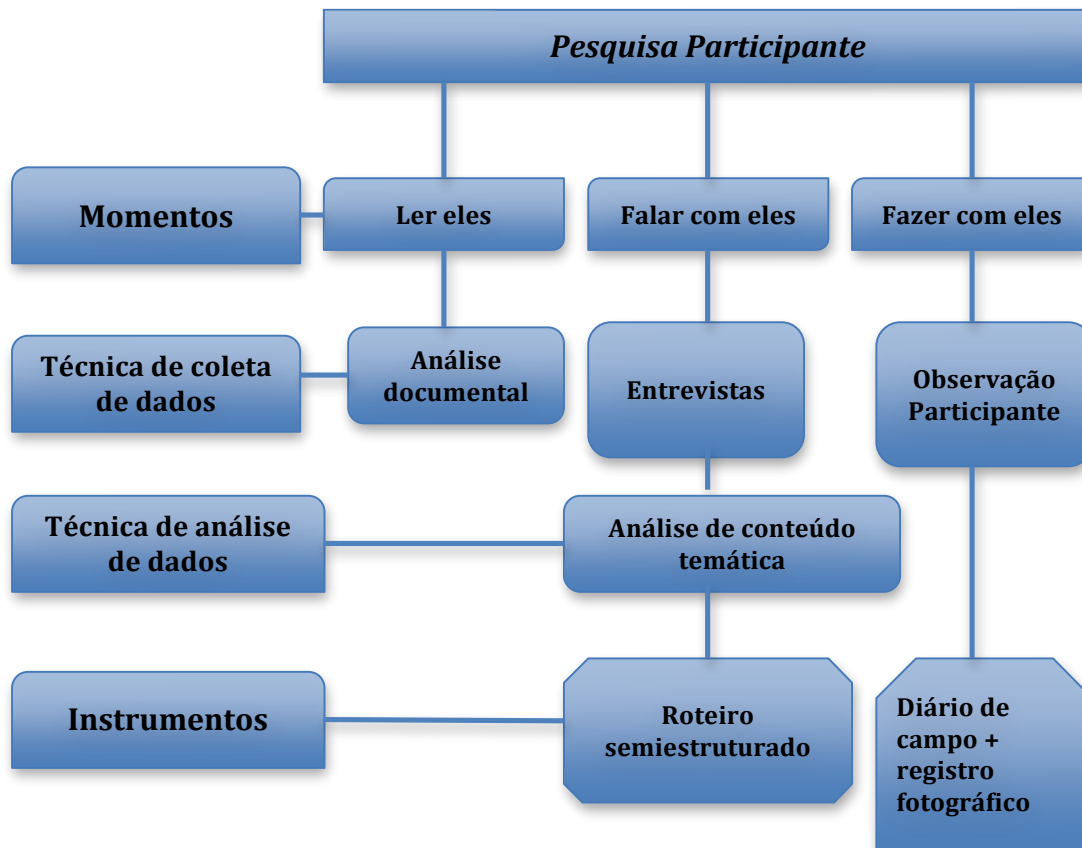
Por meio do diálogo, os estados escolhidos para acompanhar as atividades foram o Rio Grande do Sul e São Paulo, sobretudo porque, ambas as equipes de articulação de cada estado, haviam programado uma série de atividades formativas em um calendário muito próximo, possibilitando assim, participar de um número razoável de experiências.

O instrumento utilizado para o registro de Observação Participante foi diário de campo, que contou com a descrição das atividades realizadas, questionamentos e reflexões. O diário de campo foi construído tanto em formato digital, quanto manual. Fotos e vídeo também fizeram parte do registro.

De forma esquemática, nosso caminho pode ser representado da seguinte forma:

⁴⁰ Disponível em: (<http://provalisresearch.com/products/qualitative-data-analysis-software/freeware/>). Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

Fluxograma 2. Esquema metodológico adotado na pesquisa.



Fonte: Elaboração da autora (2015)

Imagem 10. Ilustração dos catadores.



Fonte: Luciano Irrthum. IPESA (2013)

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 “LER ELES”: ANÁLISE DOS MATERIAIS PESQUISADOS

Neste capítulo, após coletar e tratar as informações, disponibilizamos nos tópicos, a seguir, uma síntese da análise dos objetos acompanhados dos resultados e das considerações finais. Em relação aos objetos, primeiro, apresentaremos os principais pontos observados no material formativo para, em seguida, apresentarmos os resultados da análise de conteúdo organizados, a partir das classes temáticas já mencionadas. Por fim, descreveremos algumas atividades realizadas no campo pesquisado e apresentaremos os registros destas atividades.

4.1.1 Material impresso – Cartilhas do ciclo de formação do MNCR

Em relação ao material didático produzido pelo MNCR, foi realizada uma análise descritiva, levando em consideração os principais temas, sua relação com formação e os elementos que a compõem. O material analisado foram as cartilhas níveis I e II do Ciclo de Formação do MNCR. As cartilhas estão disponíveis em formato *online* e impresso. A primeira e a segunda cartilha foram criadas em 2009 e reformulada alguns anos depois, ganhando novos conteúdos. Também faz parte do ciclo de formação um vídeo gravado e disponibilizado em 2014 chamado “De Catador para Catador”⁴¹ que aborda os conteúdos das cartilhas⁴².

Por meio da coordenadoria de comunicação, o MNCR produz e disponibiliza materiais impressos e audiovisuais que são usados para divulgação e para as formações da categoria. O principal veículo de informação é o *site* do movimento (<http://www.mnccr.org.br/>), onde estão reunidos os informativos e os materiais de referência. Os boletins informativos “de catador para catador” tornam públicas as notícias em torno da categoria, avanços e desafios dos catadores de associações e cooperativas em alguns estados brasileiros. As cartilhas, por sua vez, abordam os temas para as formações.

⁴¹ Vídeo: “De catador para catador”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OhRQI248cJg>. Visto em 25 de janeiro de 2016.

⁴² Além do vídeo, o kit de formação também é composto por um livro de canções e um CD com músicas. Nesta etapa da pesquisa, nos limitaremos apenas na análise das cartilhas.

De forma resumida, a cartilha nível I “Caminhar é resistir” é, essencialmente, formação política para estruturação do MNCR nas bases. Na primeira parte da cartilha, há textos sobre a história de lutas brasileiras, como luta de classe motivada pela desigualdade. Fala também sobre o surgimento do movimento, o direito ao trabalho e a exploração dos atravessadores na compra dos materiais. Em seguida, traz a declaração de princípios e objetivos do MNCR, as bases de acordo, modelo de organização dos comitês, coordenações e comissões dos estados para participarem da equipe de articulação nacional que representa o movimento.

Na segunda parte da cartilha, há textos de mártires de diferentes tipos de luta e resistência no Brasil, são eles: Sepé Tiaruju; Zumbi dos Palmares, Espetirina Martins, Carlos Marighella, Roseli Nunes e Érick Soares. Os textos são curtos, contudo, há uma versão mais completa disponível no *site* para serem usadas nas formações. Os mártires estão relacionados à resistência indígena, negra, operária, contra a ditadura, luta camponesa e relacionada também a luta dos próprios catadores, representado na figura de Érick Soares⁴³.

Neste primeiro momento do ciclo de formação (Cartilha I), duas preocupações se sobressaem, 1) A de desconstruir e recontar a história através e a partir da luta popular e, 2) Organizar espaços de articulação nacional para criar um movimento descentralizado. A declaração dos princípios e objetivos do MNCR, organizados em 04 artigos, revela seu caráter de movimento popular (autogestão, ação direta popular, independência de classe e apoio mútuo com solidariedade de classe). O modelo de bases de acordo, revela seu envolvimento com diversos grupos, pois descreve prerrogativas da relação dos catadores com a categoria, com o grupo, com o trabalho, com as parcerias e o poder público.

Em relação ao seu campo ideológico, apresenta princípios que são comuns em vários grupos de luta popular latino americana, como por exemplo, com a já citada, solidariedade de classe, a autogestão, democracia direta, ação popular direta, entre outros.

Do ponto de vista pedagógico, a cartilha nível I, enquanto material didático, possui uma linguagem acessível, gráficos que relaciona com os textos e o uso de linguagem icônica, que leva o leitor a fixar conceitos e promover reflexões. Em relação

⁴³ Representante nordestino, falecido em 2004, incentivou a criação do movimento na sua região e hoje é uma figura lembrada e símbolo de luta.

a interatividade, a cartilha pressupõe (no modelo virtual) o uso dos textos dos mártires em uma atividade pedagógica conduzida por um educador.

A cartilha do Nível II “Manual Amigo do Catador” é, essencialmente, formação para o trabalho, com a implementação de modelos de grupos e de gestão, mais voltado ao que podemos chamar de uma “formação técnica ou profissionalizante”. Os principais conteúdos são: os ciclos da cadeia produtiva da reciclagem, cooperativismo, funcionamento interno e instrumentos de acordos coletivos, processo produtivo, modelo de implementação de uma campanha de coleta seletiva, triagem e identificação de materiais, controle interno, infraestrutura e políticas públicas.

Mais extensa do que a primeira, a segunda cartilha foca em modelos de processos produtivos, enfatizando princípios de autogestão e cooperação por meio, principalmente, de linguagem icônica. Ao descrever o ciclo produtivo da reciclagem, descreve sobre a dimensão e a exploração do trabalho dos catadores e, como contraponto, apresenta o trabalho associado e o cooperativo como formas de agregar valores aos produtos e de exercer a democracia. Ao abordar sobre cooperativas e associações, a cartilha, apresenta alguns elementos que compõem um modelo cooperativista/associativista e o modelo capitalista de produção. Em seguida, incentiva o leitor a adotar o modelo cooperativista/associativista, baseando seu argumento nas características de proteção jurídica (normas e procedimentos legais), nos princípios e nos valores sociais que tal modelo contém.

Em relação à etapa do processo produtivo, a sugestão da cartilha II é adotar uma reflexão, a partir, do próprio grupo, uma espécie de análise de conjuntura interna. Em seguida, é apresentado um modelo de referência de gestão da produção. Este modelo, além de abordar temas como as etapas do processo produtivo, a identificação técnica e físico-química dos materiais e modelos de galpões de triagem, aponta, também, uma das formas de organização e de estratégias de comunicação que podem ser utilizadas pelos grupos, como campanhas com o uso de material informativo, uso da abordagem porta a porta (contato direto com a população), cadastro dos moradores, roteiro logístico e avaliação permanente.

De forma geral, percebemos que a cartilha II propõe a adesão a um modelo cooperativista de base tecnológica, por meio da adoção de conhecimentos para aperfeiçoar o processo de autogestão do grupo, processo de controle e produção no trabalho.

Ambas as cartilhas são, ao mesmo tempo, um material informativo – de transmissão e assimilação do conteúdo de forma independente – e um último recurso para trabalho em grupo. Podendo ser usado com um grupo de forma prática, por meio do debate dos temas abordados ou implementando as propostas sugeridas no material, ficando a critério de cada grupo (internos ou externos) a forma de utilização.

4.2 “FALAR COM ELES”: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Em relação aos procedimentos de aplicação e análise das entrevistas, primeiro, foi realizado pré-teste com dois catadores (regiões sul e sudeste). Após a entrevista, o material foi transcrito e analisado. O pré-teste, serviu de base para reformulação das perguntas e elaboração da versão final do roteiro. Todas as sete entrevistas (02 de pré-teste e 05 da versão final) foram realizadas em Brasília-DF, durante alguns eventos. O período de aplicação foi de agosto de 2014 à setembro de 2015.

Após transcrever o áudio e tratar os dados no Programa *QDA Miner*, organizamos as classes temáticas, categorias e subcategorias que surgiram do discurso. A seguir, será apresentado o resultado desse tratamento e serão citados algumas falas que surgiram durante a entrevista, no sentido de ilustrar os conteúdos resultantes. Serão apresentados os nomes verdadeiros e regiões das/os entrevistadas/dos porque houve autorização para isso.

4.2.1 Caracterização das/os entrevistadas/os

Foram entrevistadas/os, cinco representantes do MNCR, sendo, quatro mulheres e um homem. Sobre a ocupação, todas/os se declararam catadoras catadores, no entanto, alguns citaram que são militantes e/ou que possuem algum cargo específico na cooperativa da qual fazem parte (como catador ou membros da diretoria). Sobre a experiência como educadora ou educador, todos relataram ter alguma experiência com a formação de outros catadores. No quadro a seguir, foram organizados em um quadro, outras informações relevantes relacionadas a caracterização das/os entrevistadas/os.

Quadro 2. Caracterização dos entrevistados.

Nome	Regiões	Sexo	Idade	Naturalidade
Alex	SUL	Masculino	35	Passo Fundo - RS
Claudete	SUDESTE	Feminino	35	São Paulo - SP
Aline	CENTRO-OESTE	Feminino	26	Brasília - DF
Jeane	NORDESTE	Feminino	34	Salvador - BA
Irineide	NORTE	Feminino	39	Manaus - AM

Fonte: Elaboração da autora (2015)

4.2.2 Proposta Política

Ao analisar o grupo de respostas referentes à classe temática Proposta Política do MNCR, as/os entrevistadas/os responderam aspectos que podem ser classificados em três principais subgrupos, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 3. Proposta política.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias
Proposta política do MNCR	Proposta Política	Frentes de Trabalho
		Desafios
		Propostas

Fonte: Elaboração da autora (2015)

Para os entrevistados, atualmente, as principais **frentes de trabalho** do MNCR, são:

- Promoção de ações para a mobilizações das bases;
- Acompanhamento dos programas em andamento, como o CIISC, PPA e CATAFORTE;
- Participação/construção de políticas públicas;
- Realização de parceiras para o apoio jurídico dos grupos de base;
- Participação/construção da proposta da logística reversa;
- Acompanhamento da inclusão socioeconômica dos catadores nos fechamentos dos lixões;
- Acompanhamento do processo de contratação dos catadores para prestação de serviço de limpeza urbana;

- Fomento do Programa Nacional de Reciclagem Popular- PRONAREP;

Segundo as/os entrevistadas/os, um dos **desafios** é tratar as questões que envolvem gênero, como por exemplo, o acesso das mulheres a políticas públicas, o combate a violência de gênero e violência sexual, além de questões relacionadas à saúde das mulheres. Outro desafio é superar o modelo atual de gestão de resíduos sólidos, para assim, superar também a privatização da gestão da coleta, a incineração dos resíduos sólidos e o combate à "máfia do lixo". Como aponta alguns trechos a seguir:

As mulheres, hoje, ainda são muito vítimas de agressão, de sexo também e a mulher catadora, na maioria das vezes, mais ainda. Porque é catadora, negra, pobre e aí está exposta. Dentro dos lixões têm catadoras que sofrem estupros a toda hora e, ela não pode fazer nada, ela vai fazer o que? (Jeane, Nordeste).

Não adianta só ter a política pública ou, a política de Estado, que são as leis nacionais. Sendo que não se consegue, seja, por força política ou força econômica ou por própria questão do preconceito, incluir os catadores aos processos, aos quais, já estão garantidos por lei. (Alex, Sul)

A inclusão dos catadores nas políticas públicas já existentes foi outro ponto tocado, assim como logística e o acesso em alguns territórios brasileiros, como no caso do norte do país, onde a mobilidade entre municípios é realizado quase ou, exclusivamente, por barcos.

Entre as **propostas** que as/os entrevistadas/os sugeriram, para fortalecer tanto o movimento quanto a categoria, está: o cumprimento das políticas públicas já instituídas. Se percebe uma lacuna entre a norma e a realidade dos catadores. Outra proposta é o avanço do trabalho em rede, ampliando também a comunicação entre as bases e as redes de comercialização, o avanço na cadeia produtiva dos materiais recicláveis, implementando também o PRONAREP e, por fim, a formação política de base. Em complementação, ainda sobre as propostas, eles disseram:

Reciclagem popular é um processo de verticalização da cadeia para que os trabalhadores avancem em outros setores. (Alex, Sul)

Passar o nivelamento de formação política para as bases. (Aline, Centro-oeste)

Podemos dizer que boa parte das Frentes de Trabalho tem relação com as conquistas já pautadas e propostas em andamento. Que o movimento tem uma preocupação especial com a questão de gênero e o trabalho em rede. A proposta no PRONAREP evidencia seu caráter popular e pode ser apontada como o pano de fundo do seu projeto político. Pois, há nela, uma intenção de ressignificar a cadeia produtiva por meio de uma proposta gestada no movimento.

4.2.3 Formação dos catadores

A formação dos catadores é considerada, pelos entrevistados, um dos elementos fundamentais no movimento. Para eles, a formação é técnica e também política, não há uma divisão entre ambas, porém, há elementos que compõem um e compõem o outro. Ao abordar este assunto, as/os entrevistadas/os tocaram em aspectos que foram organizados nas seguintes categorias e subcategorias:

Quadro 4. Formação dos catadores .

Classe Temática	Categorias	Subcategorias
Formação	Formação dos catadores	Organização
		Desafios
		Propostas
	Aspectos da formação política	Percepção sobre a formação política
		Participação e luta
	Aspectos da formação técnica	Percepção sobre a formação técnica

Fonte: Elaboração da autora (2015)

Sobre os aspectos relacionados à forma de **organização**, dentro do movimento, as suas formações, as/os entrevistadas/os disseram que utilizam a proposta “de catador para catador” e, que as reuniões são espaços importantes para decidir os elementos que compõem cada formação. Ao serem perguntado se o MNCR faz formação técnica ou política, elas disseram:

Nós fazemos as três coisas. Técnica, política e as duas juntas. Porque tu tem que ter essa parte. Porque tu tem que lidar com os diversos setores, diversas pessoas, diversas políticas. A gente vê e falar de

políticas para catadores, porque você está imerso nas diversas políticas e tu precisa ter as “manhas” e conhecer várias delas. (Claudete, Sudoeste)

Não dá para ser mais técnico por um lado e esquecer o político. Porque é unir o útil ao agradável. Se a gente hoje busca mais o técnico, a gente esquece o lado mais fraco que são, buscar as políticas públicas mesmo. Um não pode andar separado do outro, porém, os dois precisam estar alinhados. (Irineide, Norte)

Na subcategoria **desafios** foram apresentado quatro: 1) falta de contrapartida (material/financeira) para o tempo investido na formação, ou seja, o tempo considerado tempo/trabalho compensado, de alguma forma. 2) lidar com a diferença de conhecimentos dentro das bases, uma vez que, este conhecimento pode resultar em desigualdade. 3) A logística para realizar as formações, pois a distância entre uma base e outra, por vezes, é grande. 4) falaram sobre o excesso de funções que as/os militantes carregam, o que dificulta a dedicação para outros tipos de troca, como retrata o trecho a seguir:

Os coordenadores de base são os mesmo que os militantes políticos e, acaba tendo um problema, por quê? As pessoas acabam tendo que optar por trabalhos pela questão da base ou da produção, que é o que sustenta a família no final. Então essa é uma das questões. Por causa disso, a gente tem pouca força militante, ou seja, os quadros, eles acabam não tendo muita liberdade para poder agir, para poder aprender para poder interagir, para poder entender, para poder buscar ou trocar conhecimento e acabam por assim, se amarrando nos processos de produção Precisamos trabalhar para criar liberdade para que os quadros consigam realmente está mobilizando nos estados. (Alex. Sul)

Na subcategoria **proposta**, no entanto, as/os entrevistadas/os disseram que é preciso possibilitar a contrapartida para os catadores que participam das formações e realizar mais formações dentro das próprias bases, usando o local de trabalho como local de formação. Sobre a contrapartida, a entrevistada comenta:

Ai a gente não consegue e, muitas vezes a gente justifica porque o catador vive do que ele produz e se ele tiver que parar para ter que aprender, para melhorar o serviço dele, ele terá que receber por esse tempo que ele ficou parado (Aline, Centro-oeste).

Ao falarem sobre as **percepções da formação política** dos catadores, os entrevistadas/os disseram que a formação política pode ajudar a reconhecer a trajetória histórica da categoria, colaborando, assim, para o seu reconhecimento e a sua

valorização, amplia, o reconhecimento sobre o próprio trabalho e a formação empodera as catadoras e os catadores. Outros aspectos mencionados foram que a formação política, no movimento, pode servir para dar continuidade ao processo de formação de novas lideranças, ampliando, também, o conhecimento que os catadores têm sobre a existência do MNCR e que as formações políticas ajudam a compreender melhor o conjunto de políticas públicas e prepara a categoria para reconhecer seus direitos no processo de fechamento dos lixões com a inclusão socioeconômica dos catadores (PNRS). Por fim, formar, politicamente, os catadores pode colaborar na construção de um novo conceito e prática de uma outra matriz de produção de resíduos.

Você não tem dimensão do que é a formação para nós catadores e catadoras. Porque você sai daquela ponta de ser um miserável sem estrutura, sem instrução e, você começa a ser capacitado a negociar o teu negócio. Você passa a ser um conhecedor de causas e quando você tem um conhecimento de causas e direitos, fica mais difícil os outros te passar para traz. (Jeane. Nordeste)

Sobre o tema **Participação e Luta**, as/os entrevistadas/os falaram sobre a sua relação com a militância dizendo, que o seu trabalho está relacionado com a luta e que, estar no movimento ajuda a se perceber como militante. Para as/os entrevistadas/os, participar do movimento social ajuda a evidenciar os temas debatidos, a fortalecer e organizar os grupos em suas bases e a promover mais condições para se articularem, politicamente, além de promover ações diretas.

Enquanto o catador está na base ali, fazendo o trabalho dele normal, ele não se vê enquanto militante. Ele se vê enquanto produtor, enquanto trabalhador normal. E quando você tem noção que você é do movimento levantando as bandeiras que você sabe que é para diferenciar. Você se sente um militante, uma pessoa importante dentro do processo (Aline. Centro-oeste).

O movimento dá visibilidade. Ele é visibilidade. Se hoje eu chego em qualquer lugar e digo que sou Irineide catadora, vice-presidente e quero conquistar os meus direitos, eu vou passar o resto da vida, mas, se eu for como movimento nacional, já muda a história porque eu estou falando em nível nacional (Irineide. Norte).

Ao falarem como **percebem os aspectos da formação técnica/profissional**, as/os entrevistadas/os consideram que se formar, profissionalmente, gera avanços para a categoria. O processo de formação pode colaborar para ampliar a informação, melhorar a gestão dos grupos, pode ajudar a desenvolver a linguagem e a compreensão dos termos

técnicos, impactando também na diminuição da exploração dos catadores pelos atravessadores.

4.2.4 Metodologia de formação no MNCR

Já se sabe que o MNCR recebe formação por meio de parceria com diversos atores, contudo, quando se trata de organizar a sua própria formação, o movimento tem optado por construir um método próprio que realiza a formação das bases segundo algumas características. Na entrevista, organizamos o resultado deste tópico segundo as seguintes temáticas:

Quadro 5. Metodologia de formação do MNCR.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias
Metodologia	Metodologia de formação do MNCR	Organização
		Percepção
		Prática docente
		Conteúdos
		Desafios
		Estratégias
		Mudanças

Fonte: Elaboração da autora (2015)

Sobre como a metodologia foi/está sendo **organizada**, no princípio, existia apenas como processo de informação, depois, passou a ser também de formação da categoria. O ponto de partida é a experiência que a catadora-educadora e o catador-educador possuem para dar a formação.. Em síntese, é catador formando catador, a partir dos problemas já vivenciados. Os catadores que dão a formação são militantes. Segundo apontam, na metodologia, os conceitos são trabalhados para incluir o catador e minimizar as dificuldades de compreensão. O ponto fundamental do processo é a promoção do debate entre os catadores e a possibilidade de realizar a auto-organização, ficando para a assessoria técnica, os temas específicos.

Nós lançamos essa modalidade, digamos assim, que é de formação exclusiva de catadores, entendendo que os catadores conseguem entender e ser muito mais sensível com essa realidade um do outro (Alex, Sul).

Porque o catador sabe falar a língua que é do catador. Eu não estou desmerecendo pessoas que trabalham com a gente que consegue sim, nos entender e passar a mensagem do que quer falar. Esses catadores que já vem, os veteranos que vem com a carga nas costas de militantes, de experiências dos “trancos e barrancos” que ele vem tomando na vida e no movimento, ele tem essa pasta para passar para os outros. Por isso é que eu acho importante essa nova metodologia que eu acho bacana de catador para catador. Porque ele vai conseguir me passar uma realidade na linguagem do catador de uma forma que eu acho que quem não viveu, quem não vive, eu acho que não conseguiria passar de um forma que se entende. Ele vai ficar pensando que só vem aqui tirar o dinheiro da gente, ou é só mais um que vem tirar fotinha para ganhar dinheiro nos lugares. Tá entendendo? (Aline, Centro-oeste)

Quando a gente vai fazer formação de catador para catador, o que importa não é o tempo, ou se aplicamos o conteúdo ou não, ou se a gente assinou lista de presença. O que importa é se a gente conseguiu levar o conhecimento do debate e esse conhecimento, esse debate ser a partir dos conhecimento que a base tem, ou seja, que os catadores têm (Alex. Sul).

Segundo apontam as/os entrevistadas/os, “De catador para catador” pode ser considerado uma modalidade de formação. Ela surge da busca pelo protagonismo e como uma crítica ao excesso de intervenções externas. As/os entrevistadas/os **percebem** que este tipo de modalidade, ou abordagem metodológica possibilita maior abertura para falar e se inter-relacionar. Possibilita uma linguagem acessível e uma proximidade dos conteúdos com a realidade e com a não alienação do trabalho. Outro aspecto mencionado é que a metodologia nasce do conflito de assessorias que não foram bem sucedidas.

Nesse processo nós tivemos o apoio de muitas entidades e essas entidade acabavam, de certa forma, dominando, politicamente, o movimento, sendo que, eles tinham a capacidade mais técnica e por ter essa capacidade mais técnica teve o controle político sobre os catadores, e nós, desde 2001, primamos ali por ter princípio, e um deles é o protagonismo, que é o catador pode ser o seu principal porta voz, principal agente, seu principal sujeito e ser garantido a partir de quem realmente trabalha. Então, nos definimos que os catadores seriam os militantes. E que o movimento seria movimento de catadores e não movimento de apoiadores, então a partir dali nós criamos alguns processos, alguns mecanismos para garantir, e um dele é o de catador para catador. (Alex. Sul)

Ao tratarem sobre os elementos e saberes necessários para a **prática docente**, as/os entrevistadas/os apontaram que a catadora-educadora e o catador-educador

precisam ter uma visão humanizada, engajamento e militância. Ser uma pessoa que transmita confiança entre seus pares, que tenha conhecimento sobre o trabalho e que seja comprometida com a emancipação e independência da categoria. Para elas/es, a catadora e o catador que dará a formação, não precisa ter domínio da escrita e leitura porém, consideram que tais habilidades possibilitam uma formação melhor. Em relação as considerações sobre o processo de ensino e aprendizagem, os entrevistados, consideram que a formação deve ser centrada nos interesses do próprio grupo. Que é preciso aprender a trabalhar na velocidade adequada ao grupo que recebe a formação e sugerem que o catador-educador não carregue o modelo de professor que detêm e centralizam o conhecimento.

É preciso entender que tem um nível de confiança entre os iguais, entender que a velocidade que têm os técnicos e os catadores são totalmente diferentes. Entendemos que precisamos construir um processo real de emancipação da gente, das pessoas, enfim, dos catadores. Para que a gente fique independente de outros ou de outras, e consigamos trabalhar e fazer gestão a partir das próprias pernas (Alex. Sul).

Primeiro, eu já vi outros métodos e tudo mais, mas primeiro é tu trabalhar uma questão que você não é o professor. Porque é muito importante as pessoas que estão lá se sintam igual. Até para poder ter a liberdade delas poder falar, poder debater e inclusive, falar que você está errado. Então, acho que a primeira questão é você está realmente em um processo de círculo e em um processo de empoderamento de maioria de todos e todas, um processo em que você realmente consiga trabalhar aquilo que as pessoas realmente queiram, porque não adianta você trabalhar a educação e a formação, sobre uma organização de rede, porque você entende isso, mas que aquele grupo, ele entende que ele quer ser organizar enquanto base. Então tem que se organizar a partir das próprias pessoas. (Alex. Sul)

Sobre os **conteúdos** que podem estar relacionados a esta formação, são:

- Bases de Acordo do MNCR;
- Resíduos e reciclagem;
- Gênero;
- Preconceito;
- Legislações e procedimentos legais;
- Produção;
- Economia;
- Políticas.

Ao tratarem sobre os **desafios** desta metodologia, os entrevistados disseram que entre os maiores desafios de por em prática a metodologia “De catador para catador” estão a organização dos catadores autônomos e avulsos, fomento de novas parcerias, saber lidar com a heterogeneidade dentro da categoria, formar catadores para serem multiplicadores e avançarem nas experiências para sair apenas do empirismo cultural, ou seja, do campo da experiência vivida.

Enquanto que as **estratégias** possíveis são: manter a articulação entre os estados, a formação possuir objetivos claros, manter as reuniões estaduais e regionais, além de criar estratégias locais que atendam a cada grupo com sua especificidade.

Ao serem perguntados sobre os impactos e as **mudanças** que eles acreditam que a metodologia acarreta, eles apontaram que, para os catadores, esse tipo de formação possibilita maior confiança no outro e em si próprio, de auto-percepção como trabalhadores de uma determinada economia e como sujeitos de direito. De uma forma geral, a metodologia possibilita fortalecer o empreendimento, a rede e o próprio movimento. Possibilita maior compreensão sobre o papel político e gerencial na cooperativa e possibilita se auto-perceber como militante, além de permitir se formar e voltar para formar os demais companheiros.

Autoconfiança, segurança que eu sou catador. Eu tenho direitos. Eu tenho deveres. (Jeane. Nordeste)

Eu me enxergar enquanto produtora, participar da economia, da produção econômica do país. (Aline. Centro-oeste)

4.2.5 Escolarização

Ao tratar sobre o processo de escolarização, as/os entrevistadas/os abordaram também questões como a alfabetização e os impactos na formação, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 6. Escolarização.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias
Escolarização	Escolarização	Processo de escolarização
		Impacto na formação
		Alfabetização

Fonte: elaboração da autora (2015)

Além de mencionar a desigualdade do grau de **escolaridade** entre os catadores de todo o país e de apontarem o direito à educação como um direito conquistado, um dos entrevistados disse que, para ele, a escola, contudo, não contribuiu para a inclusão, pois, a escola foi um dos espaço onde se sofria preconceito por ser catador ou filho de catador e que, por sua vez, a escolaridade é, atualmente, um dos motivos pelos quais não há o reconhecimento da categoria.

O conceito de escolarização foi criado para quem manda e obedece. Pela questão que temos de vida, a gente entende que o processo de escolarização não foi tão importante assim. Porque nas escolas a gente sofria os preconceitos que hoje é chamado de *bulling*, mas que antes, era normal. - Ah você é filho de catador, -você é catador, -você é neguinho, enfim, tem uns processos que hoje é *bulling*, no nosso caso não, no nosso caso era normal. E por ter que trabalhar enquanto criança nós nos afastamos desse processo, não ficamos na escola. Escola era pra quem ia ser doutor, não era para todo mundo. Claro que a gente entende que os processos de escolarização é que a sociedade se baseia hoje e, reconhece que quem tem diploma pode não conhecer nada, mas quem tem o diploma é que garante que ele possa conhecer. Que aquele que tem diploma, esse não podem ser reconhecidos, mas a sociedade trabalha dessa forma. (Alex. Sul)

Dentre outros elementos que surgiram nas respostas dos entrevistados foram que o processo de escolarização está conectado com a aquisição da linguagem formal e deve ser vista como essencial no trabalho de articulação do movimento. Houve quem sugeriu que a escolarização deveria ser relacionada, diretamente, com o trabalho do catador e houve também quem afirmou que movimento tem incentivado os catadores a voltarem a estudar na região à qual pertence. Sobre o impacto da escolarização, eles disseram que **formação impacta** positivamente nos empreendimentos, principalmente, na gestão das documentações e, por fim, reconhecem que há níveis diferentes em todo país e que isso impacta diretamente à categoria.

Já em relação à **alfabetização** dos catadores, a mesma é relacionada com o avanço da categoria e, também, é apontada como elemento que possibilita a realização da autogestão nos empreendimentos, pois, não centraliza o poder nas mão daqueles que sabem ler e fazer cálculos. Por fim, disseram que o domínio da escrita gera emancipação e independência.

A gente entende que ter o domínio da escrita é um poder de emancipação. É um poder que a pessoa não fica dependente de outra, e isso garante questões que são de ordem práticas, isso garante dar velocidade as suas ações, que é a questão de conseguir ter a

informação. Que a informação toda ela é ou escrita, ou lida, e se a pessoa não consegue escutar, entender ou ler, ela tão pouco irá conseguir passar a diante. Então primeiro é essa questão dela conseguir ler e escrever isso vai dar grande vantagem, nessas outras relações. Como nós somos uma categoria, extremamente excluída, significa que outras categorias estão na nossa frente, e se a gente não consegue ter um conhecimento melhor, em geral nós disputamos recursos. Infelizmente é dessa forma que está organizado o sistema nas cidades, que é uma questão de disputa entre os iguais, então os recursos acabam indo para outros setores e não acabam desenvolvendo o nosso. Então precisa a gente ter organização administrativa. As cooperativas são como empresas, só que empresas sociais, que não visam o lucro, elas compartilham as rendas. Para organizar uma empresa desde uma reunião, precisa que as pessoas tenham essas coisas para poder tocar. (Alex. Sul)

4.2.6. Assessoria técnica

Quadro 7. Assessoria técnica.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias
Assessoria técnica	Assessoria técnica	Percepção
		Críticas

Fonte: elaboração da autora (2015)

Um dos tópicos abordados na entrevista semiestruturada, foi sobre as **percepções** e as críticas que os representantes e formadores do MNCR têm sobre os técnicos e sobre a assessoria técnica. Entre os tópicos abordados, foi dito que é preciso conceitualizar melhor o que é chamado de técnico pelos próprios catadores .E, de fato, as outras respostas demonstram certa diversidade de formas de ver quem é a figura do técnico.

De forma geral, para as/os entrevistadas/os, os técnico são todos aqueles que não são catadores, que ocupam meios externos à cooperativa. O técnico, geralmente, trabalha em ONG, instituições religiosas e públicas.

Esse técnico é o que está trabalhando com os catadores . Geralmente ele é de ONG, ou é de alguma organização religiosa, ou é do poder público (Aline. Centro-oeste).

A gente precisa conceitualizar melhor. Hoje temos uma definição prática, que o catador é um e o técnico são todos aqueles que não são catadores. Mas é preciso dar uma conceitualizada melhor. Porque há gente no nosso meio que não são apenas técnicos (Alex. Sul).

Os técnicos também são vistos como os especialistas, contudo, para as/os entrevistadas/os, eles possuem o conhecimento teórico e não prático do trabalho. Para uma entrevistada, há catadores que se tornaram técnicos no processo de formação e especialização do trabalho, catadores que se graduaram e hoje possuem outra profissão, por vezes, eles assessoram o movimento, por vezes não. Houve também quem disse que os militantes que acompanham o MNCR são técnicos também e citaram a figura do apoio, que para elas/ele, é uma figura diferente do militante. Ou seja, em síntese, eles apontaram que existe: o catador que compõe a base, o catador que se especializou, o militante do movimento e o apoio. Esses sujeitos, compõe a rede de assessoria do movimento. Em relação as **críticas**, uma catadora disse que o técnico precisa estar atento, respeitar o espaço e a fala do catador para realizar trabalhos em parceria.

4.3 “FAZER COM ELES”: ANÁLISE DO CAMPO

A Observação Participante junto ao grupo pesquisado durou 15 dias. A observação e interação com o grupo foi possível por meio em uma parceria com o MNCR em diferentes estados. A organização textual seguirá o critério cronológico e geográfico das atividades realizadas. O relato da experiência e os registros do diário de campo é de natureza etnográfica, por isso, o tempo verbal desta escrita será em primeira pessoa.

Brasília-DF

O processo de acompanhar o MNCR começa em Brasília-DF, onde participei de encontros, seminários e congressos. Durante a construção da dissertação, estive presente nos seguintes eventos:

- Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de catadores de Materiais Recicláveis. Realizado do 20 à 22 de agosto de 2014. Durante a abertura entreguei, junto com a Equipe de Articulação Nacional, a proposta do PRONAREP para o Ministro Gilberto Carvalho.
- No II Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais: Em defesa dos direitos fundamentais. Realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2014. Neste evento, tive a oportunidade de compor o grupo com a temática inclusão social e produtiva dos catadores, formulando, junto com catadores e promotores públicos, uma carta proposta.

- I reunião de 2014 do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), na Secretária-Geral da Presidência da República (SG-PR) no dia 27 de maio de 2015.
- III Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais: Educação em direitos humanos, realizados nos dias 17 e 18 de junho de 2015.
- II Fórum Dialoga Brasil Interconselhos no Plano Plurianual, no dia 27 de julho de 2015.
- III Seminário Nacional: Articulação de Entidades Parceiras - SENAES/Pró-catador. Articulação de entidade parceiras. De 17 à 20 de agosto de 2015.

Imagem 11 (direita). Encontro do CIISC com MNCR e Paul Singer.
Imagem 12 (esquerda). Ministério público e MNCR.



Fonte: Acervo da autora (2005)

Participar destes espaços institucionais, significou compreender melhor o universo temático, a luta por direitos e construção de políticas públicas. Seja como pesquisadora ou militante, ter esta oportunidade, ampliou o meu diálogo com alguns catadores, me possibilitou conhecer outros militantes e realizar as entrevistas, além de abrir caminhos para a Observação Participante. É importante ressaltar que um dos elementos necessários para realizar o tipo de metodologia escolhida é a abertura do grupo e a confiança que eles depositam na pesquisadora. Foi, a partir dessa confiança, que tive a oportunidade de ser recebida por elas e eles em seus estados e de, compartilhar com eles seus espaços de trabalho e sua militância.

Porto Alegre- RS

Durante o campo, propriamente dito, desembarquei em Porto Alegre- RS no dia 14 de setembro de 2015, e neste primeiro dia encontrei o catador e membro do MNCR,

Alexandro Cardoso (Alex). Logo após o encontro, nós fomos direto participar da reunião do grupo GISA – Grupo de Trabalho de Gestão Integrada Socioambiental, cujo a pauta era discutir a campanha Lixo Zero, promovida em parceria com os tribunais de justiça do estado. Após escutar e contribuir com propostas para o evento, Alex realizou uma palestra para os gestores com as temáticas: resíduos sólidos no Brasil e as legislações vigentes. Na apresentação preparada para a palestra, Alex tocou em pontos como: a organização do MNCR; a luta pelo reconhecimento; implementação da coleta seletiva solidária; PNRS e contratação das cooperativas para prestação de serviço para prefeitura com dispensa de licitação.

Em relação à formação, ele disse que, a partir, da experiência de contratação de algumas cooperativas, foi preciso educar os cooperados a “não matarem uns aos outros e não tomarem cachaça às duas da tarde”, referindo-se a educação para o trabalho formalizado, com normas e padrões necessários para o funcionamento do contrato. Ele também citou o programa “Somos Todos Porto Alegre”. Segundo ele, foi uma iniciativa da prefeitura da cidade para encontrar novos postos de trabalho para os catadores. O programa pretendia formar mil catadores com capacitação profissional em outras áreas e, como resultado, formou apenas um catador. Segundo Alex, a dificuldade que enfrentou o programa foi tentar adaptar os catadores a outras profissões.

Promover ações de empregabilidade dos catadores em setores formais, ainda é a estratégia adotada por alguns municípios e alguns países do mundo. Diante das condições em que vivem os catadores e diante da complexidade da inclusão produtiva, a via “mais fácil” é desarticular a categoria, formando para um “novo emprego com uma nova realidade”. Contudo, o MNCR e outros grupos, compreendem que esta é uma via que ignora o problema dos resíduos e ignora a possibilidade de geração de renda a partir do trabalho humano (não automatizado como as incineradoras). Como Alex pontuou, a adaptação para outra profissão é mais difícil que a adaptação dentro da catação. Muitas catadoras e catadores já tiveram outras profissões, como demonstram os relatórios do IPEA (2012, 2013); porém, por motivos diversos, encontraram na catação “atrativos” que lhes permitem seguir buscando por melhores condições socioeconômicas.

Outro aspecto apresentado, ressaltado neste encontro, foi a problemática não resolvida do Artigo 6º, princípio VIII da PNRS “*o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania*” (PNRS, 2010). Partindo desta premissa, vem à cabeça questões de ordem prática: os supermercados podem vender plástico, madeira, papelão e

outros materiais de embalagens? Os shoppings podem vender os resíduos que coletam em seus estabelecimentos?

Para Alex, o movimento interpreta que todos os materiais recicláveis devam ser destinados às cooperativas pelo seu valor social, uma vez, o consumidor já pagou pela embalagem do produto. Ou seja, além de retirar o elemento do trabalho da categoria, isso também implica em um ganho duplo do grande gerador⁴⁴.

Por fim, Alex apontou o que seria o modelo de reciclagem proposto pelo MNCR. Em seu discurso, cada município deve ter um programa de coleta seletiva que tenha, o catador como triador do material e como educadora educador ambiental, sendo ela/ele, responsável pelo processo de orientação da população. O programa deve ter tecnologia social e contar com carros de coleta motorizados, sistema de ‘disk-coleta’, material de divulgação/comunicação elaborado pelo grupo, além de toda a infraestrutura necessária.

Esta experiência, foi só o início de uma viagem que durou 15 dias em duas das maiores cidades do País. Nos municípios que visitei, fui recebida por catadores e militantes do movimento. Eles me receberam em suas casas e me incluíram nas atividades relacionados ao movimento. Fiquei muito grata pela partilha e confiança.

Santa Cruz do Sul-RS

No fim do primeiro dia, fui para Santa Cruz do Sul - RS e no segundo dia visitei a Cooperativa COOMCAT pela manhã. Conheci, rapidamente, o lugar e, logo em seguida, fui para a cidade de Rio Pardo - RS, a 30 km de Santa Cruz do Sul, para conhecer a cooperativa COCAMARP e participar da reunião com a prefeitura para contratação de prestação de serviço. De acordo com o histórico relatado pelas coordenadoras da cooperativa, já existe uma parceria entre grupo e prefeitura local, no entanto, este deseja ampliar a parceria e receber pela coleta em seis bairros da cidade. A proposta da prefeitura era implementar o modelo piloto, pagando apenas um valor “x” pela tonelada não enterrada. Entretanto, a cooperativa, pediu apoio do MNCR para negociar uma proposta mais ampla com a prefeitura. Na proposta, construída por meio desta parceria, teria, por parte da prefeitura, a contratação de uma equipe de execução administrativa e educadora mais os custos de operação e o pagamento da tonelada não enterrada.

⁴⁴ Há uma discussão interessante sobre bitributação que merece aprofundamento. Deve a cooperativa pagar alguns impostos por vender para a indústria a matéria prima reutilizada, uma vez que ela já teve os impostos recolhidos pelo consumidor? Podem, os grande geradores, ganharem duas vezes pela venda de produtos que já tiveram seus impostos recolhidos?

Rio Pardo - RS

No final da manhã, ainda do segundo dia, participamos da reunião com o prefeito, o assessor e o secretário de meio ambiente de Rio Pardo - RS. No início da reunião, a coordenadora da COCAMARP fez uma apresentação sobre as atribuições legais da PNRS e sobre a proposta de campanha educativa elaborada pelo grupo, utilizando uma tabela com os valores dos referidos serviços de divulgação e coleta. O prefeito escutou, atentamente, porém, disse ao grupo que não seria possível, retirou-se da sala pedindo que os acordos fossem realizados com o seu assessor.

Sobre os argumentos de “burocratização dos recursos públicos e a atual crise econômica que afetam as prefeituras”, o assessor do prefeito disse que não podia ultrapassar o valor já repassado ao grupo e se comprometeu em ampliar o apoio ao grupo com custos indiretos, como gasto com alimentação, material de limpeza, equipamento de segurança e outros. Ou seja, tudo que não precise criar uma “nova folha de pagamento”. Embora as catadoras tivessem argumentado sobre a obrigação do Estado, estando munidas, devidamente de informações sobre os procedimentos legais de contratação (via dispensa de licitação segundo a Lei 11.445/2007), neste encontro, não houveram acordos, por tanto, a parceria não foi ampliada. Segue um registro visual da reunião:

Imagem 13. Reunião com a prefeitura de Rio Pardo –RS.



Fonte: Registro da autora (2015)

Com o resultado negativo da conversa, as catadoras voltaram para a cooperativa, reuniram o grupo e repassaram o relato da reunião. O grupo discutiu e manifestou indignação, observando que atuam na cidade há mais de 15 anos e, mesmo com a PNRS, pouco se tem conseguido avançar em relação a parceria pública. O grupo, então,

deliberou em assembleia extraordinária, fazer pressão durante o seminário e realizar manifestações para denunciar o descaso da prefeitura com a questão.

Com esta experiência, pude observar os limites da relação com o Estado e perceber os argumentos usados por ambas as partes. Pude também ver os catadores refletindo sobre a sua própria análise de conjuntura e conversar com eles sobre os desafios de viver e militar em uma cidade onde não há histórico de prefeitos abertos a negociações, partilhando experiências e aprendendo sobre articulação.

Santa Cruz do Sul-RS

No dia terceiro, em Santa Cruz do Sul pela manhã, observei uma rápida formação política que Alex realizou com os carrinheiros⁴⁵ da COOMCAT. A formação foi solicitada pelo próprio grupo. A princípio, a proposta foi pensada para ser algo rápido, que servisse para *“fortalecer a identidade e o compromisso dos trabalhadores com a cooperativa”*. Uma vez que carrinheiros, possuem uma função diferente dos catadores que triam e, segundo a cooperativa, por vezes, há dificuldades dos carrinheiros se sentirem pertencentes à categoria.

A formação realizada pelo Alex foi rápida, no entanto, abrangente. Ele começou escrevendo no quadro o termo “catadores de materiais recicláveis” e pediu para os cooperados lessem, em voz alta, o que estava escrito. Explicou que escreveu isso porque se trata de uma profissão já reconhecida, mas que precisava ser valorizada, primeiramente, por eles próprios. Em seguida, buscou desenhar a cadeia produtiva da reciclagem e solicitou aos cooperados que identificassem a atuação deles na cadeia e descrevessem como funcionava o sistema de contratação de um grupo e o sistema de contratação de empresa terceirizada.

Após escutar e completar a figura do desenho, Alex falou sobre inclusão, sustentabilidade e luta histórica. Relembrou os anos de processo de negociação com a prefeitura de Santa Cruz do Sul-RS para conseguir o contrato de coleta nos bairros e argumentou sobre a permanência da luta e a necessidade atual, de ganhar a adesão da população, já que precisam colaborar para a coleta funcionar adequadamente. Ao que consta, há relatos de conflitos entre os catadores “carrinheiros” e a vizinhança que reclama da sujeira e da ocupação dos carrinhos nas paradas de ônibus.

Em síntese, os tópicos abordados foram:

⁴⁵ Desta forma são chamados os catadores que tem a função de coletar os materiais na rua com carrinhos.

- Autovalorização, enquanto profissional;
- Aumento na qualidade do serviço prestado;
- Disputa entre empresas e grupos de catadores ;
- Jogo de vantagens políticas em proibir carrinhos nas ruas;
- Luta e memória;

Em uma rápida análise desta primeira experiência de participar de uma formação partindo de um catador para outros catadores, é possível apontar a estreita relação da formação com o mundo do trabalho. A preocupação com o desempenho profissional, na verdade, é uma preocupação com a manutenção dos postos de trabalho fragilizados pela forma de contratação. Além de cumprir as exigências de coleta e destinação dos resíduos, para os grupos de catadores “sobra” o esforço de sensibilizar e conscientizar a população local, porque sem a participação dela, não será eficiente implementar a coleta seletiva solidária. Ou seja, a função do Estado de (in)formar a sociedade para novas práticas é repassada, indiretamente, para o grupo que não receber por isto na maioria dos casos.

Imagem 14. Oficina de catador para catador. Santa Cruz –RS.



Fonte: Registro da autora (2015)

Rio Pardo - RS

Terceiro dia, Rio Pardo – RS, início da tarde, participei da reunião preparatória para o “Seminário de Fortalecimento da Reciclagem Popular da Região Sul” marcado para acontecer no dia 17 de setembro de 2015. Nos reunimos com os catadores

representantes dos comitês⁴⁶ na sede da COCAMARP. No início da reunião, foi repassado para o grupo o relato sobre a reunião com a prefeitura e sobre o posicionamento dos cooperados resultante da assembleia. Logo após o almoço, o grupo se dividiu em dois coletivos, sendo um grupo de organização/estrutura e outro de formação.

Particpei do coletivo de formação, tomei conhecimento da proposta, deliberada anteriormente, de fazer a formação dos catadores separada do grupo de gestores. Segundo o grupo, um dos argumentos para separar gestores e catadores é a necessidade de ampliar o tempo de formação no encontro e permitir que os catadores participantes possam trocar experiência entre os seus pares (saindo do modelo de escutar o que os técnicos e gestores têm a dizer).

No planejamento da formação para o seminário, foi construído um roteiro para servir de guia aos educadores. Optou-se, também, por usar o conteúdo dos textos sobre os mártires e a memória da cartilha I “Caminhar é resistir” (MNCR, 2005). Por fim, construímos a mística. Decidimos a forma de divisão dos subgrupos e os responsáveis por cada um. Meu papel durante a realização do encontro seria de apoio a equipe de formação composta, exclusivamente, por catadores e uma breve participação na mística.

Imagem 15. Planejamento da Formação. Rio Pardo –RS



Fonte: Registro da autora (2015)

Esta experiência de planejamento coletivo mostrou que, aquele grupo, tinha clareza da necessidade de romper com o modelo tradicional - técnico fala, catador escuta – que também é um modelo bancário, onde os que “sabem” falam para os que “não

⁴⁶ Os comitês são compostos por catadores envolvidos com a articulação e formação do MNCR de diferentes cidades do Rio Grande do Sul.

sabem”. E tenta, à eles transmitir as competências esperadas para um adequado modelo de gestão. Esta forma de organizar os encontros, ganha um outro sentido quando, traz os próprios catadores para falarem sobre as experiências que participaram/participam ou quando são os catadores a falarem sobre ‘modelos’ que eles consideram exitosos aos técnicos.

No dia seguinte, no quarto dia, o “Seminário Fortalecendo a Reciclagem Popular: experiência de coleta seletiva solidária” - na região sul reuniu cerca de 100 catadores de diversos municípios da região e da fronteira com o apoio do MNCR e da Fundação Luterana de Diaconia. Além dos catadores, estiveram presentes gestores públicos de alguns municípios, pesquisadores e alguns apoiadores do MNCR.

O Encontro começou por volta de 9h:30min da manhã com a chegada dos participantes que foram reunidos no auditório do Centro Cultura da cidade. A mística de abertura foi organizada pela COOMCAT. Em seguida, houve uma apresentação musical de um catador violeiro conhecido como “professor”.

Dando continuidade, uma mesa institucional foi formada para abrir as atividades do dia. Coordenada pela catadora Maria Helena, a mesa foi composta pelo prefeito de Rio Pardo - RS, por uma representante da Fundação Luterana e a pela catadora Nildete. Em decorrência das exposições proferidas, o prefeito anunciou o compromisso de se esforçar para conseguir doar o atual galpão cedido pela prefeitura a COCAMARP e, assinou um termo de parceria elaborado pela cooperativa e movimento, comprometendo-se também em ampliar e dar continuidade a parceria já estabelecida.

A mesa foi desfeita e dois grupos foram formados. No auditório ficaram os gestores e alguns catadores que estavam envolvidos, diretamente, com a gestão de projetos para partilharem suas experiências. Em outro local, reuniram-se todos os demais catadores para dar início a formação política planejada anteriormente.

Na sala escolhida para a formação, por volta das 10:00hs, deu-se início a atividade formativa com uma intervenção preparada pelos catadores-educadores. Também foi apresentado aos participantes a dinâmica do dia composta pela seguinte organização: 1) divisão do grupo, 2) formação, 3) almoço, 4) plenária final e 5) marcha. Também foi dito que a proposta desenvolvida pelo comitê de formação tinha a intenção de usar os espaços dos encontros que estão sendo promovidos por outras instituições para potencializar a troca de experiência e a reflexão coletiva entre/dos catadores. Em seguida, disseram que a método utilizado era chamada “De catador para catador” porque

eles “*não buscavam mais a intervenção técnica e, sim, formar um coletivo que fosse capaz de dar formação no seminário e nas suas bases*”.

Depois de separar os participantes em subgrupos e apresentar os coletivos de formadores, cada subgrupo se dirigiu para uma sala distinta e cada participante recebeu materiais didáticos e cópias dos textos a serem abordados naquela manhã. De forma resumida, cada subgrupo trabalhou sobre a trajetória de luta a partir da sua própria história de vida e da história de vida dos mártires da cartilha.

Imagem 16. Catador para Catador em Rio Pardo-RS.



Fonte: Registro da autora (2015)

Após o almoço, alguns grupos permaneceram com o debate e ao longo da tarde, foram colocando outras problemáticas. Outros grupos concluíram o trabalho iniciado pela manhã. Por volta das 14:30hs, todos os catadores se reuniram na sala de conferência e, coletivamente, conversaram sobre a proposta de promover uma marcha. A princípio, pensaram na possibilidade de marchar para pressionar a prefeitura, no entanto, com a assinatura do termo de parceria pelo prefeito (mesmo sem confirmação de contratação para prestação de serviço) e a proposta de doação do galpão, os catadores acharam prudente seguir com as negociações junto a prefeitura e usar a marcha para pressionar outros agentes. Em votação, os catadores decidiram então, marchar e se manifestarem contra a comercialização das embalagens realizadas da rede de supermercado local - rede Imec.

A rede Imec foi denunciada pelas catadoras e catadores da cidade por comercializar as aparas⁴⁷ (papelão, plástico e outros) que deveriam ser descartadas ou doadas à COCAMARP. Antes da marcha, foi escrita uma carta contextualizando a PNRS e propondo que a rede de supermercados (um grande gerador) faça uma parceria com os grupos das cidades onde têm o supermercado, doando diretamente as aparas.

Após a leitura coletiva e encerramento da elaboração da carta, os catadores planejaram as possíveis formas de abordagens na manifestação e, novamente por votação, decidiram não entrar no estabelecimento e ter apenas um grupo menor que apresentasse a carta. Durante a marcha, os catadores com bandeiras e gritos de luta, caminharam pelas ruas e se posicionaram na frente do supermercado, onde um grupo menor (composto de cooperados da cidade, representantes do MNCR e uma advogada) apresentou a proposta de parceria à gerência, que se comprometeu em estabelecer um diálogo com a cooperativa e firmar uma parceria com toda a rede, agendando, em seguida, uma reunião para conversar com a cooperativa.

Imagem 17. Marcha do MNCR em Rio Pardo-RS.



Fonte: Registro da autora (2015)

São Paulo-SP

Dando continuidade à observação participante, fui conhecer as experiências do estado de São Paulo. No dia 21 de setembro de 2015, no oitavo dia de viagem, fui recebida pelo jornalista Davi Amorim na sede do escritório nacional do movimento. A parti dali, me foram atribuídas as atividades de apoio à coordenação de comunicação.

⁴⁷ Nesse caso, trata-se da “embalagem das embalagens”, por assim dizer.

Durante alguns dias, ajudei a organizar uma biblioteca de referência no *web site* do movimento.

Osasco-SP

No nono dia, em Osasco-SP, conheci a catadora e educadora Luzia Honorato, que autorizou a minha presença e me acompanhou na reunião de planejamento do encontro estadual de mulheres catadoras, organizado pela Secretária de Mulheres do MNCR e previsto para o dias 25 e 26 de setembro. Na reunião, foi realizado o levantamento das atividades que faltavam serem organizadas e designado os responsáveis para cada função.

São Paulo-SP

De volta à cidade de São Paulo-SP, no décimo dia, participei do evento *Global Goals Action* (dia de ação global das metas do milênio) na praça do Largo da Batata- SP acompanhando e registrando a participação dos carroceiros que fazem parte do Projeto *Pimp My Carroça*⁴⁸ junto com jornalista Davi Amorim. No evento, a temática da reciclagem foi constantemente lembrada. Além da intervenção dos carroceiros, o evento também trouxe o grupo de carnaval Ilú Obá de Min⁴⁹, que neste ano construiu seus sambas de enredo inspirado na vida e obra da catadora Carolina Maria de Jesus, já mencionada nesta pesquisa.

No dia décimo primeiro dia, visitei e registrei as cooperativas COOPAMARE (a primeira cooperativa a ser fundada no Brasil) no bairro de Pinheiros-SP, depois, visitei e registrei também a Coop-reciclável, em Guarulhos – SP, e a Cooperativa Nova Esperança, no bairro Pantanal - SP, Zona Leste de São Paulo. Pude conhecer e conversar com os catadores, ver modelos diferentes de *layout* de galpões e registrar algumas atividades.

Osasco-SP

No décimo segundo e décimo terceiro dia de viagem de campo, na cidade de Osasco - SP, participei do Encontro Estadual de Mulheres Catadoras, que aconteceu na sede da prefeitura da cidade. O encontro começou por volta das 9:00hs e reuniu cerca de

⁴⁸ Projeto de intervenção urbana com carroceiros de diversos estados. Para conhecer mais: <http://pimpmycarroca.com/>. Visto no dia 27 de novembro de 2015.

⁴⁹ Para saber mais sobre o enredo e a exposição criada pelo grupo sobre a Carolina de Jesus, acessar: <http://www.iluobademin.com.br/>. Visitado no dia 27 de novembro de 2015.

400 catadoras. Durante a manhã, houve falas institucionais de representantes de diversos setores e a fala do prefeito de Osasco. Na mesa de abertura a catadora Marineide se referiu a coleta seletiva solidária da seguinte forma: “*o trabalho de coleta é nosso mas, o desafio de manter a cidade limpa é de todos*” ao falar da responsabilidade compartilhada entre os setores da sociedade para implementação da coleta nos municípios. Vejam uma imagem da abertura do evento:

Imagem 18. Encontro regional de mulheres catadoras. Osasco- SP.



Fonte: Registro da autora (2015)

Além de pedir esforços das prefeituras na contratação das catadoras para prestação de serviço, a catadora Marineide reivindicou pela construção de mais creches e mais escolas que ofereçam tempo integral, pois, segundo apontou, o constante fluxo de entrada e saída de mulheres nas cooperativas se deve à falta de apoio às mães no cuidado e na educação de suas filhas e filhos.

No final da manhã, por volta das 11:00hs, deu-se início ao momento formação do grupo com uma mística preparada pelas próprias participantes. A mística envolvia o hino do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Movimento este criado por Paulo Freire,) Após a mística, a catadora Luiza falou sobre a importância das catadoras se perceberem e atuarem como educadoras ambientais.

Após o almoço, as mulheres foram divididas em 4 grupos, com aproximadamente 100 pessoas em cada. Cabe ressaltar que, a proposta de formação das mulheres neste Encontro foi desenvolvida pelas catadoras-organizadoras em parceria com outros grupos de assessoria. Dentre eles, a equipe da ONG Circus e a Incubadora Universitária.

Das oficinas realizadas neste período, algumas abordavam temáticas como: A participação e o empoderamento das mulheres; Políticas públicas para mulheres; Igualdade de gênero, entre outras temáticas ligadas à formação política e empoderamento feminino. A seguir, o registro fotográfico da oficina sobre marcha das mulheres:

Imagem 19. Formação das catadoras. Osasco.



Fonte: Registro da autora (2015)

Em geral, as formações foram conduzidas por militantes de movimentos sociais acompanhadas por uma ou mais catadoras. Na formação que participei, “marcha mundial das mulheres”, por exemplo, foi uma feminista ligada ao movimento de mulheres camponesas que conduziu toda a formação. Os procedimentos usados por ela foram, em síntese, a problematização da mulher na sociedade, partindo da escuta dos relatos das participantes; A exibição do vídeo “Vida Maria”⁵⁰, a escuta das percepções do grupo e provocações com perguntas que comparavam o comportamento dos homens e das mulheres e, por fim, a exibição de dois pequenos vídeos sobre a marcha de mulheres negras. No encerramento do encontro, foi feita uma pequena síntese do que seria o ‘machismo’, o ‘feminismo’ e o ‘sexismo’. Para encerrar a formação, todas as participantes leram, conjuntamente, a frase: “*seguiremos em marcha, até que todas sejamos livres*”.

No dia seguinte, permaneci na mesma temática e participei da formação sobre a luta da mulher negra na história, com a apresentação de mulheres que participaram da construção da luta feminina e dos movimentos atuais. A apresentação realizada por uma

⁵⁰ Vida Maria. Curta animação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmCKCic5Vwg>. Visto em 25 de fevereiro de 2015.

militante, se inicia com uma canção cantada por Carolina Maria de Jesus e com a exibição do vídeo da Marcha da Mulheres Negras. No momento do debate, pude escutar relato de catadoras problematizando o extermínio da juventude negra e o papel da mídia na construção de um discurso de ódio. Para as catadoras envolvidas no debate, a grande mídia busca “convencer os empobrecidos à serem a favor da redução da maioria penal” e lembrou que, tal medida (maioria penal), atingem principalmente as filhas e filhos de todas as catadoras presentes.

Na plenária final, foi construída, coletivamente, a carta síntese do encontro com algumas reivindicações. Em seguida, todas as mulheres marcharam na avenida principal da cidade com bandeira e palavras de ordem, como mostra a foto a seguir:

Imagem 20. Marcha das mulheres. Osasco-SP.



Fonte: Registro da autora (2015)

Estas experiências trouxeram novos elementos para a refletir sobre como o MNCR desenvolve a formação das catadoras/res. Um primeiro aspecto é relação da cultura com a educação. Uso de mídias, músicas, danças e elementos da cultura popular. Outra aspecto, que chama atenção é o recorte na questão de gênero que o próprio encontro fez. A escolha por pauta relações de gênero nos grupos de catadores revela que há elementos a serem problematizados na entre homens e mulheres e para além disso. No encontro, foi pautado a necessidade do reconhecido das relações de opressão econômica envolvendo os catadoras e catadoras, porém, também é necessário avançar no debate sobre a identidade dos sujeitos envolvidos e os conflitos existentes. Não podemos esquecer dos desafios que as catadoras têm em decorrente do fato de serem mulheres trabalhadoras desta ocupação.

Sobre a questão da desvalorização do trabalho da mulher nos grupos. Podemos apontar que por vezes, os homens ganham mais que as mulheres por assumirem funções consideradas mais técnicas, como por exemplo, as operação de máquinas e caminhões. Mesmo havendo quase o dobro de mulheres em cooperativas e associações em quase todos os estados, eles, os catadores, estão em sua maioria, como presidentes e gestores ocupando espaços de maior prestígio, tal qual ocorre em outras esferas da sociedade.

Segundo o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil, as mulheres, sobretudo as negras, estão mais sujeitas a serem vítimas de violência (WAISELFISZ, 2015, p. 29). Essa violência, por vezes, fruto do machismo, do racismo e da intolerância religiosa foram levantadas e tratadas no Encontro, seja nas falas, seja com atividades nas oficinas.

Nestes 15 dias em que pude estar com elas e eles, me permiti observar e, de forma participativa, dei suporte nos encontros que foram realizados em Rio Pardo - RS e Osasco – SP. Durante a viagem, fiz os relatórios de campo e o registros fotográficos. Pude realizar atividades voluntárias dando apoio no escritório nacional, ajudando na organização da biblioteca *online* do MNCR⁵¹. Pude aprender com elas/es em seus diferentes e semelhantes contextos. Diferentes e semelhantes desafios.

5. Resultados e Considerações

5.1 Resultados acerca da formação no MNCR a partir dos objetos de análise

No final da década de 1980 e início da década de 1990, aproximadamente, as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e as pastorais de rua iniciam o processo de organização dos catadores em cooperativas e em associações.

Na década de 1990, as ONGs ampliam o seu interesse pelas questões ambientais e passa a desenvolver projetos para gestão dos resíduos sólidos com a inclusão socioeconômica dos catadores. Com isso, o grau de intervenção técnica na organização das associações e cooperativas é ampliado e, neste momento, também aumenta a oferta de cursos técnicos profissionalizantes para a categoria. É neste cenário que se dá a

⁵¹ Acesso virtual a biblioteca do MNCR com publicações sobre temáticas ligadas a catação: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais>. Acesso no dia 26 de fevereiro de 2016.

ampliação da consciência da necessidade de auto-organização dos catadores, o que culmina com o primeiro encontro nacional da categoria em 1999.

De 1999 a 2001, os catadores organizados em associações e cooperativas gestaram o MNCR, o qual foi concebido para superar as limitações percebidas pelos catadores em sua organização até então promovida na construção de políticas públicas que atendam a categoria e na sua própria formação profissional.

O MNCR entende, já nos seus primeiros anos, que a formação dada pelo Terceiro Setor, não atendia plenamente às necessidades dos catadores, nem nos aspectos propriamente técnicos, dado o nível de abstração da linguagem utilizada, nem nos aspectos políticos, os quais, geralmente, estavam fora do escopo da formação ofertada. Em sua primeira década, o movimento contrapõe a abstração da linguagem técnica a concretude da linguagem popular por meio dos seus primeiros boletins informativos, os quais atendem a necessidade identificada pelo movimento de ampliação da articulação dos próprios catadores. Estes boletins são chamados pela equipe de comunicação e pelos catadores de “Boletins De Catador para Catador”. Termo que carrega o sentido da horizontalização no processo de informação entre e para seus pares.

Neste mesmo período, também começa o amadurecimento da ideia de uma dinâmica específica para a formação política das bases. Em 2005, foi lançada a primeira cartilha com o título “Caminhar é Resistir”, que, basicamente, aborda em seu conteúdo, o reconhecimento histórico da luta de classe, de povos oprimidos e da história da própria categoria. Estes aspectos da cartilha estão relacionados com a construção de uma identidade e do fortalecimento da solidariedade entre os catadores. Outros aspectos abordados na cartilha são os princípios, valores e objetivos do MNCR, seguido pela sugestão de construir espaços representativos em diferentes escalas (de base, regional, nacional), compondo assim, um modelo descentralizado de funcionamento do movimento e de representação da categoria. Este primeiro material de apoio foi disponibilizado pelo movimento, sendo livre para o uso de outros setores.

A formação dos catadores, neste momento, é promovida, fortemente, pelas ONGs. Entre suas principais vias de captação de recursos estão os editais públicos lançados pelo Estado. Assim, o Estado também passa a gerenciar o processo de expansão da cadeia produtiva dos resíduos sólidos com a inclusão dos catadores, destinando rubricas específicas para a formação profissionalizante, como por exemplo, o Projeto CATAFORTE e Programa Pró-catador. Estes recursos, por sua vez, são captados

e transformados em produtos pelo Terceiro Setor.

A partir destas premissas, a formação profissionalizante dos catadores está, voltada, então, à aquisição de saberes operacionais do mundo do trabalho, relacionada com a Economia Solidária e com o modelo de associações e cooperativas. Com a ampliação do debate em torno da capacidade técnica dos catadores, incluindo a dificuldade de estabelecer contratos com prefeituras e empresas para a coleta e triagem dos materiais, o próprio movimento assume, fortemente, este debate nos principais espaços de representação e articulação, e passa a construir o segundo material de apoio.

Surge, em 2009, A segunda cartilha com o título “Amigo do Catador”. Seus conteúdos abordam aspectos da organização dos empreendimentos e do processo produtivo. Mais densa que a primeira cartilha, este segundo material aponta para a preocupação do MNCR em participar também do processo da formação técnica das bases. Após o lançamento da sua segunda e última cartilha, até o momento, o MNCR seguiu lançando vídeos sobre diferentes temáticas e apoiando o surgimento de outros materiais didáticos, por meio de parceria estabelecidas com alguns institutos, como foi o caso do Instituto AVINA, Instituto IPESA e Instituto Pólis.

De acordo com este cenário, podemos apontar que, de forma geral, vários grupos formam, profissionalmente, os catadores no Brasil, contudo, o MNCR tem sido um dos principais grupos à apresentar preocupações em torno da formação político-profissional e tem investido na construção de elementos que torna essa formação possível. Os primeiros passos para tornar concreta a formação pelo próprio movimento, foram construídos a partir da ampliação do debate e da construção de seus materiais de apoio que envolve os campos da comunicação e da educação. Seu segundo e atual passo está sendo consolidar uma proposta específica de formação do movimento.

Esta proposta segue a mesma premissa de horizontalizar e popularizar a formação político-profissional das bases, por meio de uma formação feita por um ou mais catadores, para outros catadores. É auto-formação e formação coletiva simultaneamente. Trata-se, por tanto, de um método pedagógico, ou seja, um tipo de “caminho a ser tomado” pelos membros do MNCR para formar sua categoria. Este é o momento que os catadores passam a se responsabilizar por pensar e executar por inteiro a sua própria formação.

A proposta “De catador para catador” como citada no Guia de Formação do Instituto IPESA, consiste:

Na ação dos próprios catadores , lideranças formadas pelo mesmo processo que irão formar outros catadores , com método e linguagem próprios, mais ligados ao cotidiano dos catadores a serem formados. A troca de experiências entre os catadores quebra uma primeira barreira relacionada à autoestima dos formandos – afinal, é outro catador como ele que está falando, conhece a realidade difícil do trabalho e traz essas experiências para o ambiente de formação. (IPESA, 2013, p. 116)

Existem experiências pedagógicas em curso que estão utilizando este método. A análise da Observação Participante, realizadas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, mostram que há diferentes espaços que os catadores aplicam o método. Pudemos observar ao todo, três situações. Foram eles, os encontros regionais, as reuniões nas bases e as marchas promovidas. Nos encontros se percebe que o MNCR utiliza, fortemente, os espaços de articulação para promover oficinas de formação. Esses espaços, em geral, são institucionais e promovidos por agentes externos, contudo, a depender do grau de articulação entre movimento e os outros atores, os encontros vão além da exposição temática. Ganham dimensão pedagógica com processos de ensino e aprendizagem entre os catadores. As reuniões de base também podem ganhar esta dimensão, como o exemplo, observei com a cooperativa COOMCAT-RS, na resolução das questões do cotidiano do grupo. Outros momentos foi possível perceber os processos de ensino organizados e a intencionalidade pedagógica.

As marchas, nos casos de Osasco-RS e Rio Pardo-RG, nos indicam o potencial formativo das mesmas. Uma vez que, para que ocorra a marcha, há todo um processo de organização, debate e construção de propostas. Os catadores exercem a articulação, levantam bandeiras e despertam a atenção da sociedade para a sua causa, buscando serem vistos e se posicionando diante do tema. Essa heterogeneidade de espaço, mostra que, para entender a formação política dos catadores, é preciso romper com a ideia que liga a formação apenas à espaços de sala de aula. É preciso considerar que processos de formação e educação se dão, também, em espaços não escolares e, neste sentido, a marcha é um importante espaço pedagógico.

Ao comparar os dois encontros ocorridos nos estados mencionados, podemos observar que, em geral, o movimento organiza os espaços de formação política nos encontros e seminários com a seguinte dinâmica:

- Negociam o espaço de formação com as instituições responsáveis pelo encontro;
- Organizam internamente os comitês de formação;

- Fazem reuniões de planejamento e organizam os recursos pedagógicos;
- Executam as formações no formato de oficinas;
- Fazem a avaliação *in loco*;
- Constroem os documentos de reivindicação;
- Constroem o registro do encontro;
- Publicizam o registro do encontro no site do movimento.

O que diferenciou um encontro do outro foi, basicamente, a forma como o método ocorreu. No exemplo de Rio Pardo - RS, toda a formação foi concebida e executada por catadores e militantes. Já na cidade de Osasco-SP, a formação foi pensada com as parcerias externas ao movimento e executado (em sua grande parte) por convidados e militantes de outros movimentos. Apesar de ter havido catadoras envolvidas em todo o processo (início, meio e fim), o momento da condução das oficinas foi, totalmente ou parcialmente, realizados por outros atores. Isso pode indicar que os grupos estão em diferentes graus de organização. Expandindo isso a uma escala maior, podemos deduzir que há processos de formação que acontecem de forma independente e processos de formação que ocorrem subordinados a outros atores.

O acúmulo que cada grupo possui e que cada educador tem, pode ser o indicador que diferencia um tipo de formação, de outro. Há processos diferentes e graus de maturidade que deve ser levando em consideração. Há estados mais organizados e menos organizados do ponto de vista da articulação política e a grupos mais organizados e menos organizados do ponto de vista pedagógico. Ou seja, não é uma formação igual para todo o país, mas possui elementos homogêneo que o define.

A princípio, a formação dos educadores, se dá, nas mediações que ocorreram no trabalho, na articulação política e nas formações ocorridas pelas ONGs. A medida que cada grupo e liderança que assume a tarefa educativa consegue organizar e conduzir de forma autônoma, o processo pedagógico, fica mais próximo da perspectiva “de catador para catador”.

A Observação Participante evidenciou que as formações carregam vários elementos conhecidos da Educação Popular. Entre eles estão as místicas, as dinâmicas de grupo, os círculos de debate, o uso de linguagem corporal e musical e sua relação com os espaços informais de aprendizagem. Essa relação que se dá entre educação e cultura é um dos aspectos do método “De catador para catador”.

A análise das entrevistas permite apontar outros elementos que ampliam a

compreensão sobre como surge e como se dá esta proposta metodológica. Para o entrevistado Davi Amorim, o método “De catador para catador” surge do conflito existente entre os técnicos e catadores, já identificado pelos catadores no primeiro encontro realizado em 2001. Sobre isto ele diz:

“Esse encontro deixou a desejar porque a linguagem usada era extremamente técnica. Eles não entendiam nada e ficavam sem falar. Os técnicos estavam falando deles, mas eles não entendiam nada. A linguagem era muito científica e aí neste encontro, aconteceu a primeira iniciativa nesse sentido, eles interromperam o encontro e pediram para ter um momento em que eles conversariam entre os catadores e os técnicos conversariam entre os técnicos. Aconteceu essa primeira divisão. Foi aí que eles conseguiram conversar, trocar experiência e se soltar sem que tenham vergonha de estar no meio onde não está se entendendo direito o que está sendo falado⁵²”

Segundo Amorim, o método surge a partir da necessidade dos catadores de conversarem livremente e criarem sua autonomia político pedagógica. Ele enfatiza que a formação política planejada “*é fundamental para dar uma liga, uma coerência para a luta nacional*” (Amorim, 2015). Tanto o material desenvolvido quanto a abordagem, possuem a intenção de possibilitar maior diálogo e direcionar a formação dos catadores, segundo a perspectiva do próprio movimento.

De acordo com a análise das entrevistas com os cinco representantes regionais, o MNCR possui uma série de propostas e de frentes de trabalho. Em nossa compreensão, tanto as propostas quanto as frentes de trabalho compõem algo maior. Fazem parte do projeto político do movimento. Em nossos estudos sobre o MNCR e do método pedagógico de Paulo Freire, compreendemos o projeto político do movimento como: uma organização da categoria para transformação das condições de trabalho, de modo que, superem a condição de objetos e passem a ser sujeitos na cadeia produtiva da reciclagem.

A formação da categoria, então, consiste em sensibilizar os catadores à assumirem este projeto de transformação, ao passo que, se acredita que os atores externos não estejam, integralmente, comprometidos com este projeto. Por isso, cabe, as catadoras e catadores este protagonismo. Ou seja, a formação pedagógica é uma formação com uma intenção política e conectada com as propostas e frentes de trabalho. Sobretudo, a

⁵² AMORIM, Davi. Entrevista. **Formação de catadores**. Setembro de 2015. Entrevistadora: Adriana Silva Alves. São Paulo. 2015. 1 arquivo. MP3 (15:00 min).

proposta da Reciclagem Popular.

O método “de catador para catador” é a principal estratégia utilizada pelo movimento para mediar a compreensão de que a categoria têm sobre o trabalho, sobre o funcionamento da sociedade, das relações sociedade-governo, da autogestão, da democracia etc. E também, de sensibilização da categoria para questões como: conscientização política, participação democrática, militância, construção de ferramentas de lutas, exercício da democracia, entre outros.

Confiança e engajamento são valores reconhecidos nos catadores que assumem a função pedagógica (os catadores -educadores que estão a frente das formações). Eles são reconhecidos como iguais pelos seus pares e o seu conhecimento de “causa”, experiência prática e a história de vidas são elementos que os diferenciam dos educadores externos (os técnicos). Assim, ser e falar a língua do povo, especificamente, daquele povo, permite que o diálogo ultrapasse a barreira do constrangimento. Aumenta as possibilidades do diálogo e da confiança no processo de formação, podendo possibilitar um espaço maior de ensino e aprendizagem.

Os desafios que os próprios representantes apontam, guardam relação com questões estruturais que não são exclusivas do movimento. Tratam-se de questões enfrentadas por outros movimentos sociais e grupos populares como, por exemplo, a falta de estrutura adequada para as formações, o analfabetismo entre os adultos, a demanda em formar novos educadores, a sustentabilidade das próprias ações - diminuindo a dependência com outros setores, a contrapartida do tempo de estudo, o alcance da formação política e profissional para além das lideranças - chegando às bases e a concretude da autonomia político pedagógica, entre outros.

Em relação a assessoria técnica, há uma rede de atores interagindo, diretamente, com o MNCR. Para além dos catadores, em situação de liderança, ou não, que compõem o movimento, as entrevistas apontaram que há catadores que se tornaram técnicos ao longo do processo, há os técnicos especialistas, os militantes e o apoio. Mesmo estas relações se dando em uma situação de parceria, nem sempre elas são harmônicas. Por vezes, sofrem certas tensões que aumentam ou diminuem o grau de interlocução.

5.2 Considerações acerca da Educação Libertadora

Levando em consideração os aspectos mencionados a respeito da Educação Libertadora em Freire (capítulo I desta dissertação) e dos elementos que foram possíveis de serem percebidos nos momentos de pesquisa, consideramos que a educação no

MNCR se torna libertadora quando são incentivadas práticas pedagógicas baseadas no diálogo e nas trocas de saberes; quando os saberes dos catadores são reconhecidos e valorizados; quando se tornam inquietos e críticos às formas unilaterais de ensino; quando são incentivados a lerem e atuarem no mundo, não aceitando, de forma passiva, uma leitura dada e pronta da realidade, tornando-se sujeitos da própria formação e não mais, objeto da mesma; quando sua formação está conectada a um projeto popular de reciclagem.

Entendendo a Educação Libertadora como processo, a abordagem “De catador para catador”, tem permitido ao MNCR se aproximar de uma prática libertadora. Essa libertação não se dá de forma “autêntica”, completa e na sua totalidade, mas está sendo, no seu processo de ação e reflexão, na medida em que o MNCR caminha em direção a humanização da prática pedagógica que supera a visão dos educando de mero objeto da educação. Na medida em que “encharca de sentido” a sua formação.

Na etapa atual do movimento, consideramos que a educação no MNCR tem conseguido romper as barreiras de uma educação da classe dominante e conservadora, construindo, paulatinamente, os elementos necessários à sua libertação, contudo, esta caminhada pode ser longa e árdua, pois há barreiras que devem ser ultrapassadas.

A partir de nossas leituras e reflexões pedagógicas, entendemos que há alguns elementos que podem colaborar para o avanço de uma educação comprometida com a humanização, com emancipação e libertação de homens e mulheres catadoras. Em nossa percepção, um dos primeiro elementos que deve ser considerado é a manutenção do diálogo constante. Para alcançar de fato a libertação, na perspectiva da educação e do trabalho, o MNCR precisa manter o diálogo com os diversos atores, superando as tensões que existem entre o movimento e as assessorias técnicas. Superar também as suas contradições.

Freire (1983), em Educação e Comunicação, debate o papel do agrônomo na assessoria técnica e questiona a prática da extensão. Podemos partir desta leitura para discutir a relação entre o movimento e a assessoria técnica. Para Freire, a extensão está preocupada em estender as suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las; convencer a população a adotar métodos pelo simples argumento da eficiência e eficácia dos resultados e, por isso, não pode ser considerada uma educação libertadora e, sim, uma domesticação e uma invasão cultural (FREIRE, 1983). Ele diz:

“Educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando ao seu meio” (FREIRE, 1983, p. 78)

Contudo, se estão, o técnico e o grupo, ambos comprometidos com a transformação e conscientização de suas práticas, tanto um, quanto outro, são ambos educadores e educando, e a educação parte, então, da comunicação, do diálogo, da problematização que leva em consideração os saberes e a cultura do educador e do educado.

Para nós, além de não romper com assessoria técnica, no âmbito de sua prática educativa, o MNCR deve estar comprometido com a educação libertadora também dos técnicos, convertendo os educadores também em educandos. Pela maturidade da discussão já apresentada na pesquisa, não há nenhum outro grupo que tem melhores condições de desenvolver este tipo de reflexão juntos aos catadores do próprio MNCR. Uma das premissas freireanas é que a libertação não se dá sozinha. Se dá em comunhão e, cabe, aos oprimidos, a tarefa de se libertar, libertando também o seu opressor.

O segundo desafio pedagógico do MNCR é superar as atividades que se limitam apenas na partilha das histórias de superação, de êxito, nas experiências empíricas, na “pedagogia do exemplo”. É preciso que a formação política e profissional dê o salto para uma formação que seja, também, capaz de construir elementos práticos, que gerem mudanças reais naquilo que é proposto ser construído. Em síntese, é criar ferramenta de lutas e promover ações concretas. Ações estas, fruto deste processo de formação mas, que não se esgota nele.

Terceiro, a prática educativa do MNCR deve ser desenvolvida por educadores comprometidos e dedicados, sejam eles catadores-educadores ou assessoria técnica e apoios. O educador deve ir além de conseguir falar e entender a língua do povo. Deve ser aquele capaz de mediar o processo de formação, partindo da realidade concreta, problematizando-a e comprometido com a sua transformação. Para Freire:

O papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimento”, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos (FREIRE, 1983, p. 78).

Também, deve ser aquele que pesquisa e sistematiza sua prática e reflexão pedagógica. Não há ensino sem pesquisa e, atualmente, um dos desafios do MNCR tem sido dispor de educadores que possam se dedicar a essas formações. Que possam planejá-las, sistematizá-las, avaliá-las. Ou seja, seguir todos os passos necessários para fortalecerem sua atuação. Hoje, a função de realizar formações no movimento recai em lideranças mais experientes, que, por vezes, assume, além disso, funções administrativas locais, representações regionais e nacionais e processos de articulação entre bases, se sobrecarregando. É preciso criar melhores condições de trabalho e dispor de mais tempo para se dedicarem a esse processo, além de romper com a centralidade do saber, apenas, nas lideranças ou no militantes do movimento.

É preciso estender a prática educativa e docência às bases. Democratizando assim também o método. A autogestão deve funcionar não apenas para executar funções comuns do trabalho na catação, mas também, para os processos de formação e atuação política.

Como quarto desafio, a prática educativa do MNCR deve ser ampliada e deve ser capaz de penetrar nos espaços e lugares em que assessoria não chega e, se chega, não cumpre seu papel educativo humanizador.

Consideramos que educação deve ser a principal bandeira do movimento e, desta forma, deve ser gasto mais energia, pois, somente ela, tem demonstrado que vai além de questões como “adequação do processo produtivo”. Somente ela carrega os elementos capazes de criticar, de forma ativa, a substituição das condições de trabalho pelo falso discurso empreendedor de “empresários da reciclagem”. Falso, porque o papel do “empresário” assume, de forma ativa, o papel do opressor no sistema capitalista, logo, ser um empresário da reciclagem pode converter-se em sobreviver da exploração e opressão de outros trabalhadores da reciclagem e, portanto, não é humana (coisifica), nem libertadora. Não é nada mais que, oprimido convertido em opressor.

Por fim, consideramos que o conjunto da formação deve ser capaz de perceber, se comprometer e superar todas as formas de opressões. A educação libertadora está comprometida com a superação de todas as formas objetivas e subjetivas de opressão humana, portanto, é preciso ir além das opressões que são mais sentidas pelo movimento. Significa combater todas as formas em que a opressão se manifesta na vida dos catadores e, para além da catação. Seja ela opressão econômica e social, seja ela de gênero, de cor, raça, credo, de saberes etc.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.3.1 O MNCR e a construção de uma pedagogia

As catadoras e catadores, como sujeitos em movimento, têm construído sua prática educativa, sua metodologia, seus próprios materiais e gerado seus próprios conteúdos. Essa construção é fruto do acúmulo de experiência que catadores de base, organizados em grupos produtivos (Associações e cooperativas) e também, fruto do conflito com perspectivas de formações pragmáticas centradas apenas na aquisição de competências para gestão dos resíduos e organização administrativa dos grupos produtivos. Suas propostas resultam das inter-relações entre a necessidade do trabalho e do reconhecimento e da problematização das formações que tem recebido desde a origem do movimento.

Podemos dizer que o MNCR já possui uma prática educativa própria e, concordando com a autora Maria Amélia Santoro Franco:

Toda ação educativa carrega em seu fazer uma carga de intencionalidade que integra e organiza sua práxis, confluindo para a esfera do fazer as características do contexto sociocultural, as necessidades e possibilidades do momento, as concepções teóricas e a consciência das ações cotidianas, num amalgamar provisório que não permite que uma parte uma parte seja analisada sem referencia ao todo. (FRANCO, 2008, p.76)

No momento atual, é notório que o MNCR está amadurecendo suas experiências e suas reflexões, ao passo que, assumem novos espaços, como os encontros de catadores e, constroem novas experiências: formação de seus pares. Toda sua prática educativa é reflexo dos problemas que enfrentam, cotidianamente, e das estratégias que criam para enfrentar estes problemas. Assumir a tarefa pedagógica de formar as bases é construir, com intencionalidade, os elementos necessários à sua libertação.

Concluimos que o MNCR, quando assume, cria e recria sua formação política-profissional, está construindo sua própria pedagogia. Essa pedagogia não está desenhada, não está pronta, nem determinada, mas está sendo gestada na práxis educativa do movimento.

Como base nas experiências vividas e nas reflexões teóricas promovidas no âmbito deste estudo, podemos apontar que esta pedagogia tem como princípio educativo o trabalho e tem, como um de seus fundamentos, a construção de sua autonomia.

Consideramos que, cabe ao MNCR seguir desenvolvendo e amadurecendo suas concepções, suas práticas, a formação docente de seus integrantes, seus instrumentos e técnicas, mas cabe, sobretudo, a elas e eles, em diálogo com outros, aprofundar sua reflexão sobre o caráter emancipador dessa construção e se perguntar: a serviço de quem estará essa pedagogia?

5.3.2 Proposta para o movimento

Nestas últimas linhas, gostaria em, primeira pessoa, registrar as minhas considerações partindo da seguinte compreensão: todo esse exercício de pesquisa e militância me mostraram que, como pesquisadora, meu papel é apontar e discutir possíveis caminhos e, como educadora, meu papel é de construir com eles. Por isso, nestas considerações finais, deixo registrado alguns aspectos que considero que poderiam fortalecer a pedagogia do MNCR.

Partindo da minha preocupação com o processo de amadurecimento e expansão do método, dos recursos e das técnicas utilizadas pelo movimento, sugiro que o MNCR organize esforços na criação de uma coordenação educativa, um espécie de grupo de trabalho específico para essa temática. Um coletivo para articular as formações em nível nacional (unificando a proposta) e de forma descentralizada, consiga promover ações locais.

Essa “coordenação especial”, seria composta de catadores de diferente estados, sendo que, o ideal (mais a longo prazo) é que, cada estado tenha sua própria coordenação de formação do movimento. Dentre as suas funções, considero que o grupo possa se dedicar em continuar desenvolvendo os materiais didáticos próprios do movimento. De preferência, criando materiais que vão além dos exemplos de lutas individuais, da personificação em mártires e lideranças bem sucedidas. Avançando para a luta enquanto classe. Esses materiais podem ser construído a partir de mídias livres, software livres e formas alternativas de construção e difusão de conteúdos.

Outro aspecto que posso sugerir para essa coordenação é manter o diálogo e promover troca de experiências pedagógicas com outros movimentos sociais, tais como o Movimento dos Sem-Terra – MST ou Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, que já possuem experiência neste campo. No mesmo sentido, aproxima-se de grupos que trabalham com a Educação popular, com os Círculos de Cultura, o Teatro do

Oprimido, e os grupos populares de alfabetização, podem colaborar tanto para ampliar a formação quanto para aperfeiçoar o processo de mediação pedagógica.

A sustentabilidade desta proposta pode ser alcançada por meio destas parcerias com movimento sociais, além de poder contar também com apoio de outros agentes, como universidades, observatórios, institutos e apoio das próprias bases do movimento. O que deve ser levado em consideração é a construção dessa autonomia pedagógica que busca avançar, no entanto, sem romper o diálogo.

Em relação aos aspectos mais filosóficos de sua prática educativa, sugiro que o MNCR busque elementos que deem suporte à ação-reflexão. Que o fortaleça enquanto método e enquanto teoria. Como nos lembra Lenin, “sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária”. Por isso, considero oportuno que todos os educadores e militantes comprometidos com a educação dos catadores, se aproximem de leituras pedagógicas socialistas, sobretudo, das obras de Paulo Freire. A leitura crítica e o estudo dessas experiências podem dar maior suporte para compreender determinados processos e possíveis caminhos, além de colaborar para a criação de um projeto popular.

Sabemos que muito já foi feito graças a dedicação de pessoas comprometidas com a luta, porém, também reconhecemos os grandes desafios que o MNCR tem para seguir caminhando e superar as contradições impostas pela lógica do sistema capitalista na cadeia de produção da reciclagem e, nas próprias contradições enfrentadas no movimento.

Acreditamos na educação com instrumento de luta capaz de lidar com essas contradições. Mais do que reproduzi-las, ela é capaz de romper e transformar, quando os catadores rompem e transformam seu mundo de forma dialética e consciente. Em meio a diversos desafios, sabemos que é possível avançar quando há um projeto de luta que fundamenta as ações. Como mesmo grita o MNCR, é preciso, Lutar, Criar, Reciclagem Popular!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ALVES, Adriana. **A voz dos catadores : formação de catadores de materiais recicláveis no distrito federal**. 2013. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

_____. **A percepção dos catadores de materiais recicláveis sobre os cursos de formação profissional**. Revista Participação. 26 - DEZ -2014, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/12728>.

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, ed: Boitempo, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002a. 7 p.

AVINA. Fundação AVINA. **Reciclagem sustentável e solidária**. s/d. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais/reciclagem-sustentavel-e-solidaria>. Visitado no dia 04 de janeiro de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Política Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Decreto no 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis**. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL, Lei Federal no. 12.305/2010 de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 03 de Agosto de 2010.

BRASIL, MMA. **Programa Pronatec Catador**: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pronatec/pronatec-catadores> . Acesso em 02 de novembro de 2015.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **Da educação fundamental ao fundamental da educação**. Caderno CEDES, São Paulo, Cortez, N. 1, 1980

_____. Carlos Rodrigues. (org). **Pesquisa participante**. 4. ed: Brasiliense. 1984.

_____. (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed: Brasiliense. 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias Et Letras. 2006.

BOSI, A. P. **A organização capitalista do trabalho “informal” – o caso dos catadores de recicláveis**. São Paulo. RBCS, vol.23, nº67, 2008.

CALDART, Roseli Selete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Alexandro. **MNCR e algumas concepções sobre tecnologia social**. Comunicação pessoal. Mensagem recebida por (dria.pedagogia@gmail.com) em 08 de dezembro de 2013).

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientie. **Concepção de educação popular da CEPIS**. São Paulo. 2012.

Compromisso Empresarial para Reciclagem. Evolução da Coleta Seletiva e Reciclagem no Brasil. 2007. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/cempre2008_coleta_seletiva.pdf. Visto em 03 de março de 2016.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES: **CBO**. 2010 – 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. Ed: Autores Associados. 1989.

STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

DECRETO N. 5940. **Separação dos materiais recicláveis por órgão de entidades públicas**. 25 de outubro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 26 de outubro de 2006.

DEPMC – Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Secretária Nacional de Articulação Social. Brasília. 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo : Cortez, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean- Loius. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre. Ed: UFRGS, 2004.

FREIRE. Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Ed. Paz e terra. Rio de Janeiro. 1977.

_____.; NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire: antologia**. São Paulo: ed. Loyola, 1979.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: ed. Paz e terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2003.

_____. **Conscientização teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro - 2005.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983

FUNDAÇÃO AVINA. Reciclagem Sustentável e Social. 2007. Disponível em <http://sabersocial.virtual.avina.net/Conocimiento.aspx?documentId=31>. Acesso em 03 de março de 2016.

GADOTTI, Moacir. **A economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

_____. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília-DF; UNESCO, 1996.

- GARJADO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. Ed: Brasiliense. 1986.
- GAULEJAC, Vicent de. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.
- GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo**. Experiência e desafios. São Paulo: Instituto Pólis. 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico sobre os catadores de materiais recicláveis**. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf
- _____. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.
- IPESA- Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais. PINHEL, Julio R. **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de material reciclável**. ED. Peirópolis. 2014. Disponível em: <http://www.dolixoacidania.org.br/construcao/pdf/DOLIXOACIDADANIA.pdf>
- JESUS, Carolina de. **Quarto de Despejo**. Ática. 1993.
- KEMP, Valéria H & CRIVELLARI, Helena M. T. **Catadores na cena urbana – construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008
- LOWI, Theodore J. **Four Systems of Policy, Politics and Choice** in: Public Administration Review, Vol. 32, No. 4. (Jul. - Aug, 1972)

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Revista temas de ciências humanas. São Paulo, 78.

MAGERA, M. **Os empresários do Lixo, o paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de lixo**. Campinas. Ed: Átomo, 2005.

MILANEZ, B. **Resíduos sólidos urbanos: panorama atual, desafios e perspectivas**. In: IPEA. (Org.). Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas - Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010, v. 6.2, p. 515-547.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde , 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Carta de Brasília**. 2001. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br> .

_____. **Programa de Formação. Caderno I e II**. (2005) Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view

_____. **Cartilha de Formação Nível 1 - caminhar e resistir**. 2009. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-do-mnrc-nova/view

_____. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. IPEA. 2009. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/mnrc-2013-a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-reciclaveis>. Visto em 02 de fevereiro de 2016.

MONTAÑO, Carlos y Maria Lucia Duriguetto. **Estado, classe e movimento social**. Editora Cortez. 2011.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. **A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul**. 2010. Dissertação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC-RS

OLIVEIRA, Denise A.M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de material reciclável: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia**. 2011. Dissertação (pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PELOSO, Ranulfo (org). **Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo, ed: Expressão Popular, 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos**. Anais. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set, 2003.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)**. 2011. Dissertação (pós-graduação em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2011

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa. SOUZA, Ana Inês (org). **a busca do tema gerador na práxis da educação popular**. - Curitiba: ed. Gráfica Popular, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico**. São Paulo, ed: Autêntica, 2007.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewArticle/5252>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TORRES, Carlos Alberto. **Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública**. Campinas – SP. Papyrus, 1997.

TRIVIÑOS. Augusto Tribaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Ed. Atlas. 2008.

WIRTH. Ioli Gewehr. **Movimento dos catadores no Brasil, para além do direito ao trabalho**. Artigo publicado in: I Fórum de Doutorado em Ciências Sociais

“Transversando nas Ciências Sociais” realizado entre os dias 12 e 14 de novembro de 2012 UNICAMP.

Sítios visitados:

Paulo Freire: educar para transformar:

http://www.projeto memoria.art.br/PauloFreire/pensamento/02_pensamento_pedagogia_d_o_oprimido.html. Visitado em 11 de fevereiro de 2015.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

Sobre metodologias qualitativas.

<http://qualitativas.blogspot.com.br/2014/02/analisetematica.html>. Visto em 25 de novembro de 2015.

Sobre política pública: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_p%C3%B9blica.

Visitado em 07 de outubro de 2015.

O que é o Movimento MNCR. www.mnccr.com.br. Visto em 02 de fevereiro de 2016.

Guia do Instituto AVINA, disponível também no *site* do MNCR.

<http://www.mnccr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais/reciclagem-sustentavel-e-solidaria>. visitado em 26 de dezembro de 2015.

Visita dos Catadores à França. <http://www.mnccr.org.br/artigos/experiencia-dos-catadores-brasileiros-na-franca>. Visitado em 21/01/2015.

A REDE-LACRE – Rede Latina Americana e Caribenha de Catadores integra os movimentos de catadores. Para saber mais: <http://www.redrecicladores.net/pt/>. 21/01/2015.

Estrutura organizacional do MNCR. <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/estruturas-regionais>. Visto em 9/06/2015.

Programa Pró-catador: <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/pro-catador>. Visto em 02 de fevereiro de 2016.

Programa Reciclagem Popular: <http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/o-que-e-a-reciclagem-popular>. Visitado em 07 de outubro de 2015.

Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos: <http://www.mnccr.org.br/artigos/nota-publica-psau-programa-de-pagamentos-de-servicos-ambientais-urbanos>. Visitada em 07 de outubro de 2015.

Para a Revista Caros Amigos. Reportagem “E agora Dilma? – contradições levantada dúvidas quanto aos rumos do governo”

<http://carosamigos.com.br/index.php/revista/168-edicoes-anteriores/5114-edicao-219-editorial-e-sumario>. Visto em 19/11/2015.

Programa Mulheres Mil: <http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

Programa CATAFORTE. <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>. Visto em 04 de fevereiro de 2016.

Evento cidade Lixo Zero”: <http://semanalixozero.com.br/>. Visto em 01 de fevereiro de 2016.

QDA MINER. Acesso ao programa: <http://provalisresearch.com/products/qualitative-data-analysis-software/freeware/>. Visto em 10 de novembro de 2015.

Vídeo: “De catador para catador”. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=OhRQI248cJg>

Vida Maria. Curta animação. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=rmCKCic5Vwg>. Visto em 25 de fevereiro de 2015.

Apêndice A) Roteiro de entrevista dos catadores -educadores do MNCR

Classes temáticas	Componentes	Perguntas
CATEGORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	Dados dos entrevistados; Relação com o MNCR e as experiências práticas do entrevistado com o tema.	1. Qual é seu nome 2. Estado em que vive? 3. Idade? 4. Onde você nasceu? 5. Profissão? 6. Faz parte do MNCR? 7. Ocupa qual cargo? 8. É educador ou já promoveu alguma formação pelo/junto, se sim, onde e como foi?
PROPOSTA POLÍTICA DO MNCR	Concepções e aspectos relacionados aos ideais; As formas de luta; A proposta política e a sua relação com a formação.	9. Qual é a proposta política do MNCR hoje? 10. Quais são os principais frentes de trabalho e as principais preocupações do movimento atualmente?
FORMAÇÃO DOS CATADORES NO MNCR	Concepções e argumentos dos representantes do movimento sobre formação dos catadores, incluindo aspectos políticos e profissionais.	11. Qual é a importância de formar os catadores no Brasil? 12. O Movimento tem organizado suas próprias formações. Elas são técnicas ou políticas? Ou seria as duas coisas? Como funcionam? Para quem e por quê? 13. Por que formar politicamente os catadores ? 14. Você acha que o MNCR ensina a lutar? Como?
METODOLOGIA	Concepções e aspectos da prática em torno da metodologia “de catador para catador” .	15. Existe no material produzido pelo MNCR uma proposta “De catador para captador”, porque o movimento criou essa proposta? 16. No que ela se diferencia das demais formações? 17. Porque é diferente/importante ter um catador formando outro? 18. Que mudança isso promove? 19. Quais são os saberes necessários para um catador a ser educador? 20. Quais são os principais desafios do MNCR com essa abordagem? 21. Quais são as estratégias traçadas pelo Movimento para enfrentar esses desafios? 22. Você tem notado alguma mudança nas pessoas que participam dessas formações? Quais mudanças?
Assessoria técnica	Concepção sobre a assessoria técnica e elementos em torno da intervenção técnica.	23. Quem é o técnico? 24. Qual é crítica feita ao técnico?
Escolarização	Aspectos relacionados a formação escolar, a presença ou ausência dela no processo formativos dos catadores .	25. Na sua opinião, como a escolarização impacta no processo de formação e fortalecimento das cooperativas e associações de catadores? E na formação de redes de comercialização?